



FUNDAÇÃO ALENTEJO

Relatório e Contas 2015

APROVADO EM REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, EM 29 DE MARÇO DE 2016

(com parecer favorável do Conselho Fiscal, de 15 de março de 2016
e do Conselho Geral, aprovado em reunião ordinária de 29 de março de 2016)

ÍNDICE

Nota Introdutória	5
Missão, Visão e Valores	9
I - Recursos Humanos	11
1. Caracterização dos Recursos Humanos	11
2. Formação Contínua dos Recursos Humanos Internos	15
II – Valências, Serviços e Projetos em Curso	17
1. EPRAL – Escola Profissional da Região Alentejo	17
1.1. Caracterização da População Escolar (Formandos/as e Turmas)	17
1.2. Provas de Aptidão Profissional.....	24
1.3. Conclusão de Curso (Diplomados/as).....	25
1.4. Pós-formação	26
1.5. Formação em Contexto Real de Trabalho (FCT)	26
1.6. Caracterização do Grupo de Formadores/as EPRAL.....	26
1.7. Atividades Orientadas para a comunidade escolar e para a consolidação das relações com a comunidade.....	29
2. Formação de Adultos	38
2.1. Medida Vida Ativa – Emprego Qualificado	38
3. Colégio Fundação Alentejo	43
3.1. Contexto	43
3.2. Cumprimento dos objetivos	45
3.3. Funcionamento e Atividades	45
3.4. Formações	48
3.5. Outras atividades	48
3.6. Protocolos de Cooperação CFA.....	52
3.7. Candidatura a Prémios.....	52
4. Projetos de Cooperação para o Desenvolvimento em Angola e Prestação de Serviços	56
4.1. O Plano de Ação para a Formação Profissional em Hotelaria e Turismo	57
4.2. Dados da Execução do Projeto – Dezembro de 2015	60
4.4. Resultados do Follow-Up – 1ª Fase de Turismo E Lazer.....	66
4.5. Formação de Formadores e Auditoria Interna.....	68
5. Candidatura Colégio Fundação Alentejo – JI e 1º Ciclo - INALENTEJO	70
6. Projeto EUROPEERGUID - RVC - European Peer Review in Guidance and Counselling in VET of Adults.....	71
7. Aquisições de Bens e Serviços, Manutenção de Instalações e Equipamentos	73
III – Situação Económica e Financeira	75

1. Análise da Situação Económica e Financeira	75
1.1. Enquadramento	75
1.2. Investimento	75
1.3. Endividamento perante as Instituições Financeiras	77
1.4. Especialização de rendimentos e gastos	79
1.5. Responsabilidades de Terceiros	80
1.5.1. Dívidas de terceiros	80
1.5.2. Dívidas a terceiros	81
1.6. Rendimentos do exercício	82
1.7. Gastos do exercício	83
1.8. Resultados do exercício	84
2. Proposta de Aplicação de Resultados	85
3. Nota Final	85
Balanço	86
Demonstração dos Resultados	88
Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais	90
Demonstração de Fluxos de Caixa	92
Anexo às Demonstrações Financeiras	94
Balancete Analítico da Contabilidade Geral – 31 de dezembro 2015.....	121

Nota Introdutória

O presente Relatório de Atividades e Contas procura refletir, com a maior objetividade possível, aquilo que foi o exercício ao longo do ano de 2015, ano particularmente desafiante em várias dimensões da gestão de uma instituição com a dimensão, o grau de complexidade e as condicionantes como aquelas que se cruzam na Fundação Alentejo.

Se no plano do cumprimento dos objetivos estratégicos e das atividades a que nos tínhamos proposto em sede de Plano de Atividades e Orçamento, registámos um desempenho globalmente positivo, no plano da gestão financeira, à semelhança do que se registou no país e na maioria das instituições e empresas nacionais, cresceram os desafios e, como se constata nas “Contas”, tivemos que gerir com particular sensibilidade e ponderação os impactos decorrentes dos múltiplos atrasos que se registaram no cumprimento dos pagamentos que são devidos à Fundação pelos serviços prestados pelas suas valências.

Entre estes, pela sua expressão e relevância, contam-se os atrasos verificados ao nível do financiamento contratualizado com o Programa Operacional Capital Humano para os cursos profissionais e impacto da aplicação de alguns cortes em resultado da aplicação “cega” do normativo que sustenta o novo modelo de financiamento assente nos custos unitários. Complementarmente, contribuiu para esta situação de grande desafio à gestão financeira, as circunstâncias que, por razões internas e internacionais, tem rodeado as transferências/pagamentos associados ao projeto de cooperação e prestação de serviços que vimos realizando em Angola, de que daremos devida conta no respetivo capítulo do presente Relatório.

Assim, num primeiro plano e eventualmente o mais significativo para efeitos do presente documento, pelo exigente esforço, coragem e determinação que exigiu da administração ao longo de todo o exercício, salientamos as condicionantes financeiras e o seu impacto, designadamente no recurso mais intenso e mais prolongado às contas caucionadas que a instituição tem mantido junto de entidades bancárias com as quais vem trabalhando.

Também foi necessário acomodar no exercício, quer os custos determinados por determinação de sentença judicial em sede de Tribunal de Trabalho e outros custos legais, quer um conjunto significativo de custos associados ao processo de ajustamento dos nossos recursos humanos e consequente compensações por caducidade, quer, ainda, por celebração de acordos de rescisão. Neste processo, e ainda que estes pagamentos sejam, na sua generalidade projectados/desfasados no tempo, em termos contabilísticos o seu impacto verifica-se integralmente neste exercício.

Como se verifica no capítulo referente aos recursos humanos, as medidas de ajustamento e racionalização de recursos humanos, docente e não docentes, com vínculo permanente foi significativa, da ordem dos cerca de 16 %, quer nos que respeita aos Contratos Sem Termo (CIT), quer aos Contratos a Termo Certo, passando dos 140 para os 118, entre os finais de 2014 e o período homólogo de 2015.

Este passo impunha-se, na sequência do encerramento do CNO – Centro Novas Oportunidades, da não abertura de candidaturas para Formação de Adultos (Cursos e Unidade Modulares) e ainda, pela concentração no Pólo sede da oferta de formação para jovens.

Num segundo plano, ainda que num exercício normal, sem os desafios e os constrangimentos antes aludidos, devesse ser o cerne do presente documento, salientamos os resultados do exercício no que respeita à atividade desenvolvida nas múltiplas valências e projetos que, de forma convergente e complementar, servem o objeto da Fundação e concretizam a sua missão.

No caso concreto da valência fundadora do nosso projeto, a EPRAL, como se constata em capítulo próprio deste Relatório, atingiram-se os objetivos e metas no que respeita à concretização das atividades formativas previstas, ao nível de aproveitamento dos formandos, a sua colocação em estágios e, no caso dos finalistas, nos níveis de empregabilidade verificável.

Nesta valência salienta-se a consolidação e afirmação do Pólo sede, da sua oferta formativa e do seu número de formandos, em cursos profissionais e, subsidiariamente em cursos vocacionais, mas, por outro lado, não podemos deixar de assumir a impossibilidade de contrariar o esvaziamento do Pólo de Estremoz, apesar das estratégias implementadas e do esforço despendido para contrariar essa dinâmica, tal não foi possível, quer pela redução demográfica que se tem registado no Alentejo e naquele território em particular, quer pelo reforço das ofertas no seio da rede estatal de escolas secundárias, com o conseqüente esforço das respetivas direções no sentido da fixação e manutenção dos jovens nas respetivas comunidades educativas.

Assim, o Pólo de Estremoz, após a conclusão das turmas finalistas de 2014/2015, em Julho último, mantém apenas um grupo residual de formandos de curso vocacional cuja conclusão do processo formativo ocorrerá em Julho próximo. Após este ciclo aquele inestimável e riquíssimo equipamento, verdadeiro património histórico e arquitetónico, terá que ser objeto da necessária redefinição do seu uso e/ou da sua eventual alienação, pois trata-se de um imóvel propriedade da Fundação Alentejo, que integra o seu património.

Ainda no que respeita à EPRAL, em 20 de Agosto de 2015 cumpriram-se 25 anos sobre o ato da sua criação, pela assinatura do respetivo Contrato-Programa. Um quarto de século de história e de perseverante percurso, num período de tantos desafios e redefinições, foi celebrado pelo lançamento de um processo interno de consolidação do modelo pedagógico, através da contratualização, com a Área de Prática e Investigação Pedagógica e Didática do Centro Regional de Porto da Universidade Católica, de uma oficina pedagógica para a equipa docente, sob o lema “(re) aprender a ensinar e a avaliar no ensino profissional: o saber em ação”, a qual teve início em Dezembro e se vai prolongar até ao final do ano letivo em curso.

Também neste contexto, de uma comemoração centrada na melhoria e crescente adequação/atualização das práticas pedagógicas e modelos organizacionais, deu-se início a um novo processo formal de revisão dos documentos estruturantes da Escola: Estatuto, Regulamento e Projeto Educativo.

Esta opção por um modelo de comemoração dos 25 anos centrada num olhar sobre a instituição e num processo de melhoria contínua da sua prática, foi estimulada, também, pela realização de um ato inspetivo, muito positivo e conseqüente, por parte da IGE, ocorrida na segunda metade do ano de 2015, conforme capítulo específico deste Relatório.

No que respeita à Valência de Formação de Adultos, a sua atividade em 2015 foi fortemente condicionada pela não abertura de candidaturas no âmbito do novo programa do FSE para os recursos humanos, o Programa Operacional Capital Humano, o qual, ao contrário do que vinha acontecendo com o POPH, não contemplou para 2015, ações orientadas especificamente para adultos como vinha acontecendo com os Cursos EFA – Educação e Formação de Adultos e, muito especialmente, pela flexibilidade e ajustabilidade, das Formações Modulares Certificadas.

Assim, para além do projeto de formação profissional em Hotelaria e Turismo a acontecer em Angola, a Formação de Adultos, ao longo de 2015, centrou-se na realização de 4 percursos formativos, que mobilizaram 89 adultos e 9 ações, comum público total de 176 adultos, no âmbito da “Vida Ativa” do IEFP.

Refira-se que esta contração das ofertas formativas para adultos e o esforço de racionalização e ajustamento de recursos humanos internos, determinou que, cada vez mais, no que respeita às equipas formativas, haja uma completa “integração” da formação de adultos na EPRAL, ainda que a coordenação organizativa e pedagógica desta atividade seja autónoma.

O CFA - Colégio Fundação Alentejo terceira valência da Fundação, no que respeita ao seu impacto na comunidade e aos recursos humanos específicos é cada vez mais a segunda valência (31% dos recursos humanos estão afetos a esta valência, contra os 69% da EPRAL). Ao longo de 2015 consolidou o seu número de utentes/alunos, com um total de 154 crianças, 26% dos quais na creche, 43% no Jardim-de-Infância e 31% nos quatro anos escolares do 1º ciclo. Este número de utentes, estando ainda aquém da capacidade instalada, não deixa de ser um sinal de afirmação deste projeto sociopedagógico da Fundação Alentejo no seio da comunidade, num tempo em que o empobrecimento das famílias tem determinado uma maior concentração nas ofertas estatais e/ou uma entrada mais tardia no sistema.

Se, por um lado, não foi ainda objeto de alargamento o número de apoios sociais concedidos pela Segurança Social, como seria expectável, refira-se contudo, como aspeto positivo, que o Colégio, na sequência da candidatura ao INALENTEJO apresentada em 2014, das vertentes de Jardim-de-Infância e 1º ciclo, recebeu uma aprovação inicialmente condicionada (“em overbooking”), em Maio de 2015, condicionamento este que, já em Fevereiro de 2016, acabou por ser levantado, isto é, o programa irá

financiar as verbas validadas da candidatura apresentada, nos termos do contrato entretanto celebrado, com o conseqüente impacto positivo no volume e gestão do empréstimo junto da CGD.

No plano mais institucional, refira-se que o processo de revisão dos Estatutos da FA, apresentado junto da Presidência do Conselho de Ministros, em 2013, ao abrigo e em consequência da Lei-quadro das Fundações (Lei 24/2012), teve finalmente um apreciação pelos serviços daquela entidade, comunicada por ofício de Maio de 2015, apreciação essa que recomendava um conjunto de ajustamentos à proposta apresentada. Após os procedimentos internos necessários, foram dadas respostas às referidas recomendações e, em Novembro de 2015, apresentado à PCM a proposta final de Estatutos para a necessária validação.

Logo que a mesma seja comunicada será desencadeado o necessário processo de renovação e de conformação ao novo enquadramento estatutário dos órgãos sociais da Fundação.

Ainda no plano da conformação legal, refira-se a continuação do esforço para a aplicação sistemática da “Contratação Pública”, patente na página *online* da Fundação e no Portal da Contratação Pública (www.base.gov.pt), de que a realização do Concurso Público para o fornecimento de energia elétrica, realizado em 2015, é exemplo.

Fernanda Ramos

Missão, Visão e Valores

A Fundação Alentejo é um projeto de intervenção sociocultural que “*persegue fins de interesse social, de caráter educativo, cultural e de solidariedade, orientados para a valorização escolar e profissional dos cidadãos, para a promoção da igualdade de oportunidade e de género e para o desenvolvimento sustentável do território de intervenção, através da criação e manutenção de diferentes respostas sociais e educativas integradas nos diferentes ciclos do sistema educativo pré-universitário*” (artigo 4º dos estatutos) orientado para o desenvolvimento sustentável da região, *assumindo como:*

Missão

A Fundação Alentejo tem como Missão a prestação de serviços, que visam a excelência, à comunidade, promovendo a qualificação escolar e profissional e a cidadania ativa para alcançar uma sociedade de progresso, mais justa, esclarecida, que respeite os direitos e liberdades de cada cidadão, serviços esses que:

- Concretizem **projetos de caráter educativo, cultural e de solidariedade social**, orientados para o desenvolvimento sustentável do(s) seu(s) território(s) de intervenção.
- Assumam a natureza de projetos de **cooperação para o desenvolvimento na área da educação e formação** que contribuam para a promoção do desenvolvimento sustentável.
- Promovam a **melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, pela integração qualificada no mercado de trabalho e na sociedade do conhecimento** e pelo exercício responsável de uma cidadania esclarecida e participativa.

Visão

- **Contribuir para o bem-estar dos cidadãos, para a melhoria das suas condições de vida** através de uma educação e formação de excelência, que os prepare enquanto cidadãos livres, conscientes, responsáveis e capacitados para participar ativamente numa sociedade globalizada e que os capacite para a sua inserção profissional e para o empreendedorismo, dotando-os de competências sociais, técnicas e profissionais que lhes permitam responder às exigências, desafios e oportunidades da nova Era do Conhecimento.
- Complementarmente **desenvolver ações que sensibilizem, consciencializem, formem e mobilizem os cidadãos para os valores dos direitos humanos, da justiça, da equidade, da solidariedade, da responsabilidade social, da igualdade de género** e do sentimento de pertença a um só mundo.

Valores

As organizações de hoje devem reger-se por um conjunto de imperativos e valores sociais, éticos e ambientais, ao nível da sua atuação enquanto instituições, uma vez que irão, *a posteriori*, e numa relação de causa e efeito, provocar impactos na sociedade civil, e por sua vez, irão ser reconhecidas, enquanto instituições, através das suas práticas e condutas.

A **Fundação Alentejo** rege-se por padrões éticos de atuação que defendem o seu desempenho enquanto instituição, onde imperam a **honestidade** e a **lealdade** na sua relação com todos os *stakeholders*, promovendo a **integridade** na defesa dos seus princípios, a **responsabilidade** dos próprios atos, o **respeito** pelos outros e a defesa de uma **cidadania ativa e participativa** com **respeito pelo ambiente**.

Rege-se, ainda, pelos valores da educação para o desenvolvimento enquanto “processo dinâmico interativo e participativo que visa a formação integral das pessoas; a consciencialização e compreensão das causas dos problemas de desenvolvimento e das desigualdades locais e interdependência”.

Os valores da Fundação Alentejo não são somente um conjunto de regras e princípios, são, acima de tudo uma partilha e aceitação de valores que devem a todo o momento ser sentidos por todos os colaboradores e, assim, tornarem-se **parte integrante da cultura da instituição**. A partilha de valores comuns reforça os aspetos identitários de uma instituição o que origina um reforço da cultura organizacional. Uma forte cultura organizacional, com valores claros, objetivos e sentidos por todos os colaboradores, consolida a afirmação da instituição na sociedade e na forma como esta a reconhece.

I - Recursos Humanos

Os recursos humanos são o elemento estratégico mais relevante em qualquer organização, assumindo estes particular relevo, no caso da Fundação Alentejo, por se tratar de uma instituição cujo propósito é a valorização escolar e profissional dos cidadãos, sendo, por isso, o potencial humano traduzido nas suas competências, qualificação e empenhamento no projeto, fundamental para o sucesso da instituição na concretização da sua ação.

Ao longo de 2015, a Fundação continuou a assumir o primado da estabilidade e da adequação dos recursos humanos, a par de uma efetiva racionalização na sua gestão.

1. Caracterização dos Recursos Humanos

A Fundação Alentejo, conforme quadro abaixo, tinha ao seu serviço, em 31 de dezembro de 2015, 118 colaboradores, dos quais 99 com vínculo de trabalho à entidade, 13 prestadores de serviços, 5 trabalhadores integrados ao abrigo de programas do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), nomeadamente Estágio-Emprego (2) e Contrato Emprego-Inserção (3) e 1 trabalhador público em regime de requisição.

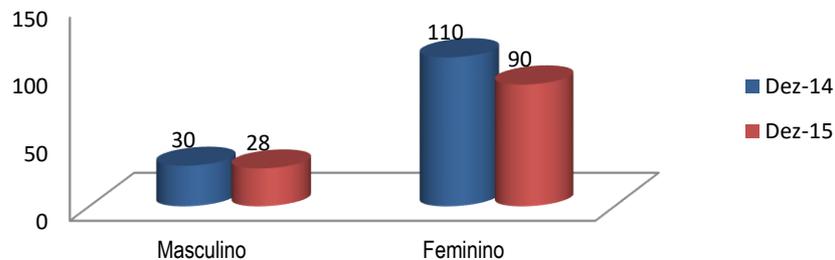
Comparativamente com o ano de 2014, conforme quadro abaixo, constata-se uma contração expressiva no volume de recursos humanos em relação ao registado no mesmo período no ano transato, mantendo-se significativa a expressão dos colaboradores do género feminino (76%) no total das pessoas da instituição.

Quadro 1 – Recursos humanos por género

Ano	Masculino	Feminino	Total
Dez-14	30	110	140
Dez-15	28	90	118

Fonte: DSA – 31.Dez.2015

Gráfico 1 - Recursos humanos por género

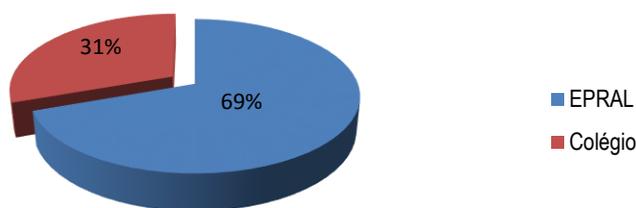


Fonte: DSA – 31.Dez.2015

Do conjunto das respostas socioeducativas da Fundação, a valência EPRAL continua a ser a mais expressiva, com 69% dos recursos humanos da instituição, e o Colégio com 36 colaboradores, integra 31% do total dos recursos humanos.

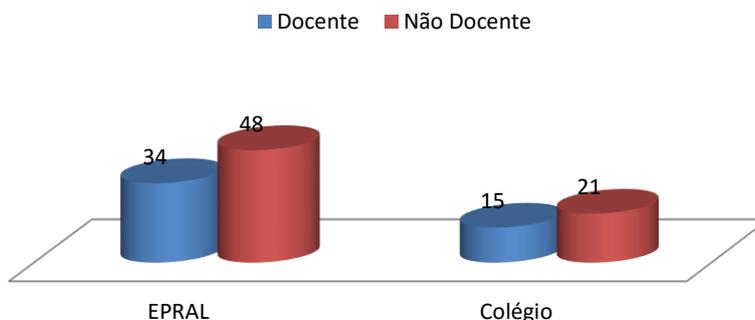
A Formação em Angola, não encontra aqui representatividade, dado que os colaboradores envolvidos nesta resposta formativa não o fazem em dedicação exclusiva ou maioritária.

Gráfico 2 - Recursos humanos por valência



Fonte: DSA – 31.Dez.2015

Gráfico 3 - Recursos humanos por valência



Fonte: DSA – 31.Dez.2015

A organização dos recursos humanos por categorias e funções coloca em evidência o peso do "Pessoal Docente" que ascende a 42%, sendo o grupo mais significativo da estrutura humana, o que aliás vem de encontro à natureza da Fundação enquanto instituição de educação-formação.

O grupo funcional com uma expressão também importante engloba os Auxiliares (de ação educativa e de limpeza e manutenção), com um peso de 26% no total da estrutura orgânica, justificável pela diversidade, duração diária, qualidade e exigências dos espaços formativos das várias respostas de educação-formação.

O terceiro grupo funcional, maioritariamente transversal a toda a instituição, às diversas valências, são os Administrativos e Outros Técnicos, com um peso que ascende a 21%.

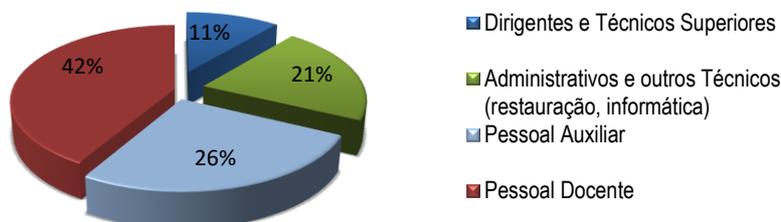
Os Dirigentes e Técnicos Superiores (não docentes) representam um peso de 11% na estrutura dos recursos humanos da Fundação.

Quadro 2 – Recursos humanos por categoria e função

Categorias e Funções			Nº	%
Pessoal Não Docente	Dirigentes e Téc. Superiores	Dirigentes	5	11%
		Téc. Superiores	8	
	Administrativos e outros Técnicos	Administrativos	20	21%
		Outros Técnicos (restauração, informática)	5	
	Pessoal Auxiliar	Auxiliares p/ Ação Educativa	16	26%
Auxiliares Limpeza / Manutenção		15		
Pessoal Docente		EPRAL / CFA	49	42%
Total			118	100%

Fonte: DSA – 31.Dez.2015

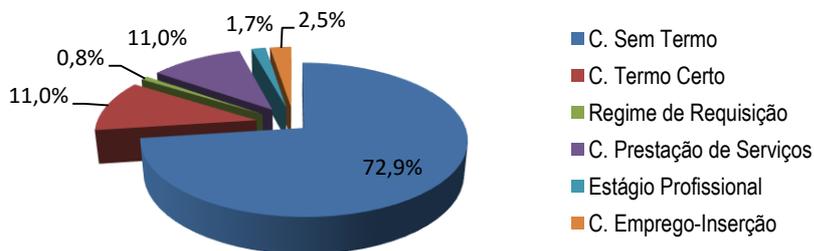
Gráfico 4 - Recursos humanos por categoria e função



Fonte: DSA – 31.Dez.2015

Atendendo à natureza do vínculo laboral, verifica-se que há uma estabilidade dos recursos humanos da instituição, o que espelha a abordagem implementada de gestão deste recurso. Esta abordagem tem o objetivo de promover a qualidade e o sucesso das respostas educativas-formativas da Fundação, mas coloca grandes desafios à gestão, face às presentes condicionantes financeiras e orçamentais.

Gráfico 5 - Recursos humanos por vínculo



Fonte: DSA – 31.Dez.2015

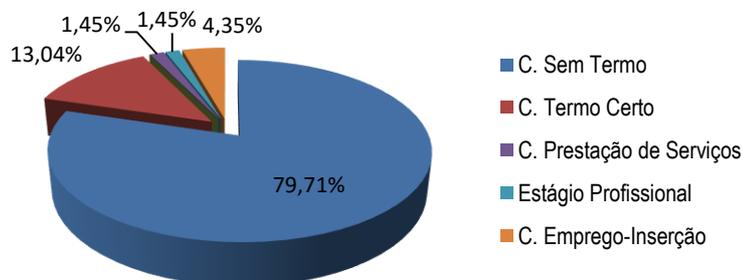
A estabilidade do vínculo contratual regista-se tanto em relação ao pessoal docente como ao pessoal não docente, sendo mais significativo nesta última categoria profissional, uma vez que, o pessoal docente é aferido anualmente em função das áreas de formação a executar (turmas candidatas e efetivamente constituídas).

Do total dos recursos humanos ao serviço da Fundação Alentejo, em 31 de dezembro de 2015, os contratados a termo representam 11%, sendo mais significativo o peso deste vínculo contratual na categoria profissional dos não docentes do que nos docentes, 13% e 8% respetivamente.

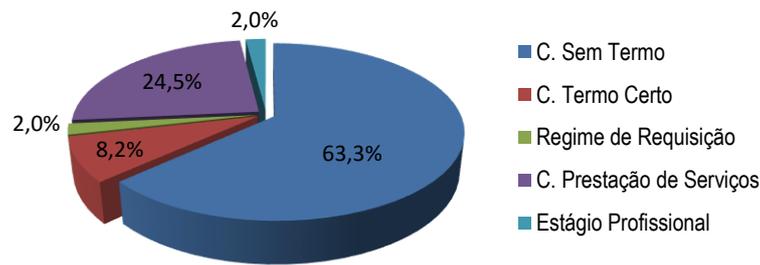
Como se pode observar, a Fundação acolhe ainda 11% de colaboradores externos, contratados em regime de prestação de serviços, sobretudo formadores da componente técnica, cuja colaboração ocorre em áreas que pela sua especificidade não requerem uma afetação de recursos humanos a tempo integral.

No final do ano 2015, integrados ao abrigo de programas do IEFP, encontram-se 4% dos colaboradores, nomeadamente Estágio-Emprego (1,7%) e Contrato Emprego-Inserção (2,5%).

Gráfico 6 - Recursos humanos (não docentes) por vínculo



Fonte: DSA – 31.Dez.2015

Gráfico 7 - Recursos humanos (docentes) por vínculo

Fonte: DSA – 31.Dez.2015

Ao longo do ano 2015, no âmbito do processo de reestruturação e ajustamento dos recursos humanos da instituição, com vista à promoção de condições de sustentabilidade e viabilidade financeira à Fundação, registou-se a saída de 14 colaboradores com vínculo de contrato sem termo, por extinção dos respetivos postos de trabalho, dos quais 13 com acordo de cessação, e a cessação de 1 trabalhador efetivo por iniciativa do próprio.

Registou-se, ainda, a saída de 4 trabalhadores contratados a termo certo, dos quais 3 por motivo de caducidade de contrato e 1 por iniciativa do trabalhador, e a cessação de 1 estagiário ao abrigo da Medida Estágio Emprego, por ter atingido o limite de faltas e de 2 trabalhadores ao abrigo da Medida Contrato Emprego Inserção, 1 por ter atingido o limite de faltas e outro por caducidade do contrato.

Para suprimir necessidades da valência do Colégio Fundação, foram admitidas 2 colaboradoras com vínculo de contrato de trabalho a termo, uma das admissões corresponde à integração de destinatária de programas de promoção do emprego do IEFP, designadamente da Medida Estágio Emprego.

Ao abrigo de programas do IEFP, nomeadamente Estágio-Emprego e Contrato Emprego-Inserção foram integrados, ainda, 3 estagiárias (1 educadora e 2 auxiliares de cuidados de crianças), 3 trabalhadores para apoio à ação educativa e 2 para apoio nos serviços gerais.

No quadro de estabilização dos recursos humanos e para suprimir necessidades não temporárias, no ano 2015, 13 colaboradores viram o respetivo contrato a termo convertido em contrato sem termo.

2. Formação Contínua dos Recursos Humanos Internos

No ano 2015, a Fundação promoveu o envolvimento dos seus quadros em ações externas relevantes para a atividade da entidade e das suas valências e autorizou a frequência de ações de formação externa da iniciativa de colaboradores com o objetivo de melhorar o seu desempenho profissional, algumas das quais decorreram em horário laboral.

Ao longo do ano, a Fundação estabeleceu protocolos de formação com várias entidades, nomeadamente Fundação Manuel dos Santos e Universidade Católica Portuguesa - Centro Regional do Porto, com o objetivo de proporcionar aos trabalhadores formação de qualidade.

Da formação frequentada por colaboradores, por iniciativa ou com autorização da Fundação, sob a forma de seminários, *workshops*, ações/sessões de formação, destacam-se:

- **Sessão de formação PORDATA - Base de Dados de Portugal Contemporâneo**, promovida pela Fundação Francisco Manuel dos Santos em 01 de junho de 2015;
- **Curso de Formação (Re)Aprender a Ensinar e Avaliar nos Cursos Profissionais: o saber em ação**, promovido pela Universidade Católica Portuguesa - Centro Regional do Porto, iniciado em 29 de dezembro de 2015 (*a concluir em 2016*);
- **Sessão de esclarecimento Medida Cheque-Formação**, promovida pelo IEFP e o NERE - Núcleo Empresarial da Região de Évora;
- **Sessão de apresentação da Plataforma da Nova Segurança Social Direta**, promovida Centro Distrital de Évora do Instituto da Segurança Social, I.P.;
- **Curso de Intervenção Psicológica em Situação de Catástrofe**, promovido pela Ordem dos Psicólogos Portugueses;
- **Formação "National Peer Training"**, promovida pela ANQEP - Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional e o Europeerguid-RVC;
- **Roadshow "Serviços Partilhados e Compras Públicas - Inovar com Valor"**, promovido pela eSPap - Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública;
- **Seminário "Crescer para Expandir - Oportunidades de Negócio, Inovação e Internacionalização"**, promovida pela AIP - Associação Industrial Portuguesa, a SPi - Associação Portuguesa para a Inovação, o NERE - Núcleo Empresarial da Região Alentejo e o BancoBic;
- **Seminário "Garantia da Qualidade na Educação e Formação Profissional"**, promovido pela ANQEP - Agência Nacional para a Qualificação e a ANESPO - Associação Nacional de Escolas Profissionais;
- **Curso Formação "Nós Professores. Habitar o Futuro"**, promovido pelo Centro de Formação Beatriz Serpa Branco.

Quadro 3 – Recursos humanos envolvidos na formação contínua

Formação	N.º Participantes
Sessão de formação PORDATA - Base de Dados de Portugal Contemporâneo	21
Curso de Formação (Re)Aprender a Ensinar e Avaliar nos Cursos Profissionais: o saber em ação	20
Sessão de esclarecimento Medida Cheque-Formação	2
Sessão de apresentação da Plataforma da Nova Segurança Social Direta	3
Curso de Intervenção Psicológica em Situação de Catástrofe	1
Formação "National Peer Training"	2
Roadshow "Serviços Partilhados e Compras Públicas - Inovar com Valor",	1
Seminário "Crescer para Expandir - Oportunidades de Negócio, Inovação e Internacionalização"	1
Seminário "Garantia da Qualidade na Educação e Formação Profissional",	2
Curso Formação "Nós Professores. Habitar o Futuro"	3

Fonte: DSA – 31.Dez.2015

II – Valências, Serviços e Projetos em Curso

1. EPRAL – Escola Profissional da Região Alentejo

1.1. Caracterização da População Escolar (Formandos/as e Turmas)

No início do ano Letivo de 2015-2016 frequentavam a Escola Profissional da Região Alentejo (Pólos de Estremoz e de Évora) **569 jovens** (503, em Cursos Profissionais – N4, 12.º Ano do ensino secundário; 68, em Cursos Vocacionais – 3.º. Ciclo do ensino básico), agrupados em 26 *grupos-turma*:

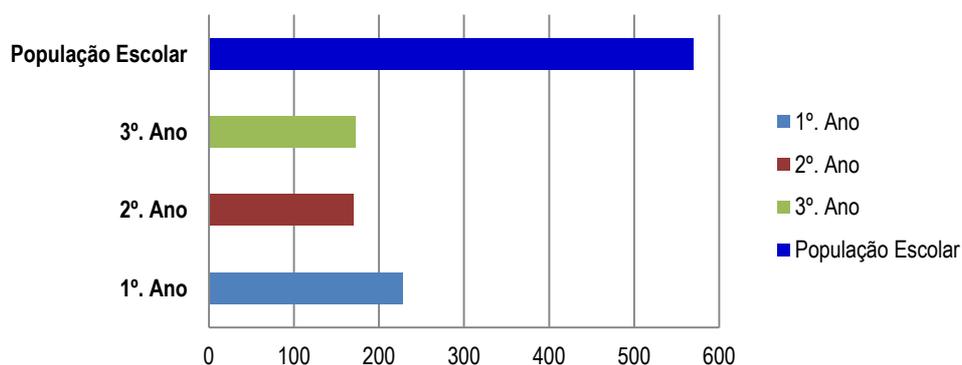
Quadro 4 - AL 2015-2016 – EPRAL - População escolar, por cursos e anos escolares (Distribuição absoluta)

Cursos/Níveis	1.º Ano		2.º Ano		3.º Ano		Totais	
	Alunos/as	Turmas	Alunos/as	Turmas	Alunos/as	Turmas	Alunos/as	Turmas
Profissionais	181	7	150	7	172	8 (a)	503	22
Vocacional	46	2	20	2	-	-	66	4
Totais	227	9	170	9	172	8	569	26

a) Os CP de Técnico de Comunicação, Marketing, Relações Públicas e Publicidade e de Técnico de Organização de Eventos, constituem grupo-turma único.

Fonte: DTP – Mar. 2015

Gráfico 8 - Distribuição absoluta da população escolar por anos curriculares - AL 2015-2016
Pólos de Évora e de Estremoz



Fonte: DTP – Mar. 2015

O nº total de formandos/as no 1º. Ano de formação (Cursos Profissionais e Cursos Vocacionais) representava cerca de 39,9% do total da população escolar; os de 2º. Ano, cerca de 29,9% e os de 3º. Ano, cerca de 30,2%.

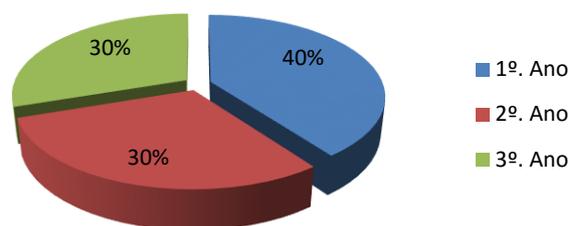
O nº. médio de alunos/as/turma era de 25, no 1º. Ano, de 19, no 2º. Ano, e de 22 (no 3º. Ano). O nº. médio de formandos/as-turma no 2º. Ano é claramente “afetado” pelo nº. de formandos em turmas de 2º. Ano em Cursos Vocacionais (20/2). Em Cursos Profissionais este nº. médio é de 21 formandos/as turma (mais exatamente 21,4).

Globalmente, do ponto de vista quantitativo, não se verificaram alterações muito substantivas na população escolar do Pólo de Évora da EPRAL.

Embora o estabelecimento de uma relação entre a evolução da população escolar e a atratividade da oferta formativa junto de jovens e suas famílias envolva uma problemática mais complexa, o ligeiro aumento do nº. global de alunos/as no 1º. Ano de formação e a diversificação, da oferta formativa alargada ao 3º. Ciclo do ensino básico (Cursos Vocacionais), nomeadamente no Pólo de Évora da EPRAL, permitiram-nos manter um nível operacional muito próximo da realidade do ano escolar anterior, pese embora a diminuição sistemática do nº. de jovens no nível secundário e no 3º. ciclo do ensino básico no sistema educativo regional e, internamente, a circunstância de estar em funcionamento uma única turma de Cursos Vocacionais no Pólo de Estremoz da EPRAL, com apenas 5 formandos/as em frequência.

O aumento de população escolar verificado no Pólo de Évora foi de 26 formandos/as relativamente ao ano escolar transato (227 vs 201 formandos/as, no 1º. Ano, relativamente a 2014-2015).

Gráfico 9 - Distribuição relativa da população escolar anos curriculares AL 2015-2016



Fonte: DTP – Mar. 2015

Em termos relativos, os/as formandos/as em turmas de 1º. Ano, representavam cerca de 40% da população escolar, os/as de 2º. Ano cerca de 30% e os/as de 3º. Ano, igualmente cerca de 30%.

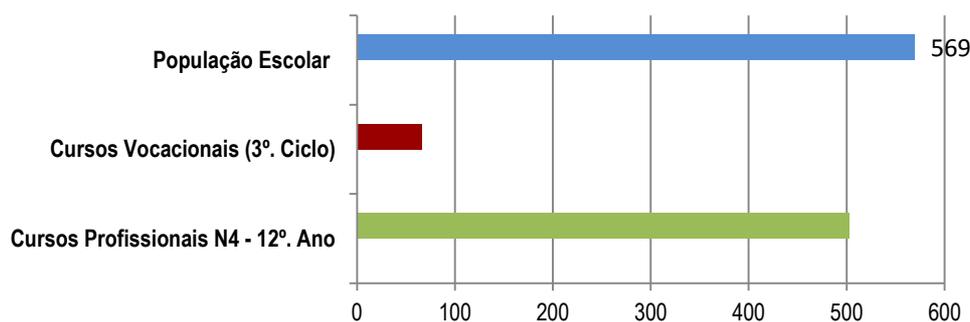
Desagregando os níveis de escolaridade, tínhamos cerca de 88,4% da população em frequência de Cursos Profissionais e 11,6%, em Cursos Vocacionais:

Quadro 5 – Formandos em Frequência por tipologia/nível de ensino

Tipologia/Níveis de ensino de Cursos	Nº. total de formandos/a em frequência	
	N	%
PROFISSIONAIS (N4 – 12º. ANO)	503	88,4
VOCACIONAIS (3º. Ciclo do ensino básico)	66	11,6

Fonte: DTP – Mar. 2015

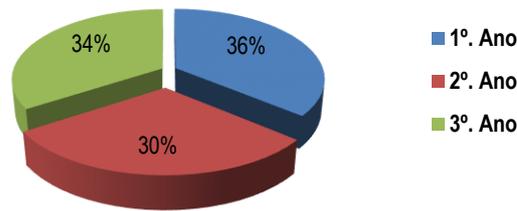
Gráfico 10 - População escolar - Profissionais/Vocacionais - AL 2015-16



Fonte: DTP – Mar. 2015

Na desagregação de níveis de escolaridade e quanto à distribuição relativa por anos escolares nos **Cursos Profissionais** tínhamos 36% no 1º. Ano, 30% no 2º. Ano e 34% no 3º. Ano:

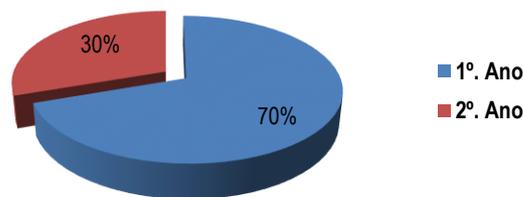
Gráfico 11 - Distribuição relativa de formandos/as por anos curriculares - Cursos Profissionais AL – 2015-2016 - Pólo de Évora



Fonte: DTP – Mar. 2015

Quanto aos **Cursos Vocacionais**, tínhamos 70% no 1º. Ano e 30% no 2º. Ano.

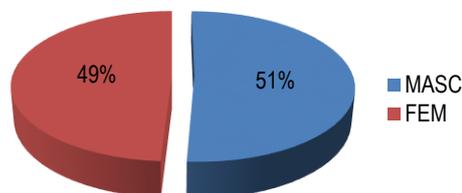
Gráfico 12 - Distribuição relativa de formandos/as por anos curriculares - Cursos Vocacionais Pólos de Estremoz e de Évora - AL 2015-2016



Fonte: DTP – Mar. 2015

A população escolar (569 jovens), englobando todos os anos curriculares e cursos em funcionamento, era maioritariamente constituída por homens (290 alunos/279 mulheres). Esta realidade inflete ligeiramente a relação na distribuição de formandos/as por género, a qual, nos anos escolares antecedentes era habitualmente “favorável” ao grupo feminino.

Gráfico 13 – Distribuição Relativa da População Escolar por Género – AL 2015-2016



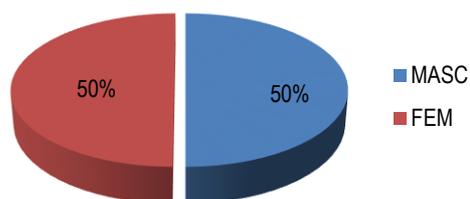
Fonte: DTP – Mar. 2015

Todavia, se tomarmos a desagregação de dados por níveis de escolaridade e tipologia de Cursos, embora a tendência seja idêntica, os valores relativos aproximam-se, aliás, igualam-se praticamente, no que concerne aos Cursos Profissionais e acentuam-se no que concerne aos Cursos Vocacionais:

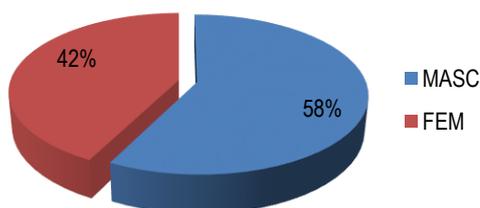
Quadro 6 - Distribuição Relativa da População Escolar por Género por Tipologia/Nível de Ensino

Tipologia/Níveis de ensino de Cursos	Nº. total de formandos/a em frequência			
	Masculino		Feminino	
	N	%	N	%
PROFISSIONAIS (N4 – 12º. ANO)	252	50,1	251	49,9
VOCACIONAIS (3º. Ciclo do ensino básico)	38	57,6	28	42,4

Fonte: DTP – Mar. 2015

Gráfico 14 – Distribuição Relativa da População Escolar por Género – Cursos Profissionais - AL 2015-2016

Fonte: DTP – Mar. 2015

Gráfico 15 – Distribuição Relativa da População Escolar por Género – Cursos Vocacionais - AL 2015-2016

Fonte: DTP – Mar. 2015

Na abordagem da origem geográfica dos/as formandos/as, considerámos à partida a diferenciação entre Cursos Profissionais e Cursos Vocacionais, atendendo ao funcionamento destes nos Pólos de Estremoz e de Évora.

Assim, a população escolar envolvida em Cursos Profissionais, englobando todos os anos curriculares e cursos em funcionamento, era maioritariamente constituída por jovens provenientes de localidades do Concelho de Évora (277/503, 55,1%). Esta realidade diverge do observado no ano escolar transato, em que registávamos 53% de formandos/as provenientes de localidades exteriores ao Concelho de Évora. Daqui que possamos confirmar a atratabilidade da oferta formativa da EPRAL relativamente a jovens eborenses, isto é, residentes em localidades intra-concelhias, e sobretudo relativamente à Região Alentejo, relativamente à qual verificamos que a proveniência de jovens em formação é da ordem dos quase 90%.

Quadro 7 - Origem da população escolar Cursos Profissionais - Pólo de Évora - AL 2015-2016

CURSOS PROFISSIONAIS AL 2015-2016	Formando/As					Proveniência			
	N	Masc		Fem		Concelho De Évora		Alentejo	
		N	%	N	%	N	%	N	%
CF 2015-2018 Turmas de 1.º Ano	181	99	54,7	82	45,3	67	37,0	163	90,1
CF 2014-2017 Turmas de 2.º Ano	150	72	48,0	78	52,0	72	48,0	132	88,0
CF 2013-2016 Turmas de 3.º Ano	172	81	47,1	91	52,9	88	51,2	155	90,1
TOTAIS	503	252	50,1	251	49,9	277	55,1	450	89,5

Fonte: DTP – Mar. 2015

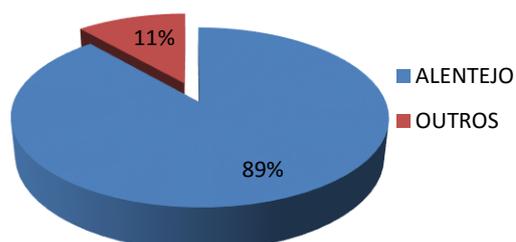
Por seu lado, a população escolar envolvida em Cursos Vocacionais, englobando todos os anos curriculares e cursos em funcionamento, bem como os dados relativos aos Pólos de Estremoz e de Évora, era também maioritariamente constituída por jovens provenientes de localidades dos Concelhos de Estremoz e de Évora (designados na tabela abaixo por Concelhos-sede), na ordem de acima de 70%. Verificamos a mesma tendência significativamente maioritária quanto à proveniência “Região Alentejo”, superior a 80%.

Quadro 8 - Origem da população escolar Cursos vocacionais - Pólos de Évora e Estremoz - AL 2015-2016

CURSOS VOCACIONAIS (3.º Ciclo) AL 2015-2016	Formando/As					Proveniência			
	N	Masc		Fem		Concelhos- Sede (Evr+Etz)		Alentejo	
		N	%	N	%	N	%	N	%
TOTAIS	66	38	57,6	28	42,4	47	71,2	54	81,8

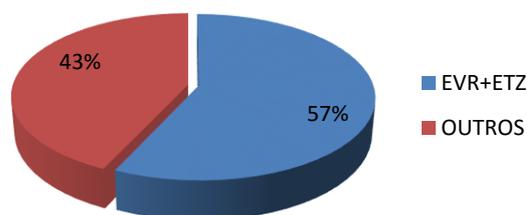
Fonte: DTP – Mar. 2015

A agregação de dados, de níveis de escolaridade e de tipologia de Cursos, aponta para cerca de 88,6% de jovens em formação na EPRAL (504/569) provenientes de localidades da Região Alentejo e de cerca de 56% de jovens provenientes das localidades “Concelhos-sede”, Estremoz e Évora (324/569).

Gráfico 16 – Origem dos/as formandos/as - ALENTEJO vs outras regiões – AL 2015-2016

Fonte: DTP – Mar. 2015

Gráfico 17 – Origem dos/as formandos/as – Évora e Estremoz vs outros concelhos – AL 2015-2016



Fonte: DTP – Mar. 2015

Quadro 9 - Cursos/Turmas em funcionamento no AL 2015-2016 - Pólos de Estremoz e de Évora

CURSOS PROFISSIONAIS NÍVEL IV	ÉVORA			ESTREMOZ			TOTAL/TURMAS			
	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	T
Cursos Profissionais – N4 (12º. Ano, ensino secundário)										
Área de Formação de Audiovisuais e Produção dos Media										
Multimédia	2	2	1				2	2	1	5
Vídeo	1						1			1
Área de Formação de Marketing e Publicidade										
Comunicação/ Marketing, Rel. Pub. e Publicidade			1						1	1 a)
Organização de Eventos			1						1	1 a)
Área de Formação de Gestão e Administração										
Gestão			1						1	1
Área de Formação de Indústrias Agro-alimentares										
Processo. e Controlo de Qualidade Alimentar			1						1	1
Área de Formação de Construção Civil										
Construção Civil			1						1	1
Área de Formação de Serviço de Apoio a Crianças e Jovens										
Apoio à Infância	1	1	1				1	1	1	3
Área de Formação de Hotelaria e Restauração										
Restauração	2	2	2				2	2	2	6
Receção		1						1		1
Área de Formação de Tecnologias da Saúde										
Auxiliar de Saúde	1	1					1	1		2
SUB TOTAL	7	7	8			1	7	7	8	22
	22 (a)			0			22 (a)			
Cursos Vocacionais (3º. Ciclo, ensino básico)										
Hotelaria e Turismo		1	-			-		1		1
Tecnologias e Técnicas de Comunicação Digital	1						1			1
Trabalhos Social e Intervenção Educativa	1						1			1
Moda, Costura e Marroquinaria					1			1		1
SUB TOTAL	2	1			1		2	2	-	4
	3						4			
TOTAL	25			1			26			
a) Constituem grupo-turma único										

Fonte: DTP – Mar. 2015

Numa análise muito sumária, salientamos que se encontram em funcionamento um total de 26 grupos turma, agregando todos os níveis de escolaridade e tipologias de Cursos, com predominância para a

áreas de **Hotelaria e Turismo** (8 grupos-turma) e de **Audiovisuais e Produção dos Media** (7 grupos-turma).

1.2. Provas de Aptidão Profissional

No final do **2012-2015**, considerados os Pólos de Estremoz e de Évora da EPRAL, foram apresentadas 161 Provas de Aptidão Profissional, cuja distribuição apresentamos, identificando, curso-a-curso, o nº. de formandos/as, a notação média das *Provas* e as entidades externas que integraram os respetivos Júris de Avaliação.

Quadro 10 – Provas de Aptidão Pedagógica

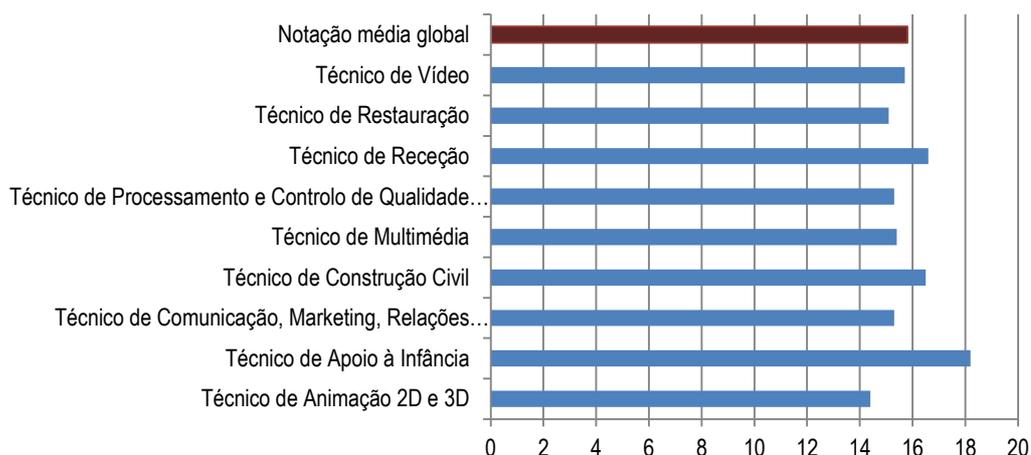
CURSO	N	Notação	Júri de Avaliação - Entidades externas	
A 2D 3D	16	14,4	Universidade de Évora/Núcleo Minerva	ARQUI 300 - Projetos de Arquitetura e Serviços de Informática, Lda
AI	22	18,2	Universidade de Évora/DP Educação	CME/Divisão Socioeducativa
CMRPP	23	15,3	NERE – Núcleo Empresarial da Região de Évora	Soc. Central de Cervejas e Bebidas, SA (Deptº. Mark. e Vendas)
CCIVIL	13	16,5	AECOPS (Delegação de Évora)	IP Portalegre/Esc. Superior de Tecnologia e Gestão
MULT (a)	11	15,4	Universidade de Évora/Núcleo Minerva	Universidade de Évora/Audiovisuais
PCQA	19	15,3	CERTIS – Controlo e Certificação Alimentar	DECO – Associação Portuguesa de Defesa do Consumidor
REC	19	16,6	ERT - Turismo de Alentejo	ADHP – Associação de Diretores de Hotel de Portugal
REST	24	15,1	Turismo de Portugal, IP/ESHT Lisboa	ERT Turismo de Alentejo
VÍDEO (a)	12	15,7	Universidade de Évora/Núcleo Minerva	Universidade de Évora/Audiovisuais

a) Constituíram grupo-turma único

N = nº. de PAP apresentadas

Fonte: DTP – Mar. 2015

Gráfico 18 - Provas de Aptidão Pedagógica



Fonte: DTP – Mar. 2015

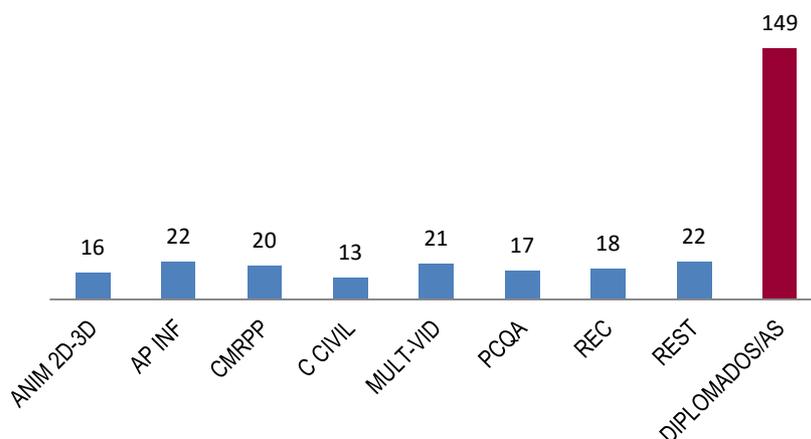
1.3. Conclusão de Curso (Diplomados/as)

No final do CF 2012-2015, considerados os Pólos de Estremoz e de Évora da EPRAL, concluíram integralmente a sua formação **149 finalistas**, correspondendo a uma taxa de conclusão global da ordem dos **84,2%**, relativamente ao nº. de jovens que se encontravam matriculados no 3º. Ano no Ano Letivo de 2013-2014, e de **72%**, relativamente ao nº. de formandos/as que iniciaram a sua formação no início do ciclo formativo em apreço.

São de destacar as turmas dos Cursos Profissionais de **Técnico de Apoio à Infância** (Pólo de Évora) e de **Técnico de Restauração** (Pólo de Évora), com uma taxa de conclusão de 88%, quer face ao nº. de matriculados/as no 1º. Ano de formação, quer face ao nº. de matriculados/as no 3º. Ano de formação.

A turma de **Técnico de Construção Civil** (Pólo de Évora) apresenta os resultados finais menos conseguidos, abaixo dos valores médios de referência, com taxas de conclusão de 50% e de 72,2%, face aos/as matriculados no 1º. e no 3º. Ano de formação, respetivamente.

Pólos de Estremoz e de Évora



Fonte: DTP – Mar. 2015

1.4. Pós-formação

Os dados relativos aos percursos pós-formação dos/as diplomados/as estão em apuramento no âmbito dos trabalhos de implementação do *sistema de garantia de qualidade* (EQAVET), prevendo-se que estejam disponíveis no final de abril/2016. Foi já enviado aos/às diplomados/as um questionário adequado a esta finalidade, contemplando as variáveis exigíveis no quadro do *sistema de garantia de qualidade*, sendo de salientar a identificação de entidades empregadoras a fim de que, seguidamente, seja apurado o seu grau de satisfação relativamente ao nível de competências demonstradas no exercício profissional, ou local de trabalho.

1.5. Formação em Contexto Real de Trabalho (FCT)

Envolvendo os Cursos-Turma em funcionamento no ano escolar de 2015-2016, considerados os Pólos de Estremoz e de Évora da EPRAL, foram envolvidos/os 357 formandos/as em ações de formação em contexto real de trabalho (FCT) correspondendo a outros tantos *Estágios Curriculares* e a um volume de horas de formação em contexto real de trabalho superior a 96.000.

Não se verificaram quaisquer constrangimentos na procura e seleção de entidades de acolhimento para os jovens formandos, tendo sido privilegiadas na colocação de formandos/as em FCT as entidades que nos garantiram boas condições de trabalho (organização do trabalho e ambiente tecnológico) e de tutoria interna.

Salientamos ainda o facto de mais de 70% dos estágios terem sido realizados em empresas-organizações com atividade no Distrito de Évora e mais de 95% na Região Alentejo.

1.6. Caracterização do Grupo de Formadores/as EPRAL

Considerando o ano escolar iniciado no ano de 2015 e as necessidades de docentes associadas ao Plano de Formação 2015-2016 da EPRAL, perspectivava-se o envolvimento de um total de 37 formadores/as, número que veio a concretizar-se, distribuídos/as pelas seguintes **categorias**:

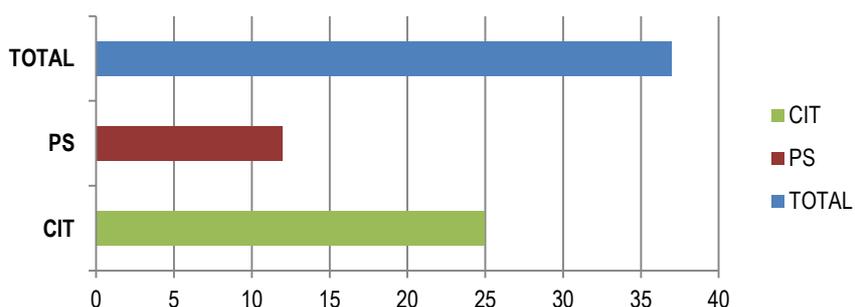
Quadro 11 - Distribuição de Docentes por vínculo contratual

Docentes		Nº
Docentes com Contrato de Trabalho sem termo e a tempo integral		25
Docentes com Contrato de Prestação de Serviços (para suprimento de necessidades pontuais)		12
TOTAL		37

Fonte: DTP – Mar. 2015

Os docentes a exercerem a sua **profissão a tempo integral** (25 pessoas) representavam 67,6% do universo de formadores/as (37 pessoas). Os/as docentes prestadores/as de serviço, representavam cerca de 32,4%.

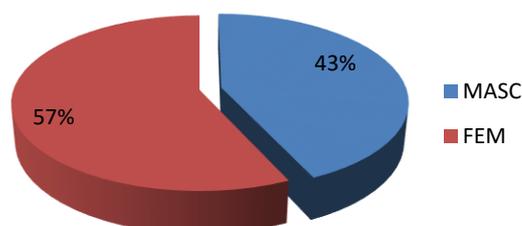
Gráfico 20 – Distribuição de docentes por vínculo contratual



Fonte: DTP – Mar. 2015

Do ponto de vista da **distribuição por género**, considerado o universo agregado de ambas as categorias, predominava o grupo feminino com 56,8% (21 pessoas).

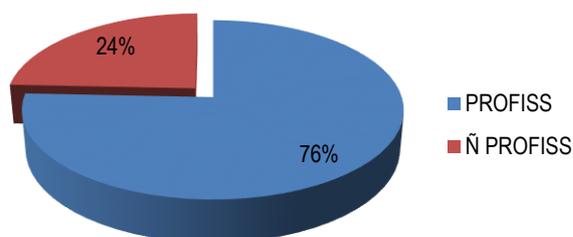
Gráfico 21 – Distribuição de docentes por género



Fonte: DTP – Mar. 2015

Atendendo a **qualificações profissionais**, e considerando o mesmo universo, o grupo de docentes profissionalizados/as representava cerca de 76% (28 pessoas), sendo de salientar que todos/as os/as docentes de disciplinas de componentes socioculturais e científicas de cursos profissionais eram licenciados/as e profissionalizados/as, isto é, qualificados/as para a docência, conforme exigido por Lei.

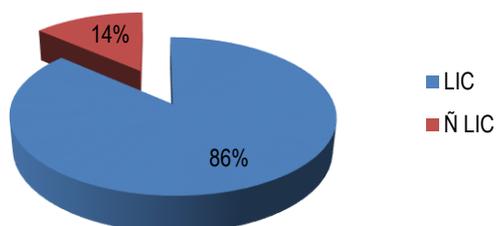
Gráfico 22 – Distribuição de docentes por qualificação para a docência



Fonte: DTP – Mar. 2015

Atendendo ao nível e **habilitações académicas**, para o mesmo universo global de 37 docentes, verificou-se que 86,5% dos/as docentes (32) eram titulares de licenciatura e que, de entre estes, 27% (10 docentes) eram titulares de *estudos pós-graduados* (Doutoramento, Mestrado, Pós-graduação, etc.) e 14% não licenciados.

Gráfico 23 - Distribuição de docentes por habilitações académicas



Fonte: DTP – Mar. 2015

No que se refere ao **tempo médio de serviço** dos/as docentes, do quadro privativo da FA/EPRAL, era de 17 anos (exercidos na Escola Profissional da Região Alentejo).

Quanto à **idade** (em média) dos/as docentes, do quadro privativo da FA/EPRAL, era de 44,6 anos (45,6, para o grupo feminino e 42,3, para o grupo masculino).

1.7. Atividades Orientadas para a comunidade escolar e para a consolidação das relações com a comunidade

➤ Auditoria a cabo da Agência para a Coesão e Desenvolvimento

Março/2015

POPH – Programa Operacional Potencial Humano

Trabalho de Campo: 4 a 6 de Março

Todos os *itens* do dossiê técnico-pedagógico em apreciação foram declarados em conformidade.

➤ Intervenção IGEC (Inspeção-geral de Educação e Ciência)

Outubro-Novembro/2015

Esta intervenção da IGEC permitiu-nos constatar a necessidade de reformulação e de aperfeiçoamento de instrumentos estruturantes da organização e funcionamento da EPRAL, essencialmente:

- Projeto Educativo (revisão e atualização);
- Regulamento Interno (revisão e atualização, em conformidade com a Portaria 74-A/2013 de 15/02);
- Regulamentos e documentos orientadores de PAP (Provas de Aptidão Profissional) e de FCT (Formação em Contexto de Trabalho);
- Avaliação de aprendizagens (clarificação de critérios de avaliação e de classificação de aprendizagens).

No final do 1º. Período do ano escolar 2015-2016, foram apresentados pela Direção Técnico-pedagógica e aprovados pelo Conselho Pedagógico da EPRAL (Dezembro 2015): Regulamento de Avaliação de Aprendizagens; Regulamento de Provas de Aptidão Profissional; Regulamento de Formação em Contexto de Trabalho.

O Projeto Educativo e o Regulamento Interno da EPRAL encontram-se em revisão e reformulação, prevendo-se que venham ser concluídos e aprovados até final do ano escolar.

Foram também identificadas necessidades de formação profissional docente (cf. “Formadores – Formação Profissional”).

➤ Sistema de Garantia de Qualidade

EQAVET

Enquadramento legislativo e normativo: DL 92/2014 de 20/06

O Decreto-lei 92/2014, de 20 de junho (Regime Jurídico das Escolas Profissionais) estabelece (Cap. VI, Artº. 60º., 61º. e 62º.) a obrigatoriedade para as escolas profissionais de implementação de sistemas de garantia da qualidade articulados com o Quadro EQAVET (Quadro de Referência Europeu da Garantia da Qualidade para a Educação e Formação Profissionais).

A implementação de sistemas de garantia de qualidade articulados com o Quadro EQAVET é fator de apreciação e de ponderação das candidaturas pedagógica (SIGO) e financeira (POCH). Este sistema de garantia de qualidade permite ainda dar cumprimento aos requisitos do *programa de avaliação externa das escolas* (IGEC)

Compete à ANQEP, a promoção, acompanhamento e apoio à implementação dos sistemas de garantia de qualidade bem como a sua certificação enquanto sistemas EQAVET.

Neste âmbito participámos nas reuniões de trabalho dinamizadas pela ANQEP (abril e setembro/2015) e estamos a desenvolver os trabalhos concomitantes:

- proposta para elaboração do **Documento-base** (compromisso com a garantia da qualidade da oferta de ensino e formação profissional) e **Plano de Ação**;
- proposta de implementação do **Sistema de Garantia da Qualidade**, no âmbito da EPRAL.

➤ **Referenciação de Cursos Profissionais ao CNQ (disciplinas das componentes de formação técnicas)**

Enquadramento legislativo e normativo: DL 91/2013 de 10/07, PT 74-A/2013 de 15/02, CIRC-ANQEP 3/2015, de 15/07.

Por força dos dispositivos e normativos legais identificados, por forma a garantir a certificação das qualificações profissionais obtidas no âmbito dos Cursos Profissionais e respetivas “saídas profissionais”, as disciplinas das componentes de formação técnica, passam a ser constituídas por UFCD (Módulos) do CNQ.

Na primeira fase de implementação do processo de referenciação ao CNQ (2016) e nos termos da Circular ANQEP 3/2015, de 15/07 no que concerne à oferta formativa da EPRAL em funcionamento, estão nesta condição a partir do ano escolar 2015-2016: Técnico Auxiliar de Saúde; Técnico de Multimédia; Técnico de Restauração (Cozinha-pastelaria e Restaurante-bar).

➤ **Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP)**

Assinatura de Protocolo de Cooperação com o Instituto Politécnico de Portalegre IPP), visando a implementação de CTeSP na EPRAL, nomeadamente:

- a) No âmbito da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do IPP, CTeSP em DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS MULTIMÉDIA, CTeSP em MARKETING E VENDAS e CTeSP em REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE EDIFÍCIOS;
- b) No âmbito da Escola Superior de Educação do IPP, CTeSP em ACOMPANHAMENTO DE CRIANÇAS E JOVENS.

➤ **JORNADAS PEDAGÓGICAS – ANESPO (Associação Nacional de Escolas Profissionais) /2015**

“25 anos ao serviço da Educação e Formação”

Escola Profissional de Matosinhos,
Matosinhos, 17 de julho/2015

➤ **SEMINÁRIO ANESPO/ANQEP**

“Garantia de Qualidade na Educação e Formação Profissional”

Fórum Luísa Todi
Setúbal, 23 de abril/2015

➤ **SEMINÁRIO ANESPO/ANQEP**

“Integração dos Cursos Profissionais no Catálogo Nacional de Qualificações”

Escola Profissional da Moita
Moita, 23 de julho/2015

➤ **SEMINÁRIO INTERNACIONAL FIDESTRA**

ASSOCIAÇÃO PARA A FORMAÇÃO, INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DOS
TRABALHADORES

(Federação Europeia dos Trabalhadores Democratas Cristãos)

“Educação Profissional: um contributo para o mercado de trabalho no âmbito do *Diálogo Social Europeu*”

Escola Profissional Lago Cerqueira
Amarante, 8 e 9 de maio/2015



Destacamos ainda a participação nas atividades de promoção do *Projeto Educativo*, de colaboração e de cooperação com a comunidade, abaixo indicadas:

➤ **AUDIOVISUAIS (ANIMAÇÃO 2D E 3D, MULTIMÉDIA E VÍDEO)**

- Participação no FIKE (Festival Internacional de Kurtas de Évora, junho/2015), sessões promocionais: apresentações 9 de trabalhos realizados por diplomados/as e formandos/as dos Cursos Profissionais de Técnico de Animação 2D e 3D, Técnico de Multimédia e Técnico de Vídeo.
- Participação no Concurso “Cartaz do Mês da Juventude” (Câmara Municipal de Évora).
- Participação no Concurso “Nova linha gráfica do POCH”.
- Reportagem audiovisual da “Corrida da Cidade de Vendas Novas/2015”



➤ **CIDADANIA E VOLUNTARIADO SOCIAL**

- Constituição de um grupo de voluntários/as na EPRAL, no quadro do projeto “*Youngvolunteam*” (Programa, das Associações “Entrajuda” e “Sair da Casca, de sensibilização das comunidades educativas para a prática do *Voluntariado* como expressão de *Cidadania Ativa*)
- Participação na iniciativa “Parlamento dos Jovens”
Ensino Básico (Formandos/as de Cursos Vocacionais)
Tema: “Racismo, Preconceito, Discriminação. Ao debate!”
Ensino Secundário (Formandos/as de Cursos Profissionais)
Tema: “Assimetrias Litoral/Interior. Que soluções?”

➤ **46º. ANIVERSÁRIO DO “DIÁRIO DO SUL”**

(Iniciativa: Grupo Diário do Sul)

Évora, fevereiro/2015 (Técnico de Apoio à Infância, Técnico de Comunicação, Marketing, Relações Públicas e Publicidade, Técnico de Multimédia, Técnico de Organização de Eventos, Técnico de Vídeo).

➤ **BTL – BOLSA DE TURISMO DE LISBOA**

(Parceria com a CM de Portel)

Showcooking – Confeção da Açorda

Lisboa, fevereiro/2015

(Técnico de Restauração)

➤ **FUTURÁLIA/2015**

Lisboa, março/2015

(Técnico de Marketing, Relações Públicas e Publicidade e Técnico de Organização de Eventos)

➤ **I ENCONTRO DE VOLUNTARIADO DA JUVENTUDE**

Fundação Eugénio de Almeida

Évora, março/2015

(Técnico de Gestão e Técnico de Comunicação, Marketing, Relações Públicas e Publicidade)

➤ **CONGRESSO DAS AÇORDAS**

(Iniciativa da Câmara Municipal de Portel)

Showcooking

Portel, março/2015

(Técnico de Restauração)



➤ **SEMINÁRIO “VOLUNTARIADO NO MUNDO”**

Universidade de Évora

Évora, abril/2015

(Técnico Auxiliar de Saúde)

➤ **DESAFIO PELA SAÚDE**

(Parceria com o Hospital do Espírito Santo)

Workshop – alimentação saudável

Lisboa, abril/2015

(Técnico de Restauração)

➤ **SEMINÁRIO “ANIMAÇÃO TURÍSTICA E GESTÃO HOTELEIRA”**

Universidade de Évora

Évora, maio/2015

(Técnico de Receção)



➤ **ROADSHOW ENSINO PROFISSIONAL**

(Iniciativa ANQEP)

Arena de Évora

Évora, maio/2015

(Técnico de Multimédia, Técnico de Restauração, Técnico de Vídeo)

➤ **DIA MUNDIAL DA ALIMENTAÇÃO**

(Parceria com a DECO)

Workshop – alimentação saudável

Évora, outubro/2015

(Técnico de Restauração)

➤ **RUNNING WONDERS**

EDP – Meia Maratona de Évora

19-22 de novembro/2015

Participação de voluntários, formandos da EPRAL (Técnico de Apoio à Infância, Técnico de Comunicação, Marketing, Relações Públicas e Publicidade, Técnico de Gestão, Técnico de Organização de Eventos).



➤ **CONFERÊNCIA “TURISMO ACESSÍVEL E INCLUSIVO”**

Fundação INATEL

Évora, novembro/2015

(Técnico de Receção)

➤ **MONTRAS VIVAS NA CIDADE DE ÉVORA**

(Iniciativa: Grupo Diário do Sul)

Évora, dezembro/2015 (Técnico de Apoio à Infância, Técnico de Comunicação, Marketing, Relações Públicas e Publicidade, Técnico de Multimédia, Técnico de Organização de Eventos).



➤ **ÉVORA SOLIDÁRIA**

(Iniciativa Grupo de Comunicação “Diário do Sul”)

Centro Histórico da cidade de Évora

Évora, 12 de dezembro/2015

(Técnico de Apoio à Infância, Técnico de Comunicação, Marketing, Relações Públicas e Publicidade, Técnico de Multimédia, Técnico de Organização de Eventos, Técnico de Vídeo).



Visitas de Estudos

(Curso Profissional e Técnico de Processamento e Controlo de Qualidade Alimentar)



➤ **CARMIM – Cooperativa Agrícola de Reguengos de Monsaraz**

Reguengos de Monsaraz, novembro/2015

➤ **MAPORAL – Matadouro do Porco Raça Alentejana**

Reguengos de Monsaraz, novembro/2015

➤ **ÁGUAS DE LISBOA E VALE DO TEJO**

Lisboa, maio/2015 e 4 novembro/2015

➤ **UNIVERSIDADE DE ÉVORA**

Laboratório de Microbiologia

Évora, outubro/2015

➤ **SONAE - Distribuição**

(Hipermercados Continente)

Évora, maio/2015 e novembro/2015

2. Formação de Adultos

A atividade da valência de Formação de Adultos em 2015 foi fortemente condicionada pela não abertura de candidaturas no âmbito do novo programa do FSE para os recursos humanos, o Programa Operacional Capital Humano. No decorrer do ano não abriram candidaturas para projetos orientados especificamente para adultos, como de Formações Modulares Certificadas ou até mesmo Cursos EFA. Face a este condicionamento, existiu a necessidade de redimensionamento dos recursos humanos afetos à valência.

2.1. Medida Vida Ativa – Emprego Qualificado

No que se refere à atividade da valência, no ano de 2015, foi desenvolvido um Projeto da Medida Vida Ativa – Emprego Qualificado, no âmbito do Acordo de Cooperação celebrado em 2014 entre a Fundação Alentejo e o Instituto do Emprego e Formação Profissional. Este Projeto, apesar do seu início ter sido em 2014, foi no ano de 2015 que se executou a grande maioria das ações. Por esta razão os dados que a seguir se apresentam são relativos à sua execução global.

2.1.1. Execução do Projeto

Ao longo de 2015 foram executados **4 Percursos de 200 horas de formação** e **9 Ações de Técnicas de Procura de Emprego (TPE) de 25 horas** que decorreram em Évora, Estremoz e Reguengos de Monsaraz, entre dezembro de 2014 e novembro de 2015 nas seguintes áreas de Formação:

- **3 Percursos na Área de Formação: Audiovisuais e Produção dos Media**
- **1 Percurso na Área de Formação: Turismo e Lazer**
- **6 Ações de Técnicas de Procura de Emprego - Unidades de Formação de Curta Duração (UFCD) - Desenvolvimento Pessoal e Técnicas de Procura de Emprego;**
- **3 Ações de Técnicas de Procura de Emprego - Unidades de Formação de Curta Duração (UFCD) - Comunicação Assertiva e Técnicas de Procura de Emprego**

Relativamente à execução do projeto que abrangeu **268 formandos/as**, maioritariamente provenientes do concelho de Évora, Estremoz e de Reguengos de Monsaraz, foi executado um **volume de formação total de 19.504 horas de formação**.

Quadro 12 - Execução por Área de Formação

Área de Formação	Execução 2015		
	Volume Formação Realizado	Nº Formandos	Horas Realizadas
213 - Audiovisuais e Produção dos Media	12286	68	600
812 - Turismo e Lazer	3107	21	200
UFCD 8598 - Desenvolvimento Pessoal e Técnicas de Procura de Emprego	4111	179	225
UFCD 8599 - Comunicação Assertiva e Técnicas de Procura de Emprego			
TOTAL	19504	268	1025

Fonte: Formação de Adultos FA – mar. 2016

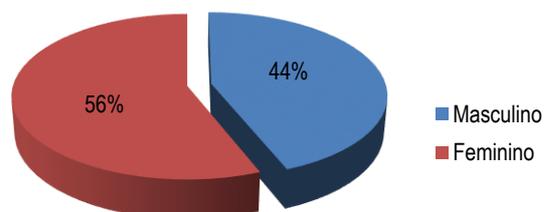
2.1.2. Caracterização dos Formandos/as

No que se refere ao número de formandos por género podemos verificar que predomina o género feminino que corresponde a 56% do universo total de formandos/as. No que se refere à sua distribuição por área de formação e por género verifica-se uma maior predominância do género feminino na área de formação de Audiovisuais e Produção dos Media e nas UFCD de Técnicas de Procura de Emprego.

Quadro 13 – Formandos/as Abrangidos por Área de Formação

Áreas de Formação	Formandos abrangidos		
	Masculino	Feminino	TOTAL
213 - Audiovisuais e Produção dos Media	27	41	68
812 - Turismo e Lazer	13	8	21
UFCD 8598 - Desenvolvimento Pessoal e Técnicas de Procura de Emprego	78	101	179
UFCD 8599 – Comunicação Asssertiva e Técnicas de Procura de Emprego			
TOTAL	118	150	268

Fonte: Formação de Adultos FA – mar. 2016

Gráfico 24 – Distribuição de Formandos/as por género

Fonte: Formação de Adultos FA – mar. 2016

Considerando o projeto de forma global e as variáveis “situação face ao emprego” e “género”, a caracterização dos formandos/as apresenta os seguintes resultados:

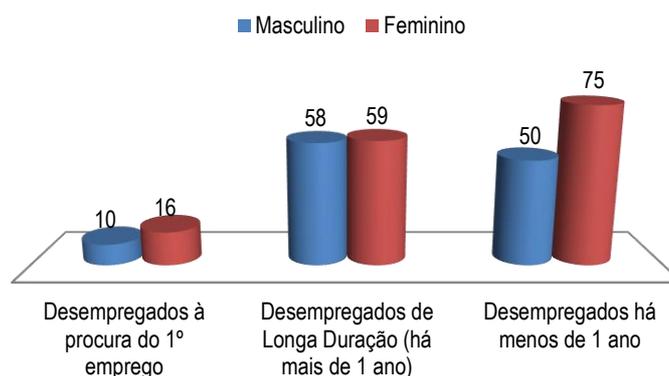
Quadro 15 - Por Situação face ao Emprego

Formandos por Situação face ao emprego		Masculino	Feminino	Total
Desempregados	Desempregados à procura do 1º emprego	10	16	26
	Desempregados de Longa Duração (há mais de 1 ano)	58	59	117
	Desempregados há menos de 1 ano	50	75	125
TOTAL		118	150	268

Fonte: Formação de Adultos FA – mar. 2016

Verifica-se em termos de frequência, que predominam as tipologias Desempregados há menos de 1 ano e DLD - Desempregados de Longa Duração.

Gráfico 25 - Situação face ao Emprego por Género



Fonte: Formação de Adultos FA – mar. 2016

No que se refere à distribuição dos formandos/as por grupos etários, considerando, ainda, a variável “género”, apresenta os seguintes resultados e representação gráfica:

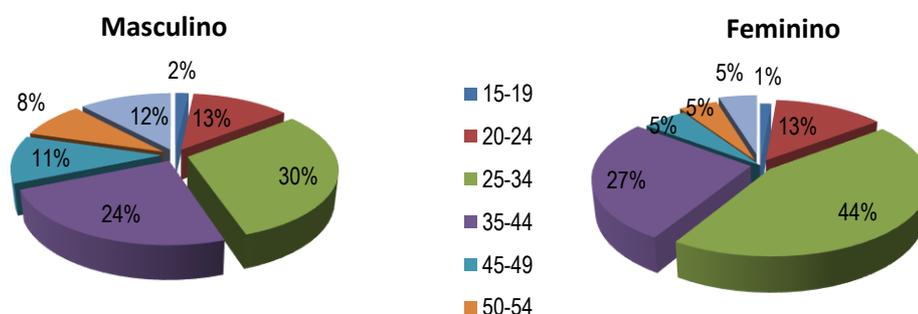
Quadro 16 – Distribuição de Formandos/as por Género e por Grupo Etário

Género	Grupos etários								TOTAL
	15-19	20-24	25-34	35-44	45-49	50-54	55-64	>64	
Masculino	2	15	36	28	13	10	14	0	118
Feminino	2	20	66	40	8	7	7	0	150
TOTAL	4	35	102	68	21	17	21	0	268

Fonte: Formação de Adultos FA – mar. 2016

O grupo etário onde se regista maior incidência no âmbito do projeto é o de **25-34 anos**, representando no género feminino 44% do total e no género masculino, 30% do total.

Gráfico 26 – Distribuição de Formandos/as por Género e por Grupo Etário



Fonte: Formação de Adultos FA – mar. 2016

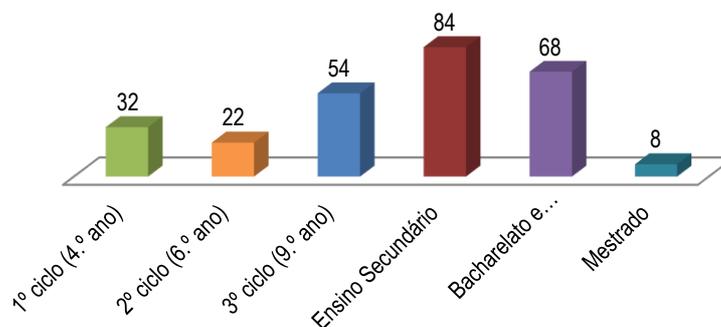
No que concerne às **habilitações académicas**, importa referir que os grupos mais representativos são o dos formandos com Ensino Secundário e o dos detentores de Bacharelato e Licenciatura.

Quadro 17 – Distribuição por Género e por Habilitações Académicas

Habilitações Académicas	Masculino	Feminino	Total
1º ciclo (4.º ano)	23	9	32
2º ciclo (6.º ano)	11	11	22
3º ciclo (9.º ano)	31	23	54
Ensino Secundário	32	52	84
Bacharelato e Licenciatura	18	50	68
Mestrado	3	5	8
Doutoramento	0	0	0
TOTAL	118	150	268

Fonte: Formação de Adultos FA – mar. 2016

Gráfico 27 – Distribuição por Habilitações Académicas



Fonte: Formação de Adultos FA – mar. 2016

2.1.3. Aprovações e Desistências

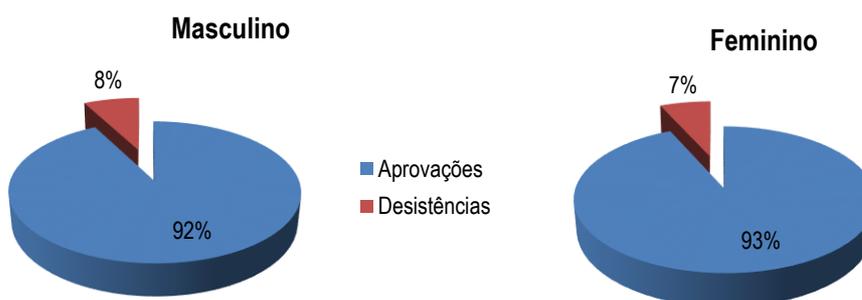
Quadro 18 - Aprovações (certificações) e Desistências por Género

Género	Aprovações	Desistências	Total
Masculino	109	9	118
Feminino	139	11	150
TOTAL	248	20	268
%	93	7	100

Fonte: Formação de Adultos FA – mar. 2016

Podemos destacar a elevada percentagem de aprovações/certificações (93%) o que constitui um indicador representativo do nível de sucesso do Projeto. Relativamente à percentagem de desistências (7%), este valor pode ser considerado baixo sobretudo se considerarmos as razões que estiveram na sua origem, tal como podemos verificar pelo quadro nº 19 que indica quais as motivações para as desistências.

Gráfico 28 – Aprovações (certificações) e Desistências por Género



Fonte: Formação de Adultos FA – mar. 2016

Quadro 19 - Motivações para as desistências

Género	Emprego	Saúde	Freq. Outra Formação	Abandono	Total
Masculino	1	1	0	7	9
Feminino	3	0	1	7	10
TOTAL	4	1	1	14	20
%	20	5	5	70	100

Fonte: Formação de Adultos FA – mar. 2016

Dos 20 formandos/as que desistiram das ações verifica-se que 14 abandonaram a formação sem qualquer tipo de formalização, 4 encontraram emprego (que coincide com um dos objetivos da Medida Vida Ativa do IEFP), 1 formando desistiu por motivos de saúde e 1 formanda desistiu por frequência de outra formação.

3. Colégio Fundação Alentejo

3.1. Contexto

O Colégio Fundação Alentejo (CFA) integra-se na dinâmica de intervenção que é definida na visão e projetada na missão da sua entidade promotora, as quais constituem seus elementos inspiradores.

A execução das atividades assumidas no Plano de Atividades para 2015, decorreu normalmente e nos termos do seu Projeto Educativo e Regulamento Interno.

Neste ano letivo registou-se um crescimento significativo do número de utentes. Designadamente, verificou-se a entrada de 37 alunos e a saída de 31 alunos, existindo um aumento de 6 alunos neste ano.

Este crescimento encontra-se distribuído igualmente pelas diferentes valências. Na Creche encontram-se 3 salas em funcionamento, sendo uma delas de berçário e duas de creche. No jardim-de-infância as três salas continuaram em funcionamento, uma sala com 19 alunos, uma sala com 20 alunos e outra sala composta por 24 alunos cada. No 1º Ciclo verifica-se a existência de uma sala do 1º ano, uma outra sala do 2º ano e uma terceira sala do 3º e 4º ano.

Quadro 20 - Distribuição dos alunos de 1º ciclo

Sala	Ano	Alunos/ano	Alunos/Sala	Total alunos 1º ciclo
1	1º ano	10	10	48
2	2º ano	20	20	
3	3º ano	13	18	
	4º ano	5		

Fonte: CFA. Mar. 2016

O crescimento significativo verificado levou a um ajustamento do pessoal docente e não docente, com o objetivo de dar uma resposta de qualidade às crianças e famílias, mas também com o intuito de fazer prevalecer a missão do CFA “Aprender a SER”.

Entre dezembro de 2014 (148 utentes) e dezembro de 2015 (154 utentes) verificou-se um crescimento do número de utentes na ordem dos 4%.

Quadro 21 - Evolução do nº de Crianças/Alunos

	janeiro	junho	setembro	dezembro
Crianças/Alunos	150	159	146	154

Fonte: CFA. Mar. 2016

Gráfico 29 - Evolução do nº de Crianças/Alunos ao longo de 2015



Fonte: CFA. Mar. 2016

O crescimento apontado anteriormente, ao nível das diferentes valências, deve-se ao facto de continuarem a existir boas práticas em contexto, o que leva as famílias a optarem por deixar os seus filhos no CFA. Uma prática direccionada para a dimensão do cuidado, para uma aprendizagem a partir dos conhecimentos que as crianças já possuem, tendo como referência a metodologia de trabalho projeto onde se procura a realização de um trabalho que assenta na criatividade, no desenvolvimento da autonomia e responsabilidade, assim como na cooperação. Um processo que envolve um diálogo e negociação direta com as crianças e famílias.

É importante enfatizar o cuidado à volta do conceito de resiliência desenvolvido no CFA, neste último ano letivo, através da aplicação de estudos a um nível mais específico, mas também mais geral, o que permitiu ganhar uma consciência precisa em relação às necessidades e interesses não só dos utentes, mas também de toda a equipa.

As quatro dimensões referidas no PE do CFA continuam a ser fatores estruturantes práticas diárias dos colaboradores do CFA:

- . a educação para a saúde e para a resiliência;
- . a educação para a autonomia e responsabilidade;
- . a educação para a criatividade e empreendedorismo;
- . a educação para a solidariedade e cidadania.

É desenvolvido todo este trabalho em prol da comunidade e com o apoio incansável da Diretora do Colégio, que diariamente levou a equipa a refletir e a questionar a sua própria prática.

A criação de um perfil de competências, que abrange diferentes áreas, permitiu uma maior reflexão em torno da partilha e trabalho de equipa, do respeito e do afeto, do crescimento profissional, da inovação e qualidade, da eficácia, da eficiência, do cuidado e da liderança. Reconhecer e partilhar os erros, respeitar as particularidades de cada família e saber adequar as respostas às necessidades das mesmas, colocar-se no lugar das crianças, participar em formações, *workshops* de forma a melhorar práticas/respostas, tratar pelo nome os pais das crianças, ter uma atitude profissional, ser resiliente, garantir a segurança dos grupos, são alguns exemplos de competências desenvolvidas e avaliadas pela equipa do CFA.

3.2. Cumprimento dos objetivos

Um sonho, um projeto, uma instituição, uma casa.

Quatro anos de existência. Aprendizagens, adaptações, adequações e reestruturação de formas de trabalhar e agir, de forma a conseguir operacionalizar todo um projeto educativo promissor e de extrema exigência.

Encontrar a pessoa, “o ser”, que existe em cada um dos profissionais que fazem parte desta equipa e ajudá-la a mostrar e partilhar o seu melhor.

Conhecer as particularidades das crianças de hoje e entender, bem como reconhecer, a dimensão do alcance das suas necessidades e disposição de exploração do mundo que as rodeia.

Entender o conceito que, atualmente, a nossa sociedade tem por Família e tentar devolver-lhe todos os valores, interesses, compreensão e compromisso que lhe têm sido subtraídos.

Todo um caminho tem sido percorrido e nos dá hoje a certeza que, apesar de assumirmos com toda a convicção e transparência que trabalhamos para as crianças e não para alimentar as projeções dos pais, temos conseguido ser aceites com confiança.

Para o ano letivo 2015-2016 o compromisso que acresce é o de sustentar todas estas aprendizagens e assumirmo-nos como uma identidade definida, possível de ser trabalhada, estudada e aceite pedagogicamente como uma prática, não por sentido, mas sim com sentido.

3.3. Funcionamento e Atividades

O Colégio, conforme o seu Projeto Educativo e Regulamento Interno, é uma resposta educativa que se prolonga ao longo de todo o ano civil, contudo, a sua valência de 1º Ciclo do Ensino Básico está sujeita ao calendário escolar superiormente fixado:

Calendário escolar

- 2º Período do ano letivo de 2014/2015: 5 de janeiro a 20 de março de 2015
- 3º Período do ano letivo de 2014/2015: 7 de abril a 12 de junho de 2015
- 1º Período do ano letivo de 2015/2016: 15 de setembro a 17 de dezembro de 2015

Interrupções letivas

- Carnaval: de 16 a 18 de fevereiro de 2015
- Páscoa: de 23 de março a 6 de abril de 2015
- Natal: de 18 de dezembro de 2015 a 4 de janeiro de 2016

Contudo, nos períodos extra calendário escolar, o Colégio assumiu para com os alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico e para com as suas famílias o compromisso de assegurar atividades ao longo desses mesmos períodos.

Atividades Transversais a toda a Comunidade

A Equipa Pedagógica e a Direção do Colégio desenvolvem um conjunto de atividades transversais a toda a comunidade educativa, específicas do CFA, algumas delas programadas, e outras motivadas pelas necessidades e interesses emergentes das crianças. Através destas atividades pretendeu-se o envolvimento dos utentes em dinâmicas relevantes e adaptadas às suas idades, desenvolvidas no CFA e em diferentes espaços na cidade de Évora.

Destas atividades específicas transversais destacam-se as seguintes:

- Reorganização dos espaços
“Mesmo grupo, sala diferente”
- Exercício de tomada de consciência
“Aprende a colocar-te no lugar do outro”
- Projetos de Solidariedade – Todas as Valências
Estes projetos, realizados pelas salas, envolvem entidades externas, tais como:
 - Cantinho dos Animais
 - Hospital Espírito Santo de Évora
 - Recolhimento Ramalho Barahona
 - Banco Alimentar
 - Chão dos Meninos

- UNICEF

- Projeto da Eletricidade – Valência de Jardim de Infância
- Projeto sobre o sistema circulatório “O Sangue” – Valência de Jardim de Infância
- Projeto sobre a saúde alimentar - O Chocolate – Valência de Jardim de Infância
- Projeto de investigação/ação – Como construir um Elevador - Valência de Jardim de Infância
- Dia dos Namorados – Todas as valências (Fevereiro de 2015)
- Carnaval – Todas as valências (Fevereiro de 2015)
- Páscoa – Todas as Valências (Março de 2015)
- Natal – Peça de Teatro para as crianças de todas as Valências
- Processo de facilitação da transição das crianças entre valências (Julho a setembro de 2015)
- Simulacro – “Terra a tremer” – Todas as valências (Novembro de 2015)



- Simulacro de incêndio – Valência de Jardim de Infância (Novembro de 2015)
- “Vamos conhecer a nossa cidade” – Todas as valências (ao longo de todo o ano)
 - Visitas aos locais históricos da cidade
 - Passeios e visitas a locais de referência
- Promoção de momentos de acesso à cultura – Todas as valências (ao longo de todo o ano)
 - Visitas de estudo a exposições
 - Visitas de estudo a momentos culturais (musicais, teatro)
- Momentos de partilha das Famílias nos Espaços do Colégio - Todas as valências (ao longo de todo o ano)
- Exploração Vocacional – Todas as Valências (ao longo de todo o ano)

Visitas aos locais de trabalho dos pais

Visitas dos pais ao Colégio para explanação da sua profissão

- Educação para a saúde – Todas as Valências (ao longo de todo o ano)
 - Saúde Oral
 - Alimentação

- Implementação da Avaliação de Desempenho e Perfil de Competências – Colaboradores (ao longo de todo ano)

- Participação em iniciativas promovidas pela comunidade envolvente
 - Demonstração Cinotécnica pela PSP (setembro 2015) – Valência de 1º Ciclo
 - CTT – Ação de Natal – Valência de 1º Ciclo

3.4. Formações

- Grupo de Suporte e Reflexão para técnicos (ao longo de todo o ano)

A metodologia do Grupo de Suporte e Reflexão pressupõe a partilha de um caso/situação para o qual exista necessidade de suporte por parte dos colegas, seja este suporte traduzido em estratégias ou em partilha do conhecimento e responsabilidade sobre a situação. Não só são dadas sugestões de intervenção nos casos/situações, como são partilhadas experiências e inseguranças de todos os técnicos.

- Semana Mundial do Aleitamento Materno (outubro de 2015) – Workshop para a comunidade

3.5. Outras atividades

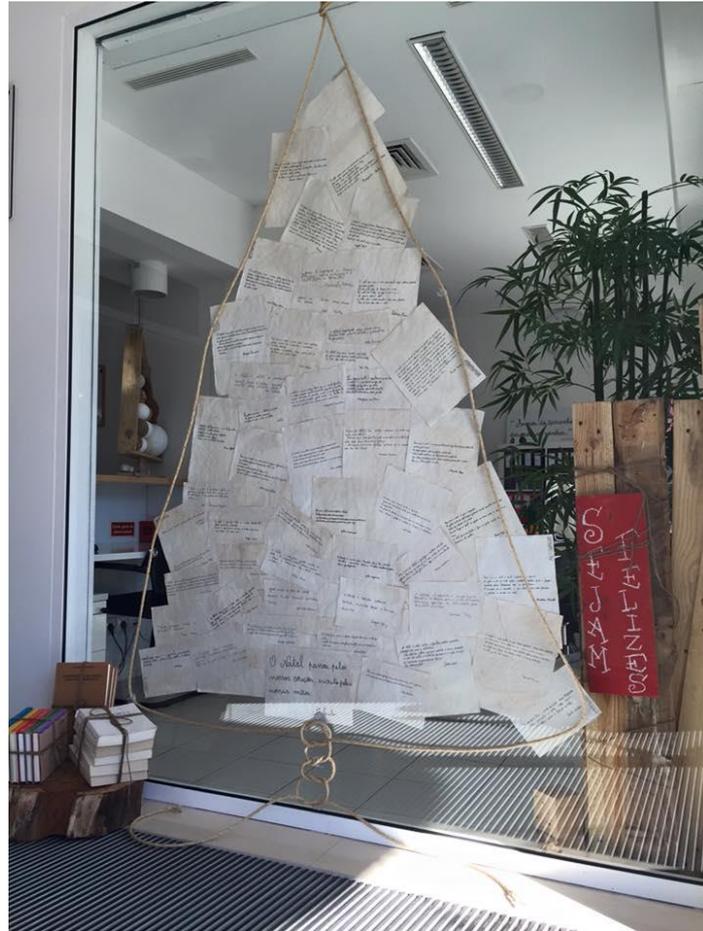
- Ações de divulgação do Colégio no exterior
Construção de árvores de Natal para o Colégio e para a Fundação Alentejo



Com a participação das famílias



Decoração exterior



Realizada pelos alunos do 1º ciclo



Realizada por todas as valências



Árvore construída pelo CFA como oferta à Fundação Alentejo

3.6. Protocolos de Cooperação CFA

Ao longo do ano de 2015 foram estabelecidos mais 6 Protocolos de Cooperação com novas entidades, que acrescem aos 40 estabelecidos no ano de 2014.

3.7. Candidatura a Prémios

CANDIDATURA AO PRÉMIO DE ESCOLA

Edição 2014/15 – Promovido pelo Ministério da Educação e Ciência

O Colégio Fundação Alentejo apresentou uma candidatura ao Prémio de Escola 2014/15 – Promovido pelo Ministério da Educação e Ciência com a seguinte fundamentação:

Resumo

Quando se pensa, fala e debate sobre Educação, o grande foco é o resultado, algumas vezes o processo, mas nunca o seu sentido e verdadeira essência. Educar é vida. Mais do que falar ou expor a nossa forma de trabalhar, não existe nada que fale mais alto do que demonstrar. Ter atitude, empenho, dedicação, ser o exemplo e estar sempre disposto a falar, argumentar, mostrar conhecimento individual, dar a cara por tudo o de mais ou menos positivo neste projeto, é saber repensar, reconstruir, é ser resiliente e respeitar.

Estas crianças são o princípio da vida e é necessário que a aposta desde a creche seja cada vez maior e não encarada como uma resposta de necessidade das Famílias. Falamos de crianças, falamos de vida. Para isso não basta saber fazer e saber ser profissional. É preciso Ser-se. A parte humana é a grande paixão para o desenvolvimento de uma boa educação.

Ter identidade e trabalhar com paixão e sentido é a base para o sucesso. Aqui temos identidade, aqui Educamos para Ser.

Fundamentação

O Colégio é um estabelecimento socioeducativo sediado em Évora, criado pela Fundação Alentejo, que iniciou a sua atividade em Setembro de 2011. Com as valências de Creche (5 salas de Creche e 3 Berçários), Jardim-de-Infância (3 salas) e 1º Ciclo (4 salas) com capacidade para 255 crianças.

Este equipamento foi construído segundo um projeto arquitetónico inovador e dotado de mobiliário escolar e equipamento pedagógico de vanguarda. Cada espaço foi concebido e estruturado como ambiente de socialização e aprendizagem, adequado aos diferentes grupos de crianças que o vivenciam e dele se apropriam diariamente.

Com uma liderança próxima e fortemente empenhada no desenvolvimento das atividades diárias e das interações entre todos os membros da comunidade educativa, os seus recursos humanos possuem uma adequada qualificação e a motivação, quer no corpo docente, quer do pessoal de apoio, o que os torna uma referência da qualidade de todo o processo de ensino aprendizagem.

As suas práticas, alicerçadas num Projeto Educativo construído em forte interação com o Departamento de Pedagogia e Educação da Universidade de Évora, desenvolvem-se em torno de quatro dimensões fundamentais:

- . a educação para a saúde e resiliência;
- . a educação para a autonomia e a responsabilidade;
- . a educação para a criatividade e empreendedorismo e
- . a educação para a solidariedade e a cidadania.

A metodologia de referência é a metodologia de Trabalho de Projeto, enquanto processo interativo de aprendizagem, mobilizador de novas motivações e interesses das crianças e promotor de percursos de crescente autonomia, responsabilidade, comunicação e cooperação. As tecnologias de informação e comunicação assumem-se como instrumentos de trabalho habituais e quotidianos, considerados como mais um elemento da aprendizagem partilhada.

Concebido, não como mais uma escola, antes como uma nova proposta socioeducativa para a cidade e região, o seu funcionamento foi pensado de forma incremental, principalmente no que respeita ao 1º ciclo.

Quanto aos Pais e Encarregados de Educação, existe e é assumida pelo Colégio, no seu modelo de funcionamento, a preocupação em ajudar a conciliar a vida profissional com os desafios da parentalidade, para além da promoção da sua participação ativa e estruturada em atividades específicas que promovam o envolvimento inter-geracional nas dinâmicas do Colégio e os aproximem e envolvam do processo de desenvolvimento dos seus filhos educandos.

Para um projeto, que se entende como inovador, é necessário ter uma forte equipa e verdadeiros cuidados, sensibilidade e rigor na escolha e desenvolvimento dos membros da mesma. Para que isto aconteça, e tendo em conta que para que uma instituição tenha autorização de funcionamento, tem de haver um projeto educativo elaborado, que se quer construído pela “dita equipa” que ainda não existia, a seleção de todos os profissionais tem de ser feita de uma forma rígida e não apenas por avaliação curricular. Para tal, foram elaboradas entrevistas bastante específicas, que nos permitissem avaliar o conhecimento e a capacidade de trabalhar neste projeto. Mais tarde, já em funcionamento e depois de muita partilha, percebemos que havia coisas necessárias para complementar, apoiar e consolidar o profissionalismo de cada membro, tais como: a necessidade de criar como prática uma reflexão mensal, entregue por escrito e que pertence ao processo individual de cada um, que fizesse repensar estratégias

dentro da pedagogia que traziam consigo e que fizesse por em prática a desconstrução das ideias e hábitos preconcebidos e irrefletidos, algo que os fizesse avaliar se realmente as coisas eram feitas com sentido e para quem eram feitas; um perfil de competências, que toda a equipa ajudou a construir e, por fim, uma avaliação de desempenho trimestral que passa única e exclusivamente pela responsabilidade de cada profissional naquilo que considera serem as demonstrações das suas fragilidades e superações. Com isto, foi criada uma cultura organizacional onde todos trabalhamos pelo mesmo, com o mesmo sentido e sempre, crescendo com o erro e apoiando-nos mutuamente.

Quando se começa a criar uma identidade organizacional, consegue-se definir a prioridade. A nossa é, sem dúvida, a Criança.

Nos dias de hoje, cada vez mais, temos o mundo nas nossas mãos. Pertence-nos. Pertence-lhes! Devem conhecê-lo, ter acesso a tudo o que faz parte dele e à sua realidade, mas sem nunca perder, ou deixar de conhecer, aquilo que é o respeito e os valores humanos, que todo o ser humano não pode, nunca, descurar.

Daí nasce a verdadeira missão a que nos propomos trabalhar e viver: “Educar para Ser”.

Defendemos esta missão, que se baseia no respeito pela individualidade, pelo desenvolvimento de cada criança como um ser único, atendendo às suas especificidades, procurando sensibilizar a comunidade e as famílias da criança para as consequências das projeções e expectativas criadas à volta de um ser em crescimento e constante descoberta. Achamos essencial a difusão e sensibilização para a adequação dos processos ensino-aprendizagem à individualidade das crianças. Assim, foi lançado um repto à comunidade, através da criação de uma lona com a seguinte mensagem “*Os meus pais querem que eu seja...*” – *Será possível inverter esta tendência? Pense sobre isso!*

Procuramos incentivar a participação ativa dos encarregados de educação, convidando-os a realizar atividades com o grupo, ou até mesmo através da visita dos grupos aos locais de trabalho dos pais/mães.

Contudo, a projeção que os pais fazem nos seus filhos é algo que tem que, e deve, ser repensado. É uma luta quase que utópica para um Colégio, uma vez que depende da sustentabilidade financeira para a qual os mesmos contribuem mensalmente, mas a verdade é que acreditamos que o desenvolvimento, a autonomia que lhes é dada aqui e a felicidade que as crianças têm em estar nesta casa, fará qualquer pai repensar antes de agir por puro desconforto ou até egoísmo.

Mesmo sem expor as crianças ao nervosismo, trabalhando sem o efeito de *stress*, respeitando a sua imagem e opinião, mesmo com o eterno desagrado dos pais por não haver festas para adultos e momentos de exposição abusiva e extrema em contexto comunitário, nunca deixaram de aceitar a nossa argumentação fundamentada e mesmo assim, apesar da eterna insistência, conseguimos que fossem eles a imagem publicitária de uma campanha de sucesso onde demonstram o que os seus filhos e eles próprios sentem.

No CFA, a qualidade da aprendizagem tem por base a relação afetiva. Assim, é dada ênfase ao processo de aprendizagem, ao invés do resultado, assentando as práticas na valorização daquilo que cada criança já sabe e é, valorizando os seus saberes e a sua experiência de vida, utilizando-os como ponto de partida para as aprendizagens mais significativas. Aqui aposta-se no valor dos grupos heterogéneos desde a valência de creche. Assusta os Pais? Assusta! Mas é uma mais-valia para as crianças. O trabalho das salas é realizado de portas abertas e todos os profissionais conhecem e sabem o nome de todas as crianças, bem como elas a nós.

É hábito os pais quererem escolher os profissionais e os colegas que vão seguir os seus filhos? É! Mas quem cria laços e passa cá o dia são as crianças. E sim, eles têm voz.

Falando agora daquilo que é considerado por esta iniciativa de Prémio de Escola, consideramos que muito já foi dito e demonstrado por todas estas perspetivas que, se queremos inovação e melhorar a qualidade de ensino, nunca podemos reduzir a tão poucos focos, aos quais outros valores, vontades e incentivos de aprendizagens estão inerentes e são fundamentais para o seu sucesso.

Falar de ciência é proporcionar uma exposição precoce aos fenómenos científicos utilizando uma linguagem cientificamente adequada/percetível e devidamente fundamentada, centrando as práticas nas suas curiosidades e questões através de experiências e pesquisas.

Falar de arte ou de criatividade é mostrar o mundo e permitir que cada criança tenha a sua forma de o observar e de o sentir e representar. Estereotipar, impingir formas e métodos é afogar a criatividade dentro de cada um.

No CFA privilegiamos a promoção de competências aos níveis social e emocional, que permitam às crianças crescer como seres felizes, responsáveis e conscientes. Assim, são realizadas atividades que visam a aprendizagem sobre as emoções, resolução de problemas, os direitos da criança, cidadania, trabalho em equipa e resiliência (esta última avaliada anualmente através de questionários). No 1º ciclo é dada prioridade a este tipo de atividades na disciplina de Desenvolvimento Pessoal e Social. Está a ser desenvolvido pela equipa do CFA um jogo interativo baseado no nosso espaço físico e relacional, que pretende promover estas competências aliando-as à utilização das novas tecnologias.

Passados quase cinco anos, queremos crescer, evoluir e conseguir que se dê a verdadeira importância ao sentido e necessidade de Educação. Para isso, é preciso coragem de debater, é preciso coragem para se assumir de forma a dar à sociedade todos os instrumentos e conhecimentos necessários para a escolha consciente da educação que merecem os seus filhos. Nós estamos prontos para isso.

4. Projetos de Cooperação para o Desenvolvimento em Angola e Prestação de Serviços

A Fundação Alentejo, ao longo de 2015, continuou a desenvolver a sua intervenção na República de Angola, por solicitação de entidades públicas e de entidades privadas daquele país de língua oficial portuguesa, nas áreas da educação e formação profissional para as quais se encontra certificada.

Neste ano, para além da continuação da execução do projeto “Plano de Ação para a Formação Profissional em Hotelaria e Turismo – 2014-2016” que temos vindo a implementar, desde Setembro de 2014, em parceria com a CONSULT – Sociedade Angolana de Estudos e Consultoria, no Centro Polivalente de Formação Profissional do Bungo (Luanda) e que será objeto de desenvolvimento nesse ponto do Relatório, foram, ainda, apresentados novos projetos assentes em Planos preliminares de Ação para a Formação Profissional específica, designadamente para o Ministério da Hotelaria e Turismo e para a Administração Municipal do Distrito Urbano do Cazenga (Luanda).

Foram, também, apresentadas duas novas propostas ao INEFOP/MAPTSS. Uma dessas propostas tem como objetivo a intervenção com vista à implementação de um Sistema de RVCC – Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências e outra que visa a melhoria dos Serviços de Emprego dependentes daquele Instituto Nacional, com vista a uma mais eficaz regulação do mercado de trabalho, pela criação de perfis profissionais ajustados e respetivos referenciais de emprego. Sob a forma de propostas preliminares, estes projetos foram apresentadas e aguardam a necessária negociação com vista à eventual implementação.

Ainda ao INEFOP/MAPTSS foi apresentado um projeto de introdução de Cursos de Dupla Qualificação, de nível secundário, nas áreas da Hotelaria e Turismo, numa evolução lógica do projeto atualmente em execução no Centro Polivalente de que aquele Instituto é entidade titular.

Estes projetos, ainda que tenham merecido o melhor acolhimento pelas entidades que os solicitaram, por corresponderem às necessidades identificadas e por lhes ser reconhecido um elevado potencial de inovação e de contextualização à realidade angolana, encontram-se numa fase de ponderação em consequência das circunstâncias especiais que a sociedade e o Estado angolano têm vindo a viver nos últimos meses, como resultado da extraordinária baixa do preço do petróleo nos mercados mundiais e de todo o conjunto de limitações e ajustamentos orçamentais decorrentes desse facto.

Estes constrangimentos, com um enorme impacto na sociedade e na economia angolanas, têm vindo a protelar, também, os projetos que foram apresentados e negociados pela parceria Fundação Alentejo/Consult ao Ministério da Construção para a Reorganização e Potenciação da sua Rede de Centros de Formação Profissional, ainda que tenham vindo a decorrer contactos regulares que confirmam o interesse neste projeto.

Em suma, ao longo de 2015, foi dada continuação ao trabalho de prospeção e de apresentação de propostas, suportado por uma intensa atividade da Direção da Fundação e de uma equipa de trabalho que tem sido mobilizada para o efeito.

4.1. O Plano de Ação para a Formação Profissional em Hotelaria e Turismo

O projeto cuja implementação foi iniciada em Setembro de 2014 e com término previsto para Dezembro de 2016, decorreu ao longo de 2015 de forma intensa, tendo-se realizado as atividades formativas previstas no respetivo Plano, verificando-se mesmo um nível de execução acima do planeado para o presente ano.

Com se constata pelos quadros e gráficos que se seguem, o projeto de formação em Hotelaria e Turismo, na Unidade de Formação para o efeito criada no Centro Polivalente de Formação Profissional do Bungo (Luanda), teve um nível de execução, em 2015, de 106%, em consequência do ajustamento do cronograma inicial que implicou a antecipação da data de início de algumas das turmas que integram o projeto (quadro nº 22).

Este nível de execução, decorrente do referido ajustamento do cronograma, ficou a dever-se ao impacto muito positivo que a intervenção teve junto dos jovens destinatários e das empresas de acolhimento, por um lado, e pelo reconhecimento da sua relevância e do seu carácter inovador conferido pela tutela (INEFOP/MAPTSS).

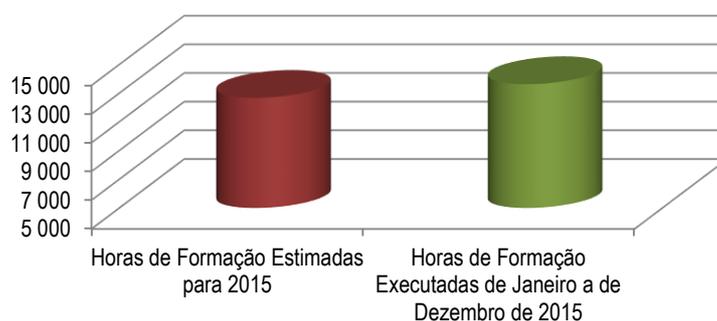
O resultado alcançado, apesar dos constrangimentos antes referidos e que são transversais a todas as áreas da cooperação, com forte impacto negativo na atividade de empresas e instituições portuguesas que tem vindo a desenvolver a sua ação no território da República de Angola, ficou a dever-se a uma elevada determinação de ambos os membros da parceria (Fundação Alentejo/Consult), a qual tem vindo a assegurar o funcionamento integral das ações previstas no Plano sem que o fluxo financeiro correspondente, contratualizado com o INEFOP/MAPTSS, tenha vindo a acompanhar esse desenvolvimento, fruto dos referidos constrangimentos orçamentais.

Quadro 22 - Plano de Ação - Formação em Hotelaria e Turismo -2014/2016
Execução Física a Dezembro de 2015

Indicadores 2015		
HORAS DE FORMAÇÃO	Horas	%
Horas de Formação Estimada para 2015	12.670	100
Horas de Formação Executadas de Janeiro a de Dezembro de 2015	13.625	106

Fonte: Coordenação do Projeto – mar. 2016

Gráfico 30 - Execução Física de Janeiro a Dezembro de 2015
Horas de Formação



Fonte: Coordenação do Projeto – mar. 2016

Sem prejuízo da necessária ponderação de riscos e dos impactos financeiros da atual situação, a parceria manteve a decisão de dar continuidade ao projeto, com alguns ajustamentos de gestão corrente e de maximização da racionalização de recursos, ao mesmo tempo que tem mantido, uma relação muito aberta e cooperante com a tutela (INEFOP/MAPTSS), à qual não pode deixar de reconhecer uma vontade reiteradamente afirmada de proceder à regularização dos financiamentos.

Ainda que no início de 2016 tenha havido uma recuperação dos níveis de pagamento, em Dezembro de 2015, conforme quadros abaixo, face a um nível de execução da formação de 68% do projeto integral, apenas tinham sido efetivamente liquidados 17% do financiamento contratualizado.

Quadro 23 - Execução Financeira a Dezembro de 2015

Indicadores		
Descritivo	Valor (AKz)	%
Valor total da prestação de serviços	514.627.000,00	100
Valor total facturado	283.476.771,22	55
Valor total recebido	87.139.816,44	17
% do valor recebido face ao facturado à data	-	31

Fonte: Coordenação do Projeto – mar. 2016

Quadro 24 - Execução Acumulada da Formação a Dezembro de 2015

Indicadores Acumulados		
HORAS DE FORMAÇÃO	Horas	%
Horas de Formação Previstas até Dezembro de 2016	24.480 (1)	100
Horas de Formação Previstas até Dezembro de 2015	15.720	64
Horas de Formação Executadas até 18 de Dezembro de 2015	16.669	68
Taxa de execução até 18 de Dezembro (face ao previsto até Dez./15)	-	106

(1) Não foram consideradas as horas de desdobramento na parte prática
 Fonte: Coordenação do Projeto – mar. 2016

Em consequência, foram acumulados pela parceria créditos significativos desde o início da ação e ao longo do exercício, sendo que o impacto negativo desta acumulação de créditos se fazem sentir de forma

mais intensa no parceiro Fundação Alentejo, dado que, às dificuldades de pagamento referidas por parte da tutela (INEFOP/MAPTSS), acrescem as dificuldades e lentidão na transferência de divisas para o exterior.

Assim, desde o início do projeto (Setembro de 2014) e ao longo de 2015, período em que a Fundação Alentejo, nos termos do acordo de parceria, assumiu integralmente a coordenação pedagógica e a execução da formação, a situação, conforme contas, é a seguinte:

Quadro 25 – Emissão de Faturas vs Pagamentos Efetuados

Faturas FA		Pagamentos da Consult	
Período	Montante (€)	Período	Transferências (€)
2014	60.000,00	2015	60.000,00
	250.000,00		41.782,49
Subtotal	310.000,00		469,57
2015	168.842,41		
	268.291,92		
Subtotal	437.134,33		
Total	747.134,33	Total	102.252,06
Saldo			- 644.882,27

Fonte: Coordenação do Projeto – mar. 2016

Como se constata pelo quadro e gráfico abaixo, a Fundação Alentejo, em 31 de Dezembro de 2015 apenas tinha recebido 13,7% dos montantes faturados ao projeto, encontrando-se na situação de credora dos 86,3% do montante faturado.

Quadro 26 – Valores Liquidados vs Valores por Liquidar

Pagamentos à FA	
Liquidado até 31/12/15	13,7%
Por liquidar (faturação até 31/12/15)	86,3%

Fonte: Coordenação do Projeto – mar. 2016

Gráfico 31 – Pagamentos à Fundação Alentejo



Fonte: Coordenação do Projeto – mar. 2016

Refira-se que as verbas objeto de faturação reportam-se aos custos diretamente suportados pela Fundação Alentejo, em *know-how*, produção de materiais e custos em recursos humanos portugueses (internos e externos) que afetou ao projeto. Ainda que a coordenação e execução do projeto seja integralmente assumida pela FA, nos termos do Contrato de Parceria, os custos com a componente angolana da equipa de formadores angolanos e de pessoal de apoio, assim como os consumíveis e matérias-primas adquiridas em território angolano têm vindo a ser suportadas diretamente pela Consult, na qualidade de entidade gestora do projeto, contra as requisições e mapas de execução física que a Fundação vai mensalmente produzindo.

4.2. Dados da Execução do Projeto – Dezembro de 2015

O projeto é plurianual, pelo que algumas das ações/fases se desenrolam por um período que é transversal a dois anos, como se constata nos quadros resumo apresentado abaixo, o qual refere a situação da execução real da formação a 31 de Dezembro de 2015.

Quadro 27 – Formação Executada até dezembro de 2015

Formação Executada até Dezembro de 2015							
1ª Fase - Turismo e Lazer	Setembro/2014 a Abril -Maio/2015						Ponto de Situação
	<i>Cursos</i>	<i>Turmas</i>	<i>Formandos Mobilizados /Turma</i>	<i>Total de Formandos / Fase</i>	<i>Horas de Formação / Turma</i>	<i>Horas de Formação / Fase</i>	Executado Integralmente
	Totais	4	8	25 a 30	200 a 240	920	
1ª Fase - Hotelaria/ Restauração	Janeiro/2015 a Outubro/2015						Ponto de Situação
	<i>Cursos</i>	<i>Turmas</i>	<i>Formandos Mobilizados /Turma</i>	<i>Total de Formandos / Fase</i>	<i>Horas de Formação / Turma</i>	<i>Horas de Formação / Fase</i>	Executado Integralmente Antecipado em 3 meses
	Totais	2	4	25 a 30	100 a 120	1.220	
2ª Fase - Turismo e Lazer	Julho/2015 a Abril/2016						Ponto de Situação
	<i>Cursos</i>	<i>Turmas</i>	<i>Formandos Mobilizados /Turma</i>	<i>Total de Formandos / Fase</i>	<i>Horas de Formação / Turma</i>	<i>Horas de Formação / Fase</i>	Executado Parcialmente (76 %) Antecipado em 2 meses
	Totais	2	4	25 a 30	100 a 120	920	
2ª Fase - Hotelaria/ Restauração	Agosto/2015 a Maio/2016						Ponto de Situação
	<i>Cursos</i>	<i>Turmas</i>	<i>Formandos Mobilizados /Turma</i>	<i>Total de Formandos / Fase</i>	<i>Horas de Formação / Turma</i>	<i>Horas de Formação / Fase</i>	Executado Parcialmente (48 %) Antecipado em 7 meses
	Totais	2	4	25 a 30	100 a 120	1.220	

Fonte: Coordenação do Projeto – mar. 2016

Quadro 28 - Ações Executadas Integralmente
Setembro de 2014 a Dezembro de 2015 - Formação Profissional de Jovens – Adultos

Data de Início	Cursos/ Turmas Especialidades		Inscritos			Selecionados			Resultados Finais					Desenvolvimento			
			Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Aptos			Não Aptos	Desis.	Início	Término		
									Total	Masc.	Fem.				Centro	Estágio	
15 de Setembro	Turismo e Lazer	Nº Turmas															
	Rececionista de Hotel	3	135	54	81	99	39	60	66	25	41	14	19	15.09. 14	20.02. 15	30.04. 15	
														15.09. 14	14.03. 15	31.05. 15	
	Turismo Ambiental e Rural	2	69	29	40	49	21	28	39	19	20	3	7	15.09. 14	20.02. 15	30.04. 15	
														15.09. 14	14.03. 15	31.05. 15	
	Organização de Eventos	2	73	32	41	54	25	29	42	21	21	5	7	15.09. 14	20.02. 15	30.04. 15	
													15.09. 14	14.03. 15	31.05. 15		
Guias Turísticos	1	37	23	14	30	18	12	24	12	12	2	4	15.09. 14	14.03. 15	31.05. 15		
TOTAIS FASE	8	314	138	176	232	103	129	171	77	94	24	37					
26 de Janeiro	Hotelaria/	Nº Turmas															
	Cozinha/Pastelaria	2	122	32	90	60	18	42	54	15	39	3	3	26.01. 15	31.07. 15	08.10. 15	
	Restaurante/Bar	2	89	38	48	60	26	34	49	19	30	5	6	26.01. 15	31.07. 15	08.10. 15	
	TOTAIS FASE	4	211	70	138	120	44	76	103	34	69	8	9				

Fonte: Coordenação do Projeto – mar. 2016

**Quadro 29 - Ações em Execução
Formação Profissional de Jovens – Adultos**

	Cursos/ Turmas Especialidades		Inscritos			Selecionados			Resultados Finais				Inscritos			
			Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Aptos			Não Aptos	Desis.	Início	Término	
									Total	Masc.	Fem.				Centro	Estágio
06 de Julho	Turismo e Lazer	Nº Turmas														
	Turismo Ambiental e Rural	2	99	52	47	60	32	28						06.07. 15	25.02. 16	06.05. 16
	Rececionista de Hotel	2	113	42	71	60	26	34						06.07. 15	25.12. 15	06.05. 16
	TOTAIS FASE	4	212	94	118	120	58	62								
17 de Agosto	Hotelaria/Restauração															
	Cozinha/Pastelaria	2	106	28	78	60	17	43						17.08. 15	05.04. 16	01.07. 16
	Restaurante/Bar	2	69	39	30	60	26	34						17.08. 15	05.04. 16	01.07. 16
	TOTAIS FASE	4	175	67	108	120	43	77								

Fonte: Coordenação do Projeto – mar. 2016

4.3. Avaliação da Qualidade da Formação pelos Utentes

(Avaliação da Reação/Satisfação dos Formandos)

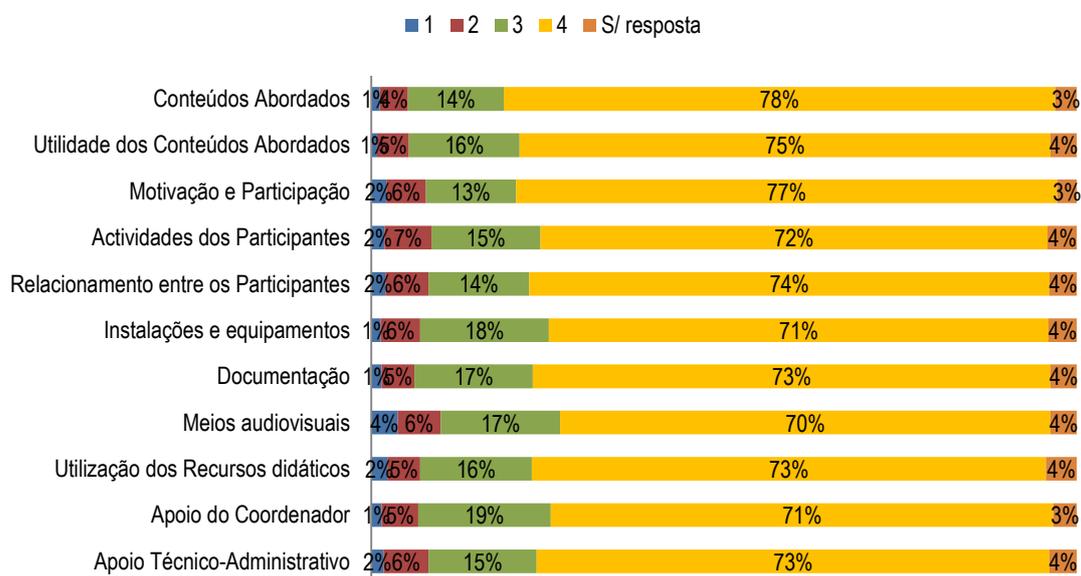
Nos termos do Manual de Qualidade da Atividade Formativa que suporta o projeto, os formandos são chamados, no final de cada módulo a proceder à avaliação da qualidade da formação, em duas dimensões divididas em diferentes parâmetros: Desenvolvimento da Formação e Desempenho dos Formadores.

Considera-se pertinente neste Relatório apresentar dados consolidados desse processo, no que diz respeito às turmas que realizaram ou iniciaram a formação ao longo de 2015.

Conforme gráficos abaixo, pode-se constatar que a avaliação realizada nos três conjuntos de turmas (Hotelaria/Restauração – 1ª fase; Turismo e Lazer – 2ª fase e Hotelaria/Restauração – 2ª fase), permite verificar que a valoração muito positiva da formação, em ambas as dimensões, é transversal aos três conjuntos de turmas. Em todas elas, a avaliação máxima (4 - Muito Bom) situa-se no intervalo dos 70% a 80% dos respondentes e se a este juntarmos o nível 3 (Bom), temos, na generalidade dos parâmetros, valores que rondam ou ultrapassam os 90%.

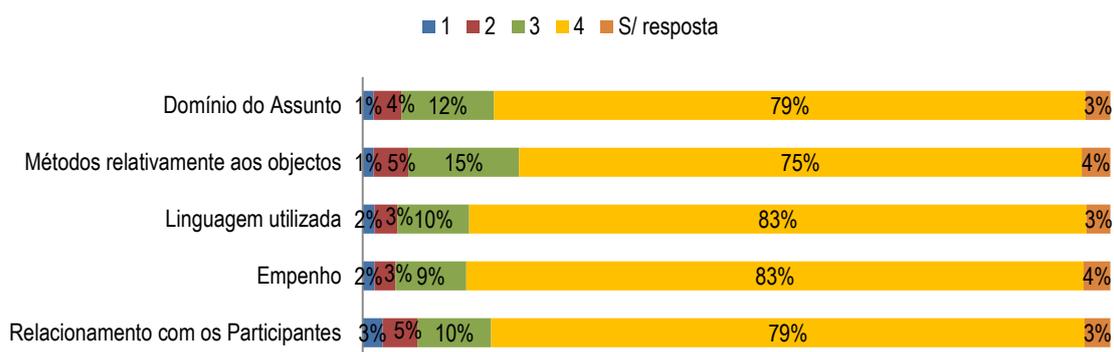
Turmas de Hotelaria/Restauração – 1ª. Fase - Janeiro a Outubro/15

Gráfico 32 – Avaliação da Qualidade - Desenvolvimento da Formação



Fonte: Coordenação do Projeto – mar. 2016

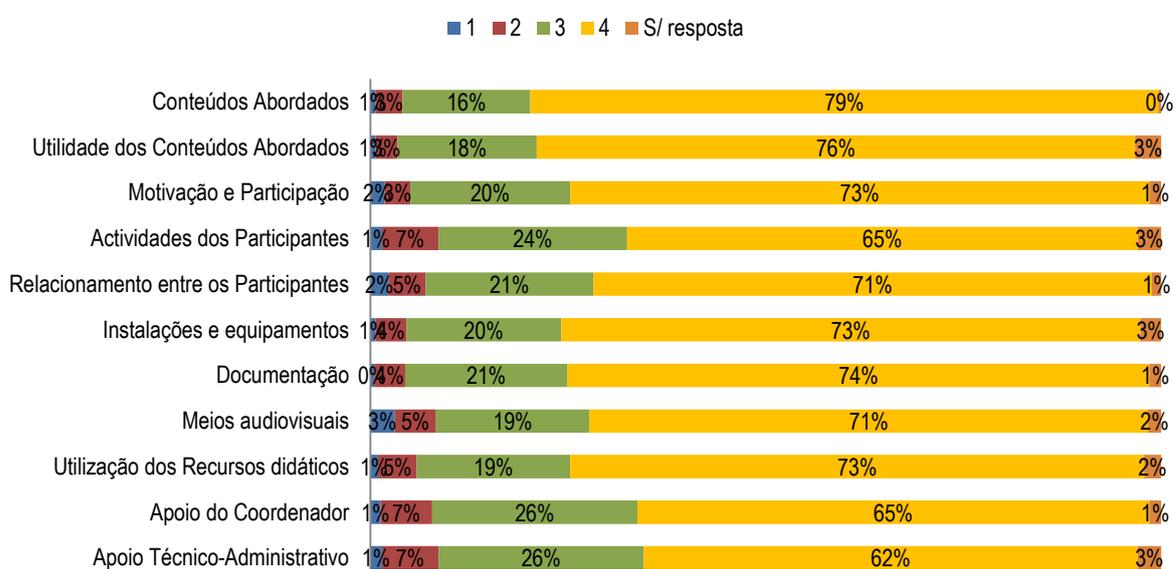
Gráfico 33 – Avaliação da Qualidade - Desempenho dos Formadores



Fonte: Coordenação do Projeto – mar. 2016

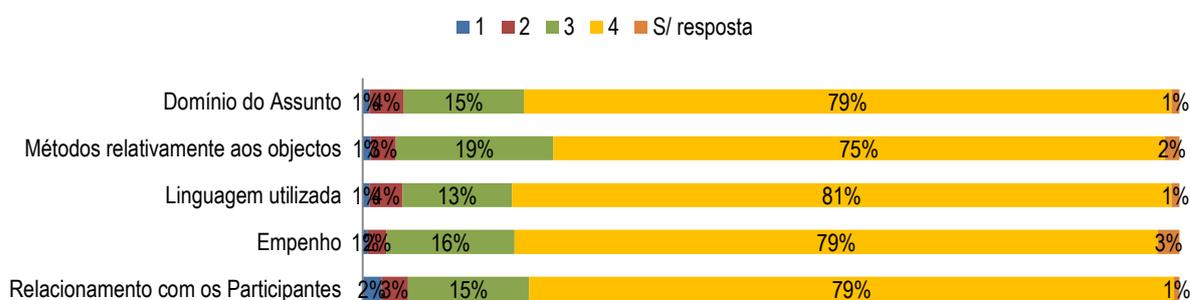
Turmas de Turismo e Lazer – 2ª. Fase - Julho/15 a Maio/16

Gráfico 34 – Avaliação da Qualidade - Desenvolvimento da Formação



Fonte: Coordenação do Projeto – mar. 2016

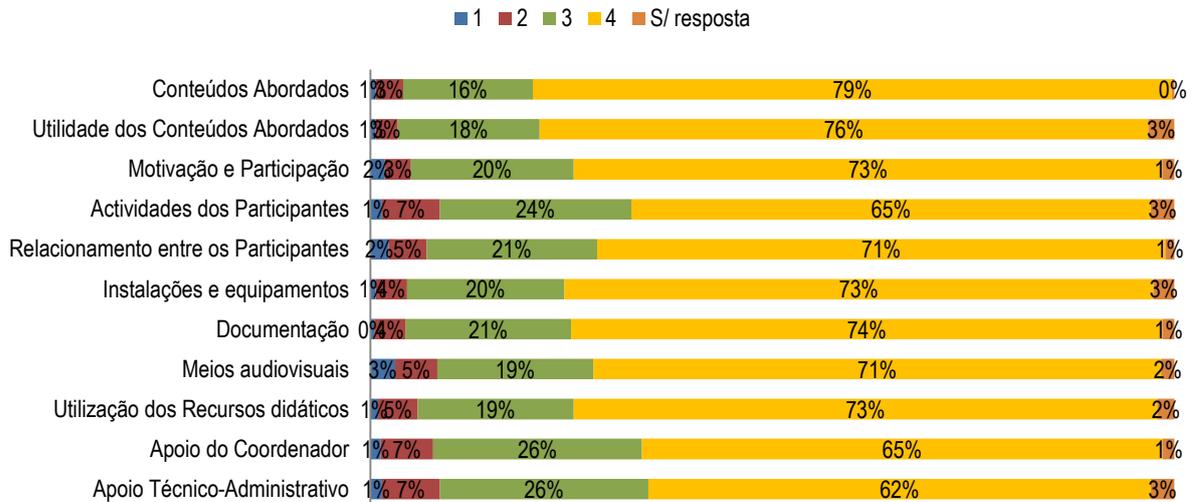
Gráfico 35 – Avaliação da Qualidade - Desempenho dos Formadores



Fonte: Coordenação do Projeto – mar. 2016

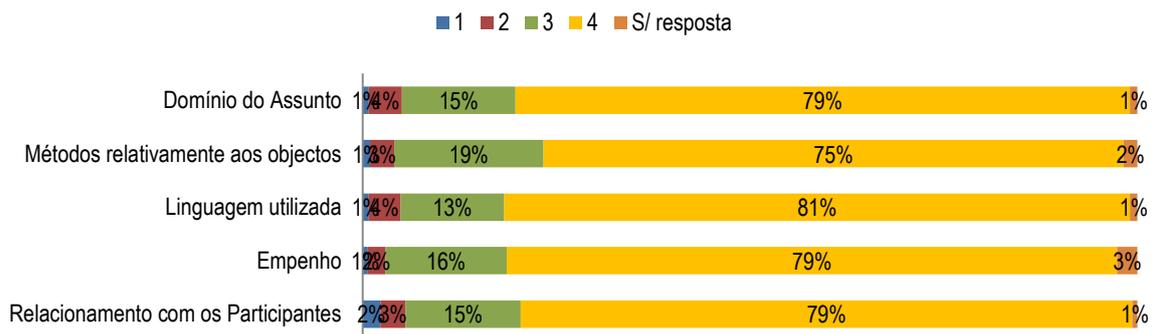
Turmas de Hotelaria/Restauração – 2ª. Fase - Agosto/15 a Julho/16

Gráfico 36 – Avaliação da Qualidade - Desenvolvimento da Formação



Fonte: Coordenação do Projeto – mar. 2016

Gráfico 37 – Avaliação da Qualidade - Desempenho dos Formadores



Fonte: Coordenação do Projeto – mar. 2016



4.4. Resultados do Follow-Up – 1ª Fase de Turismo E Lazer

O projecto prevê a realização de um *follow-up* para cada um dos conjuntos de turmas (fases), 4 a 5 meses após a conclusão da formação, incluindo a formação em contexto de trabalho real (estágio).

Assim, das 8 turmas de turismo e lazer da 1ª fase que realizaram a sua formação de Setembro de 2014 a finais de Abril de 2015 (4 turmas da manhã) e finais de Maio (4 turmas da tarde), foram objecto do respectivo processo realizado em Outubro de 2015, tendo-se apurado um resultado considerado muito positivo e estimulante, tanto mais quanto o sector turístico em Angola está numa fase de crescimento, ainda que embrionária, principalmente fora da Província de Luanda.

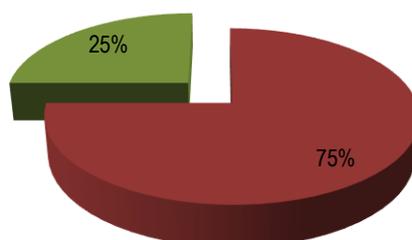
Desse resultado são se salientar:

1. Situação face ao Emprego/Mercado de trabalho

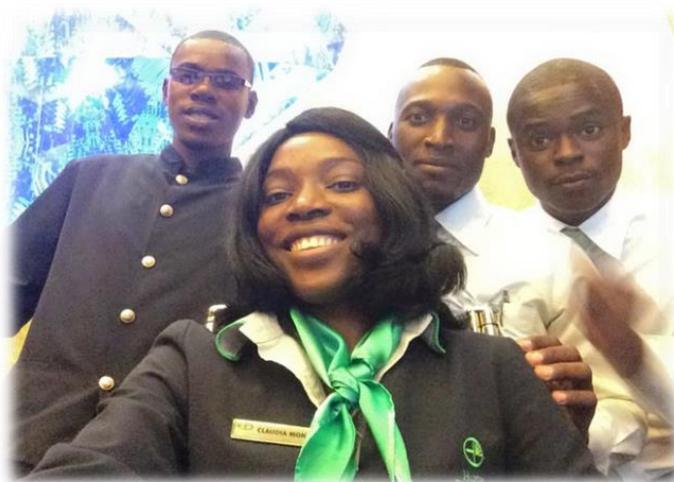
- 75 % dos formandos certificados está ou vai estar no mercado de trabalho até ao final do ano de 2015.
- 33 % Já tem contrato de trabalho
- 30 % tem perspectivas de celebrar contrato até ao final do ano
- 12 % Já desenvolveu actividade profissional no sector após o estágio

Gráfico 38 – Situação Global face ao Mercado de Trabalho %

- Após estágio e até final do ano entrou ou entra no Mercado de Trabalho
- Não tem, ainda, perspectivas de entrada no Mercado de Trabalho



Fonte: Coordenação do Projeto – mar. 2016

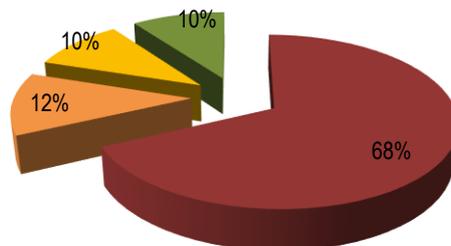


2. Empresa/Organização empregadora

- **68 % dos formandos empregados** celebraram contrato de trabalho com entidade de acolhimento de estágio (já iniciado ou em fase de iniciação)

Gráfico 39 – Empresa/Organização empregadora

- 2.1. Na empresa em que realizou a FCT/Estágio
- 2.2. Noutra Empresa do sector
- 2.3. Noutro sector
- 2.4. Auto-emprego (empreendedorismo, realizada ou em curso)



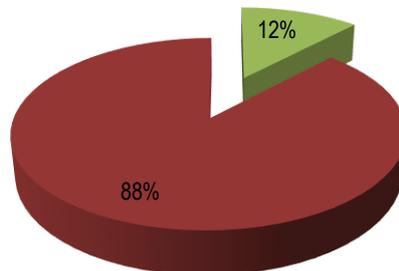
Fonte: Coordenação do Projeto – mar. 2016

3. Avaliação (pessoal) do impacto da formação na vida do formando

- 88% dos Formandos Certificados, passados 5 meses da conclusão do curso, fazem uma avaliação muito positiva (MUITO BOM), considerando que teve um forte impacto na sua vida pessoal e profissional.

Gráfico 40 - Avaliação do Impacto / Qualidade da Formação (%)

- Nível 1 – Desinteressante / pouco consequente
- Nível 2 – Interessante / alguma importância
- Nível 3 – Boa / Com impacte positivo no projecto vida
- Nível 4 – Muito Boa / Muito importante na organização do projecto vida.



Fonte: Coordenação do Projeto – mar. 2016

- 100% dos Formandos certificados recomendaria o curso a um seu amigo ou familiar, destes 76% já o fizeram.

Gráfico 41 - Apreciação Global - Recomendação (%)



Fonte: Coordenação do Projeto – mar. 2016

Entrega de Certificados da 1ª Fase do Projecto



4.5. Formação de Formadores e Auditoria Interna

Em conformidade com os termos do Plano de Ação apresentado, realizou-se em Junho/Julho de 2015 a 1ª das duas ações de formação pedagógica de formadores (reforço de competências) previstas.

Esta ação contou com participação de 21 formadores, sendo 10 da componente angolana que integra a equipa de formadores do projeto e os restantes 11 formadores que integra a equipa de técnicos e de formadores do Centro Nacional de Formação de Formadores de Angola (CENFFOR), organismo tutelado pelo INEFOP/MAPTSS.

Quadro 32 – Formação de Formadores

FORMAÇÃO DE FORMADORES	Data	Total	Projeto	Cenffor
I - Ação de Refrescamento de Competências Pedagógicas	Jun./Jul.-2015	21	10	11
II – Ação de Refrescamento de Competências Pedagógicas	A realizar			

Fonte: Coordenação do Projeto – mar. 2016

Esta formação foi muito valorada por todos os formadores envolvidos e refletiu-se na qualidade do trabalho pedagógico desenvolvido.

Ainda em Junho/Julho, também em cumprimento dos termos do Plano de Ação realizou uma Auditoria interna à execução do projeto, da qual foi produzido o respetivo relatório.

Deste relatório, que foi submetido à apreciação e consideração da Parceria, e que pela sua relevância, aqui referimos as respetivas “ Conclusões e Recomendações”:

4.5.1. Conclusões e Recomendações

A principal finalidade deste processo de auditoria é que os seus resultados sejam refletidos pelos principais atores e usados como base para aferir objetivos de um plano de ação orientado para a melhoria do dispositivo de formação e produzir informação pertinente para prestar contas internamente e externamente (nomeadamente à tutela).

*O planeamento e a gestão (incluindo as atividades de monitorização e avaliação) do Projeto em curso, num contexto específico como é o de Angola (país em desenvolvimento acelerado) são **processos complexos, que exigem respostas integradas a desafios múltiplos, amplificados em ambientes de incerteza e elevada imponderabilidade, aos quais a Coordenação tem sabido, globalmente, responder muito bem, tal como evidenciado no ponto 2.***

Naturalmente, alguns dos processos analisados no âmbito desta auditoria foram sendo melhorados com o decorrer do tempo do «ciclo de projeto», fruto da aprendizagem experiencial que todos os actores, em particular os responsáveis pelo projeto, concretizam, sistematicamente, dando significado ao valor «organização aprendente» que subjaz à Missão da Parceria.

Nesta parte do relatório, mais do que sublinhar os pontos fortes da atividade desenvolvida importa salientar as principais áreas de melhoria.

Assim, consideramos que, **além de garantir a qualidade dos processos que já são “completamente conseguidos”, importa centrar atenções noutras, em parte já bastante conseguidos, mas que podem ser melhorados...**”

5. Candidatura Colégio Fundação Alentejo – JI e 1º Ciclo - INALENTEJO

Na sequência do Aviso de Abertura de Concurso, para apresentação de candidaturas ao INALENTEJO - Eixo 3 – Coesão Local e Urbana – Reabilitação Urbana (tipologia 41) a Fundação Alentejo apresentou uma candidatura, em 28 de março de 2014, para financiamento das respostas educativas de Pré-Escolar e de 1.º Ciclo do Ensino Básico do Colégio Fundação Alentejo, em funcionamento desde 2011.

A candidatura apresentada obteve decisão de aprovação em regime de *overbooking* em maio de 2015 por parte da Autoridade de Gestão do INALENTEJO.

As respostas educativas, contempladas na candidatura, surgem integradas num projeto mais abrangente que adquire particular relevo para o Alentejo na consolidação da rede de equipamentos educativos, onde a articulação e complementaridade entre o pré-escolar e o 1º ciclo, constituem os principais objetivos deste projeto. Segundo os dados da Carta Educativa da Cidade de Évora, recolhidos junto da Câmara Municipal de Évora relativamente ao Parque Escolar da cidade constatou-se que a freguesia onde está instalado o Colégio Fundação Alentejo é a freguesia que apresenta maior *deficit* de salas de Pré-Escolar e do 1.º Ciclo de Ensino Básico face à população residente. Assim, o Projeto candidatado reflete a colmatação de uma necessidade identificada em 2007 na Carta Educativa da Cidade de Évora e verificada também na atualização dos dados em 2011 que apontava um *deficit* de salas de Pré-Escolar e de 1.º Ciclo do Ensino Básico. Após a referida atualização dos dados da Carta Educativa, em 2011, verificou-se, à data da candidatura, que a freguesia da Horta das Figueiras apresentava uma carência de 6 salas para o Ensino Pré-Escolar, continuando a não dispor de oferta pública, e de carência de 6 salas para o 1.º Ciclo do Ensino Básico.

Ao nível pedagógico-social propôs-se criar e desenvolver o primeiro estabelecimento de ensino de Évora com uma resposta integrada, desde a creche, passando pela educação pré-escolar e ensino básico, como âncora de um projeto futuro que progressivamente permitirá concretizar todo o percurso pré-universitário, traduzido numa resposta alargada ao 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e ao Ensino Secundário regular e/ou profissional. Assim, o Colégio da Fundação Alentejo constitui-se como uma resposta de excelência, pautada pela inovação pedagógica, organizativa, integrada num *campus* escolar que permitirá, no futuro, a transição tranquila por todos os níveis do sistema educativo pré-universitário.

6. Projeto EUROPEERGUID - RVC - European Peer Review in Guidance and Counselling in VET of Adults

O Projeto *Europeerguid - RVC - European Peer Review in Guidance and Counselling in VET of Adults*, foi executado nos anos 2014 e 2015 e teve como principal objetivo a continuidade de reflexão acerca da Avaliação da Qualidade em Educação e Formação Profissional (EFP) de adultos efetuando a troca de experiências entre vários países membros da União Europeia com a finalidade de elaborar instrumentos de trabalho e um manual de avaliação formativa e voluntária entre pares. Esta metodologia é assente em métodos qualitativos e efetua a combinação da autoavaliação e avaliação externa.

Este projeto onde a Fundação Alentejo é parceira, conjuntamente com outras instituições de formação/educação portuguesas e europeias, surge na sequência do anterior projeto de testagem desta metodologia de avaliação da qualidade no que concerne à Educação de Adultos. As áreas onde a referida metodologia foi aplicada centraram-se nas áreas de Orientação e Diagnóstico, na terminologia adotada pelos parceiros, "Guidance and Counselling". O trabalho centrou-se na avaliação da qualidade nos antigos CNO - Centros Novas Oportunidades utilizando, pela primeira vez, o "Peer Review" nesta área da educação/formação.

Durante o ano de 2014 foi desenvolvido um trabalho de levantamento das melhores práticas existentes a nível europeu nesta área, bem como, a criação de um manual e respetiva "Tool Box", com vista a à implementação do processo de teste das ferramentas e da metodologia "Peer Review", a nível europeu.

Em 2015 a Fundação Alentejo teve como responsabilidade a organização e acompanhamento das avaliações realizadas em Portugal, onde liderou o "pacote de trabalho 4". Este trabalho implicou o acompanhamento junto dos parceiros que foram objeto do processo de avaliação usando a metodologia em causa.

Ainda no âmbito deste projeto 2 técnicas da Fundação Alentejo participaram numa Formação de "Peers" *National Peer Training*, que decorreu nos dias 2 e 3 de fevereiro, na sede do Agrupamento de Escolas de Paço de Arcos. A formação permitiu a aquisição de conhecimentos relativamente aos principais conceitos e metodologias a utilizar no planeamento, preparação e implementação de um processo Peer Review como instrumento de avaliação externa, das principais tarefas dos Peers, e ainda acerca das Áreas Europeias da Qualidade.

Esta formação teve como objetivos gerais:

- Conferir aos participantes o conhecimento, *skills* e competências para conduzir um Peer Review de forma profissional e em concordância com os critérios de qualidade definidos no manual do European Peer Review;

- Preparar os participantes para a aplicação da metodologia de um Peer Review em contexto nacional, num processo RVC.

Ainda em 2015 a Fundação Alentejo foi representada por uma técnica participou na 3ª Reunião Internacional de Parceiros, que se realizou em Arnhem na Holanda durante os dias 8 e 9 de janeiro de 2015, onde foram discutidas as áreas de qualidade para o RVC e a aplicação dos instrumentos da “Tool Box” no RVC.



Como produtos finais deste Projeto realçamos os seguintes:

- Relatório sobre o "estado da arte" no que diz respeito aos sistemas de qualidade no RVC na Europa;
- Manual de avaliação- RVC;
- Construção de uma “tool box”, que ficará disponível para ser utilizada pelas instituições que assim o desejem;
- Base de dados de "Peers" europeus;
- Programa de formação de Peers".

7. Aquisições de Bens e Serviços, Manutenção de Instalações e Equipamentos

As aquisições de bens e serviços, manutenção dos edifícios, instalações e equipamentos são planeadas e coordenadas pela DGIEA - Direção de Gestão de Instalações, Equipamentos e Aprovisionamento, de acordo com orientações superiores.

É importante referir que as aquisições de bens e serviços da Fundação Alentejo são efetuadas de acordo com o prescrito na legislação, especificamente no Código dos Contratos Públicos. Assim, para cumprimento da referida legislação a DGIEA apresentou, ao longo do ano de 2015, catorze propostas para aquisição de bens e serviços, identificados como essenciais ao desenvolvimento das atividades da entidade, ao Órgão Competente para a Decisão de Contratar. Além da apresentação de propostas de aquisição colaborou, em estreita articulação com o GAAT – Gabinete de Apoio e Assessoria Técnica, na preparação das peças (Convite e Caderno de Encargos), na análise de propostas e elaboração dos relatórios preliminares, finais, propostas de adjudicação e, ainda, na redação dos Contratos estabelecidos com as entidades adjudicatárias.

Quadro 33 – Procedimentos de Contratação Pública

Ref. ^a Procedimento	Designação do Procedimento	Adjudicatário(s)
01/01/2015/AD	Assistência Técnica e Manutenção dos Sistemas de AVAC	BFJ, Climatização e Energia, Lda
02/01/2015/AD	Serviços de SHST e Segurança Alimentar – HACCP	Interprev – Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, Lda.
03/01/2015/AD	Divulgação de Atividades em Órgãos de Comunicação Social Locais	Piçarra Distribuição de Jornais, Lda.
05/01/2015/AD	Fornecimento Contínuo de Artigos de Papelaria	Eborpapers, Lda.
06/01/2015/AD	Fornecimento Contínuo de Consumíveis para Impressoras	Novabit, Informática, Lda
07/01/2015/AD	Fornecimento Contínuo de logurtes	Danigurte – Distribuidora de Produtos Alimentares, Lda
08/01/2015/AD	Fornecimento Contínuo de Produtos de Higiene e Limpeza	Artur Guerreiro, Lda
		Papelpack – Equipamentos e Produtos de Higiene, Lda
		J. Saragoça, Lda
		Tiago Morgado, Lda
09/01/2015/AD	Fornecimento Contínuo de Carnes Frescas	Districarnes, Lda
10/01/2015/AD	Fornecimento Contínuo de Frutas e Legumes	Frutas Mangas, Lda.
11/02/2015/AD	Aquisição de Serviços de Contabilidade	J. M. Cameirão - Contabilidade e Serviços, Lda.
12/02/2015/AD	Fornecimento Contínuo de Carnes Frescas	Talhos Premium, S.A.
13/02/2015/AD	Fornecimento Contínuo de Frutas e Legumes	Frutas Mangas, Lda.
14/01/2015/AD	Aquisição de Fardas	Qualitel – Equipamentos e Consumíveis para Hotelaria, Lda.
01/02/2015/CP	Fornecimento de Energia Eléctrica	EDP Comercial – Comercialização de Energia, S.A.

Fonte: GAAT - Gabinete de Apoio e Assessoria Técnica - fev. 2016

No que se refere à manutenção das instalações e equipamentos, no decorrer do ano de 2015 foram realizadas as ações contínuas de manutenção e conservação do parque escolar da instituição, destacando-se a pintura de interiores de todas as salas de formação, laboratórios, corredores e áreas técnicas, a proteção das coberturas no isolamento das infiltrações pluviais, a continuidade da substituição

da iluminação incandescente e fluorescente existente para iluminação a *Leds*, de baixo consumo, manutenção do equipamento mobiliário de formação, e pequenas reparações de carpintaria e serralharia com as equipas internas.

Na área informática, para além do esforço na aquisição e implementação das últimas versões de *software* disponibilizadas pelo mercado (Microsoft, Adobe, Autodesk, Primavera, Sage, Panda, entre outros), aplicadas seja ao nível da formação ou da área administrativa, é também notório o esforço de intervenção diária da equipa técnica no apoio às salas de formação, através da gestão e manutenção de um parque informático de 417 computadores, modernização e gestão de um data center com 17 servidores, gestão e administração de sistemas, gestão de uma rede estruturada extensiva a todos os pólos e valências da instituição, criação, gestão e manutenção dos *websites* institucionais, para além da permanente disponibilidade para manutenção do nível de resposta no apoio técnico aos mais de 600 utilizadores.

Na área dos serviços de Restauração é de salientar a produção de 46.000 refeições anuais, para consumo interno.

Ao longo do ano foi, de igual forma, consistente e regular, o esforço de atualização, sistematização e desmaterialização do Arquivo definitivo, para o formato digital.

As restantes ações de manutenção interventiva foram efetuadas, pelas equipas da manutenção e de limpeza como atividades correntes, ao longo do ano e, de forma mais intensa e completa, no período que antecedeu a abertura do novo ano escolar.

No que respeita à Direção de Gestão das Instalações, Equipamento e Aprovisionamento, houve, ao longo do ano, uma atitude permanente de monitorização de gastos (consumíveis) e de rentabilização dos recursos internos, em linha com as orientações superiores, sendo significativos os ganhos no que se refere às aquisições de alguns consumíveis e serviços descontinuados.

III – Situação Económica e Financeira

1. Análise da Situação Económica e Financeira

1.1. Enquadramento

Embora se encontre disponível no anexo ao balanço e à demonstração de resultados a informação legalmente exigível, abordam-se em seguida os factos mais relevantes ocorridos durante o exercício de 2015 relativamente aos aspetos de natureza económica e financeira.

1.2. Investimento

Os ativos fixos tangíveis da Fundação Alentejo encontram-se afetos às diversas atividades que esta desenvolve, conforme se pode ver no quadro seguinte:

(valores expressos em euros)

DESCRIÇÃO DOS INVESTIMENTOS	VALOR REVALORIZADO 01/01/2015	AUMENTOS (2015)	REDUÇÕES (2015)	OUTRAS ALTERAÇÕES (2015)	VALOR REVALORIZADO 31/12/2015	COMPARTICIPAÇÃO		DEPRECIACÕES		EXERCÍCIO
						PRIVADA	PÚBLICA	ACUMULADAS		
								VALOR	%	
AT. F. TANGÍVEIS										
EPRAL	9.299.408,18	6.887,21	9.444,50		9.296.850,89	7.010.213,28	2.286.637,61	3.286.337,31	35%	142.664,08
Fundação Alentejo	244.798,53				244.798,53	244.798,53		224.194,27	92%	14.175,00
Outros Projetos	63.939,53				63.939,53	31.608,17	32.331,36	63.939,53	100%	
Colégio F. A.	4.335.274,55	671,95			4.335.946,50	3.618.017,20	717.929,30	326.250,98	8%	98.322,51
Sub-Total	13.943.420,79	7.559,16	9.444,50	0,00	13.941.535,45	10.904.637,18	3.036.898,27	3.900.722,09	28%	255.161,59
EM CURSO										
CITEFE	180.695,91				180.695,91	180.695,91				
Sub-Total	180.695,91	0,00		0,00	180.695,91	180.695,91	0,00	0,00	0%	0,00
TOTAL	14.124.116,70	7.559,16	9.444,50	0,00	14.122.231,36	11.085.333,09	3.036.898,27	3.900.722,09	28%	255.161,59

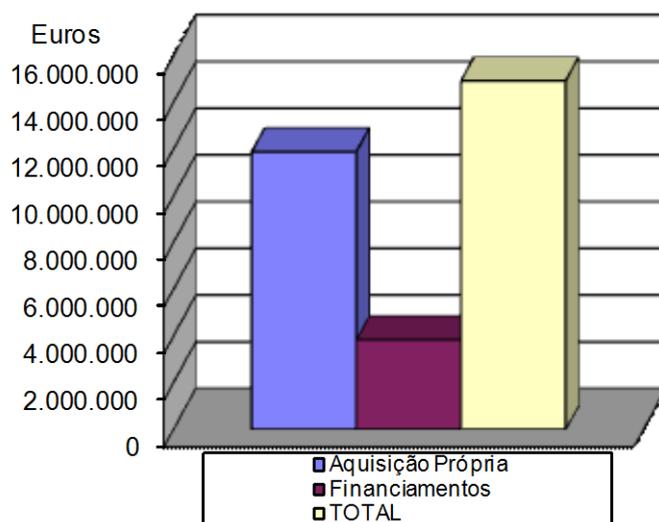
Fonte: DSCT – Direção de Serviços de Contabilidade e Tesouraria – mar. 2016

Os investimentos efetuados no decurso de 2015, no montante de 7.559,16 €, referem-se à aquisição de equipamento afeto à EPRAL (6.887,21€) e equipamento para o Colégio da Fundação Alentejo (671,95€).

O peso das depreciações acumuladas, resultantes da utilização de todo o património no desenvolvimento das diversas atividades da Fundação, correspondem no final do exercício a 28% do valor dos seus ativos fixos tangíveis.

Neste exercício a Fundação Alentejo procedeu ao abate da viatura Ford Transit matrícula 55-20-EM, tendo em conta o estado de conservação e envelhecimento da mesma (com cerca de 20 anos), não se justificando qualquer operação de manutenção.

O esforço financeiro acumulado efetuado pela Fundação Alentejo na aquisição do seu património ao longo dos anos pode ser visualizado no gráfico seguinte:



Fonte: DSCT – Direção de Serviços de Contabilidade e Tesouraria – mar. 2016

Este indicador é revelador do enorme esforço de investimento da Instituição e da sua estratégia de dotação dos projetos com equipamentos de elevada qualidade, permitindo assim, manter um elevado nível técnico na formação ministrada, possibilitando às crianças, jovens formandos e adultos o acesso a recursos que irão constituir uma vantagem competitiva no momento da sua integração na vida ativa.

As depreciações do exercício ascenderam a 255.161,59 €, tendo contribuído para o montante do autofinanciamento gerado no exercício.

AUTO FINANCIAMENTO		2015	2014
+	Resultado líquido do período	- 385.941,54 €	- 374.795,17 €
+	Depreciações do exercício	255.161,59 €	288.933,22 €
-	Subsídios p/investimentos	27.414,28 €	29.761,72 €
TOTAL		- 158.194,23 €	- 115.623,67 €

Fonte: DSCT – Direção de Serviços de Contabilidade e Tesouraria – mar. 2016

Os subsídios associados ao investimento tiveram no exercício de 2015 a seguinte movimentação:

Subsídios para Investimentos		2015	2014
+	Saldo Inicial	691.286,40 €	721.048,12 €
+	Subsídios atribuídos - INALENTEJO		
-	Transferência para rendimentos	27.414,28 €	29.761,72 €
-	Regularizações		
TOTAL		663.872,12 €	691.286,40 €

Fonte: DSCT – Direção de Serviços de Contabilidade e Tesouraria – mar. 2016

O saldo final de 2015 representa cerca de 5% do valor do ativo fixo tangível. Este saldo é anualmente transferido para rendimentos, na proporção das depreciações efetuadas.

1.3. Endividamento perante as Instituições Financeiras

A evolução nominal do capital alheio ao qual a Fundação Alentejo recorreu incorpora financiamentos de curto, médio e longo prazo.

A utilização do financiamento bancário no exercício de 2015, o qual engloba o montante em dívida do empréstimo específico para a construção do Colégio da Fundação Alentejo (2.759.188,07€) entretanto renegociado através da linha de financiamento “Jessica”, sob a forma de utilização de contas caucionadas, pretendeu fazer face às necessidades reveladas pela tesouraria, traduzindo-se resumidamente na seguinte evolução:

DESCRIÇÃO		2015	2014
+	Saldo inicial	5.028.750,01 €	4.285.000,00 €
+	Empréstimos Obtidos	7.531.500,01 €	4.160.000,00 €
-	Amortizações empréstimos	7.104.982,07 €	3.416.249,99 €
SALDO FINAL		5.455.267,95 €	5.028.750,01 €

Fonte: DSCT – Direção de Serviços de Contabilidade e Tesouraria – mar. 2016

O saldo final (5.455.267,95 €) constitui-se por financiamento a curto prazo no montante de 2.756.387,47 € e financiamento a médio e longo prazo no montante de 2.698.880,48 €.

Ao montante referido deve ser acrescido o montante de 846,81 € referente à utilização dum cartão de crédito, correspondendo o saldo final dos empréstimos bancários a 5.456.114,76 € em 2015 e a 5.169.779,08 € em 2014.

Verificou-se assim um aumento do endividamento bancário no final de 2015, em cerca de 6% relativamente a igual data do ano anterior.

Reflexo da sua capacidade de negociação e da fiabilidade que a Fundação Alentejo detém junto das Instituições Financeiras com as quais se vem relacionando ao longo da sua existência, mantem-se a sua capacidade de endividamento a fim de colmatar as necessidades de tesouraria.

Este esforço de obtenção de fundos para a tesouraria não teve participação de qualquer entidade financiadora dos vários projetos de formação que a Fundação Alentejo promove e gerou, no ano de 2015, encargos financeiros que representam parte bastante significativa do total das despesas não participadas.

Deste modo, os gastos financeiros suportados durante o exercício, os quais foram totalmente financiados por receitas próprias da Fundação Alentejo, atingiram os seguintes montantes:

DESCRIÇÃO	2015	2014
Juros suportados	141.235,34 €	159.432,18 €
- Empréstimos M/L Prazo	52.253,62 €	68.513,56 €
- Empréstimos c/ Prazo	86.435,80 €	87.469,26 €
- Outros juros	2.545,92 €	3.449,36 €
Outros gastos financiamento	48.646,02 €	37.193,44 €
TOTAL GASTOS FINANCIAMENTO	189.881,36 €	196.625,62 €

Fonte: DSCT – Direção de Serviços de Contabilidade e Tesouraria – mar. 2016

Como se verifica, registou-se um decréscimo em cerca de 3% dos gastos desta rubrica, gerada fundamentalmente pela utilização de crédito caucionado face aos frequentes atrasos das participações a receber do Fundo Social Europeu e da Segurança Social relativamente aos fundos devidamente consignados nos orçamentos aprovados, bem como pela utilização de financiamento de médio e longo prazo, não sendo mais significativo devido ao elevado aumento das comissões cobradas pelas entidades bancárias. De seguida apresenta-se a evolução ao nível do endividamento perante locadoras, relativamente a contratos Leasing:

	Locações Financeiras	2015	2014
+	Saldo inicial	43.271,05 €	66.027,32 €
+	Aumentos		
-	Pagamentos	11.349,21 €	22.756,27 €
+/-	Regularizações		
	SALDO FINAL	31.921,84 €	43.271,05 €

Fonte: DSCT – Direção de Serviços de Contabilidade e Tesouraria – mar. 2016

1.4. Especialização de rendimentos e gastos

De acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e na sequência do critério seguido em anos anteriores, as contas apresentadas respeitam o princípio da especialização do exercício, sendo considerados todos os rendimentos e gastos da gestão do ano 2015, conforme se apresenta:

DESCRIÇÃO	2015	2014
Acréscimos de Rendimentos	- €	1.347,96 €
Comparticipações a receber		1.347,96 €
Gastos a Reconhecer	14.577,46 €	14.883,46 €
Gastos diversos	14.577,46 €	14.883,46 €
TOTAL DOS ATIVOS	14.577,46 €	16.231,42 €
Acréscimos de Gastos	310.789,94 €	334.090,74 €
- Remunerações a liquidar	295.353,68 €	308.670,15 €
- Outros gastos	15.436,26 €	25.420,59 €
Rendimentos a Reconhecer	1.114.842,44 €	2.205.220,36 €
- Subsídios	1.110.599,94 €	2.173.934,41 €
- Outros rendimentos	4.242,50 €	31.285,95 €
TOTAL DOS PASSIVOS	1.425.632,38 €	2.539.311,10 €

Fonte: DSCT – Direção de Serviços de Contabilidade e Tesouraria – mar. 2016

Refira-se que relativamente aos rendimentos a reconhecer (subsídios) não foram reconhecidos os montantes dos Pedidos de Financiamento submetidos em 22/09/2015 e 14/10/2015 para execução de 7 turmas de 10º. Ano (1º. Ano curricular – 188 formandos) dos Cursos Profissionais e de 4 turmas (68 formandos) dos Cursos Vocacionais, iniciadas em 01/09/2015, cuja aprovação não foi deferida até à data de 31/12/2015, pelo valor total de 1.225.517,92 €.

De realçar que o valor dos acréscimos de rendimentos e dos acréscimos de gastos, no Balanço, são apresentados nas rubricas outras contas a receber e outras contas a pagar, respetivamente.

A repartição dos “Subsídios” correspondente ao remanescente dos apoios contratados, parcialmente executados no exercício de 2015, é a seguinte:

PEDIDOS DE FINANCIAMENTO APROVADOS EM 31/12/2015		
Projeto nº 104474/2014/12	- Cursos Profissionais	1.030.107,17 €
DGEstE	- Cursos Vocacionais do Ensino Básico	66.666,70 €
Projeto nº 0550/EE/15	- Estágios Profissionais	3.812,95 €
Projeto nº 0634/EE/15	- Estágios Profissionais	7.381,51 €
Projeto nº 226/CEI/15	- Contrato Emprego Inserção	546,34 €
Projeto nº 282/CEI/15	- Contrato Emprego Inserção	1.079,19 €
Projeto nº. 431/CEI/15	- Contrato Emprego Inserção	1.006,08 €
TOTAL		1.110.599,94 €

Fonte: DSCT – Direção de Serviços de Contabilidade e Tesouraria – mar. 2016

1.5. Responsabilidades de Terceiros

1.5.1. Dívidas de terceiros

As dívidas a receber estão refletidas no quadro seguinte e comportam valores de projetos aprovados e serviços prestados cujo pagamento não tinha ainda sido colocado à disposição da Fundação Alentejo em 31/12/2015. O saldo da rubrica “Outros Devedores” engloba financiamentos a receber do FSE/MTSS/ME, constituindo um forte condicionante à gestão dos compromissos assumidos pela Fundação Alentejo, só possíveis de cumprir atempadamente com recurso a crédito bancário (ver ponto 1.3).

Os serviços competentes da Fundação Alentejo estão a desenvolver os procedimentos adequados para garantirem o seu recebimento, não tendo sido reconhecida no exercício qualquer imparidade nomeadamente relativa a dívidas de clientes e outros devedores diversos.

DÍVIDAS DE TERCEIROS	2015	2014
Estado e Outros Entes Públicos	- €	- €
Imposto sobre o rendimento		
Outros Impostos		
Outros devedores	2.406.430,81 €	3.339.813,37 €
Clientes - Gerais	666.386,11 €	333.464,88 €
Clientes - Utentes C.F.A.	22.499,00 €	24.348,39 €
Clientes - Atividades Extra Curriculares	50.134,00 €	43.535,00 €
Financiamentos aprovados e em execução	1.651.470,72 €	2.935.408,58 €
Outros Devedores Diversos	15.940,98 €	3.056,52 €
TOTAL	2.406.430,81 €	3.339.813,37 €

Fonte: DSCT – Direção de Serviços de Contabilidade e Tesouraria – mar. 2016

De referir que o valor acima inscrito em “Financiamentos aprovados e em execução” (1.651.470,72 €), que representa cerca de 68% do total das Dívidas de Terceiros, é respeitante aos financiamentos já contratados com o POCH, aguardando-se a aprovação dos Pedidos de Financiamento já referidos no ponto anterior.

Note-se que alguns dos devedores incluídos nesta rubrica regularizaram, entretanto, já no exercício de 2016, parte dos respetivos saldos.

Após a continuação das diligências adequadas, bem como o normal funcionamento e execução dos projetos em atividade não se esperam dificuldades no recebimento da grande maioria destes valores.

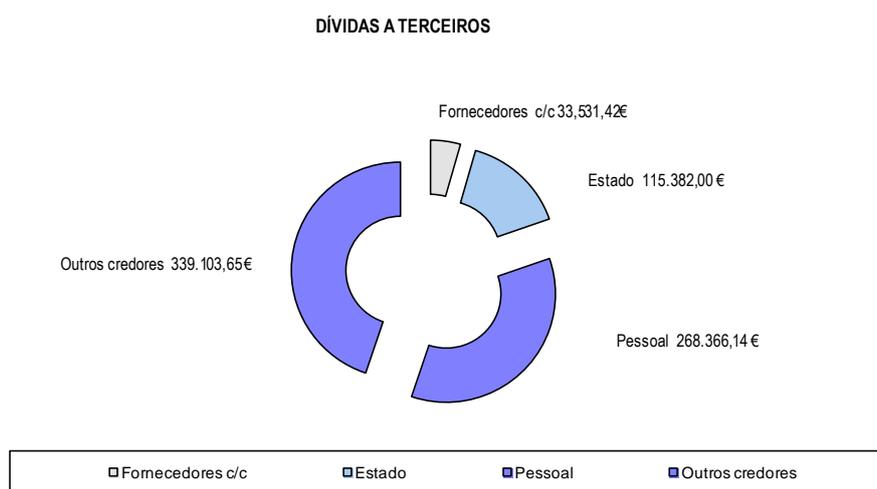
1.5.2. Dívidas a terceiros

As dívidas a terceiros são essencialmente compostas por dívidas a fornecedores correntes, Pessoal (compensações por caducidade de contratos de trabalho), Estado e outros credores, conforme se apresenta no quadro seguinte:

DÍVIDAS A TERCEIROS	2015	2014
Fornecedores c/c	33.531,42 €	107.792,03 €
Estado e Outros Entes Públicos	115.382,00 €	131.001,58 €
- Outros Impostos		
- Retenções efectuadas a terceiros	37.982,48 €	45.023,32 €
- IVA a pagar	1.797,46 €	2.193,27 €
- Contribuições p/Seg.Social	75.602,06 €	83.784,99 €
Outros credores	607.469,79 €	378.018,76 €
- Fornecedores de investimento		15.169,59 €
- Pessoal	268.366,14 €	23.746,66 €
- Outros credores diversos	339.103,65 €	339.102,51 €
TOTAL	756.383,21 €	616.812,37 €

Fonte: DSCT – Direção de Serviços de Contabilidade e Tesouraria – mar. 2016

Todos os valores e responsabilidades assumidas perante o Estado estão em situação regular, pelo que não há qualquer dívida em situação de mora.



Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

1.6. Rendimentos do exercício

Relativamente aos rendimentos do exercício, apresenta-se o seguinte detalhe:

RENDIMENTOS	2015	2014
VENDAS	4.132,87 €	5.188,36 €
Colégio Fundação Alentejo	4.132,87 €	5.188,36 €
Outras Vendas FA		
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	1.198.252,56 €	1.021.604,71 €
Receitas Diversos	13.854,79 €	15.159,15 €
A E C - Activ. Extra-Curriculares	228.000,00 €	252.809,50 €
Restaurante Vauban/Bar Escola	20.907,99 €	26.787,29 €
Utilização Instalações	5.700,00 €	7.325,00 €
Produções Artes Gráficas		
Gestão e Organização de Projectos	466.697,78 €	280.436,55 €
Colégio Fundação Alentejo	463.092,00 €	439.087,22 €
SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	2.941.357,85 €	3.515.687,66 €
Fundo Social Europeu	2.225.328,17 €	2.766.818,62 €
Ministério da Educação	194.244,74 €	104.237,93 €
Segurança Social	416.712,90 €	512.002,95 €
I. E. F. P.	98.855,95 €	104.668,27 €
Outros	6.216,09 €	27.959,89 €
REVERSÕES	85.487,12 €	11.602,78 €
OUTROS RENDIMENTOS	50.717,31 €	55.605,75 €
Venda de energia	4.976,87 €	10.266,01 €
Outros rendimentos suplementares	760,00 €	1.265,00 €
Imputação subs. p/ investimentos	27.414,28 €	29.761,72 €
Outros rendimentos diversos	17.566,16 €	14.313,02 €
TOTAL DE RENDIMENTOS	4.279.947,71 €	4.609.689,26 €

Fonte: DSCT – Direção de Serviços de Contabilidade e Tesouraria – mar. 2016

Apesar do aumento verificado ao nível das vendas e das prestações de serviços (cerca de 17%), os rendimentos sofreram um decréscimo relativamente ao exercício anterior, devido nomeadamente à redução da rubrica dos Subsídios à Exploração, refletindo a continuidade da diminuição anual do número de formandos afetos à EPRAL, bem como a não abertura de novos concursos no âmbito da formação de adultos.

1.7. Gastos do exercício

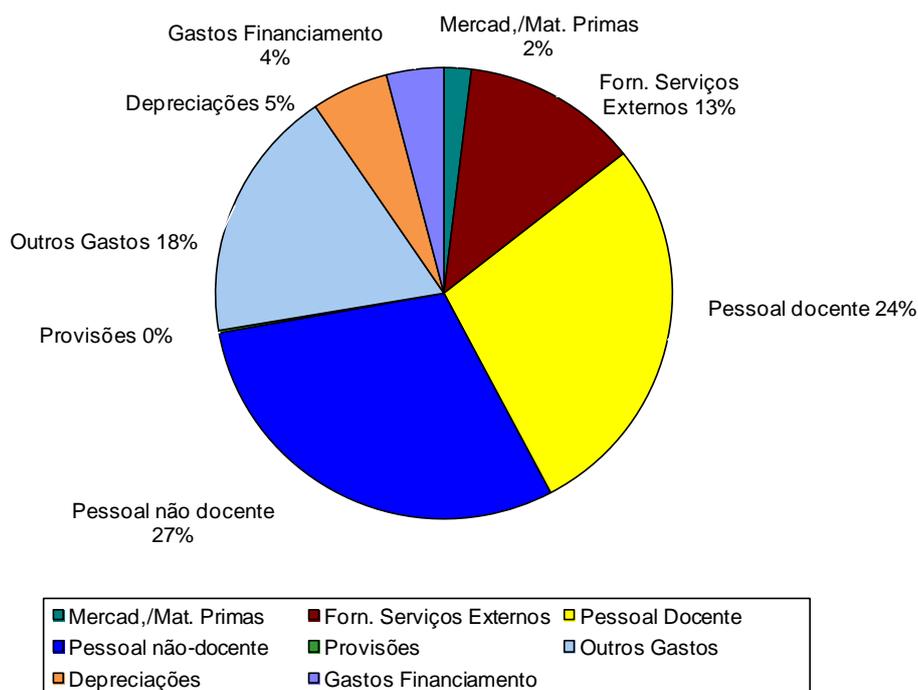
Seguidamente apresenta-se a estrutura dos gastos e perdas verificada no ano de 2015:

GASTOS DO PERÍODO	2015	2014
GASTOS COM MERCADORIAS E MATERIAS CONSUMIDAS	90.447,86 €	91.789,28 €
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	582.016,01 €	834.440,87 €
Trabalhos especializados	78.791,70 €	137.582,37 €
Publicidade e propaganda	11.775,95 €	31.224,80 €
Vigilância e segurança	51.297,95 €	84.595,24 €
Honorários (pessoal externo)	187.049,48 €	177.334,27 €
Conservação e reparação	39.117,15 €	29.140,32 €
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	2.678,86 €	4.831,78 €
Livros e documentação técnica		
Material de escritório	4.954,40 €	6.441,67 €
Artigos para oferta	455,55 €	4.308,10 €
Eletricidade	79.195,93 €	80.580,36 €
Combustíveis	4.212,70 €	5.486,37 €
Água	2.357,60 €	2.347,33 €
Outros fluidos	3.558,52 €	3.230,20 €
Deslocações e estadas	3.400,44 €	58.427,59 €
Transporte de mercadorias		1.145,24 €
Rendas e alugueres	33.674,73 €	89.945,58 €
Comunicação	23.361,38 €	37.102,47 €
Seguros	10.629,74 €	13.310,75 €
Contencioso e notariado	1.256,50 €	325,00 €
Despesas de representação	314,36 €	523,30 €
Limpeza, higiene e conforto	15.581,95 €	25.544,98 €
Ouros fornecimentos e serviços	28.351,12 €	41.013,15 €
GASTOS COM O PESSOAL	2.695.895,49 €	2.552.925,79 €
PERDAS POR IMPARIDADE		
PROVISÕES DO PERÍODO	8.179,12 €	17.967,24 €
OUTROS GASTOS E PERDAS	844.307,82 €	992.894,29 €
Impostos diretos	481,36 €	452,53 €
Impostos indiretos	1.528,41 €	1.590,54 €
Taxas	382,50 €	2.693,41 €
Gastos Diversos	80.129,19 €	9.569,31 €
Quotizações	2.000,00 €	3.153,00 €
Encargos c/ Formandos	759.786,36 €	975.435,50 €
Alimentação	446.319,34 €	543.843,11 €
Deslocações	207.863,25 €	226.955,13 €
Alojamento	93.861,01 €	110.944,19 €
Bolsas de Formação	9.354,65 €	87.009,32 €
Outros Encargos	2.388,11 €	6.683,75 €
DEPRECIACÕES DO EXERCÍCIO	255.161,59 €	288.933,22 €
Ativos fixos tangíveis	255.161,59 €	288.933,22 €
Edifícios e outras construções	192.329,53 €	192.329,53 €
Equipamento básico	40.913,08 €	55.047,39 €
Equipamento de transporte	14.175,00 €	14.175,00 €
Equipamento Administrativo	5.426,68 €	12.517,69 €
Outros ativos fixos tangíveis	2.317,30 €	14.863,61 €
GASTOS DE FINANCIAMENTO	189.881,36 €	205.533,83 €
TOTAL GASTOS	4.665.889,25 €	4.984.484,52 €

Fonte: DSCT – Direção de Serviços de Contabilidade e Tesouraria – mar. 2016

Como se verifica, o total dos gastos do exercício sofreu uma diminuição significativa (6%) relativamente ao exercício anterior, transversal a todas as rubricas exceto na rubrica “Gastos com o Pessoal”, a qual aumentou cerca de 5%, decorrente das obrigações reconhecidas no exercício com a compensação por caducidade de contratos de trabalho.

Refira-se, que de acordo com os normativos legais, no corrente exercício foi constituída uma provisão no montante de 8.179,12 €.



Fonte: DSCT – Direção de Serviços de Contabilidade e Tesouraria – mar. 2016

1.8. Resultados do exercício

Para o desempenho alcançado no decurso do ano, aquém do previsto no Plano de Atividades para o exercício de 2015, contribuíram significativamente, o reconhecimento no exercício dos gastos com a caducidade dos contratos de trabalho (203.494,70€), o reconhecimento de despesas consideradas não elegíveis no âmbito do projeto “Formações Modulares Certificadas” (67.903,41€), os gastos de depreciação e de financiamento verificados, bem como o não financiamento total por parte da entidade financiadora dos gastos incorridos com a execução dos cursos profissionais, os quais funcionam sob o regime de custos unitários:

EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2015		
DESCRIÇÃO	PREVISTO	REALIZADO
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	447.330,00	59.101,41
Gastos de depreciação e de amortização	(277.690,00 €)	(255.161,59 €)
Gastos de financiamento	(169.640,00 €)	(189.881,36 €)
Resultado líquido do período	0,00	(385.941,54 €)

Fonte: DSCT – Direção de Serviços de Contabilidade e Tesouraria – mar. 2016

2. Proposta de Aplicação de Resultados

Quanto ao resultado líquido negativo verificado no período, conforme referido anteriormente, no montante de 385.941,54 €, apurado de acordo com as demonstrações financeiras anexas a este relatório, propõe-se que transite para a conta de Resultados Transitados.

3. Nota Final

O Conselho de Administração pretende, na conclusão do presente Relatório, expressar o seu reconhecimento e agradecimento a todos quantos, de forma direta ou indireta, contribuíram para o normal desempenho da atividade da Fundação.

Assim:

- Aos Colaboradores, que se empenharam neste projeto com toda a sua dedicação, continuando a Instituição a contar com todos para desenvolvimento dos seus projetos;
- Aos Formandos, Encarregados de Educação e aos Clientes, pela aposta na formação e nos serviços que esta Fundação presta;
- Às Entidades Institucionais, pelo apoio e disponibilidade demonstrada ao longo deste ano;
- Aos Fornecedores e Instituições Financeiras, pela colaboração e compreensão demonstradas;
- Ao Conselho Fiscal e ao Conselho Geral, pelo diálogo e cooperação que sempre disponibilizaram.

A todos um agradecimento e o reconhecimento pelo seu contributo para a consolidação e afirmação deste projeto ao serviço do Alentejo e dos Alentejanos.

Évora, fevereiro de 2016



BALANÇO

BALANÇO EM 31/12/2015

RUBRICAS	Notas	valores expressos em euros	
		Datas	
		31.12.2015	31.12.2014
ATIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5/6	10.221.509,27	10.469.111,70
Investimentos financeiros		4.584,54	3.740,48
		10.226.093,81	10.472.852,18
Activo corrente			
Inventários	8	20.959,67	21.642,33
Clientes	14	739.019,11	401.348,27
Adiantamentos a fornecedores			1.599,00
Estado e outros entes públicos			
Outras contas a receber	11/14	1.667.411,70	2.936.866,10
Diferimentos	17	14.577,46	14.883,46
Caixa e depósitos bancários	4	17.793,53	3.148,37
		2.459.761,47	3.379.487,53
Total do Ativo		12.685.855,28	13.852.339,71
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos			
Reservas		11.099,35	11.099,35
Resultados transitados		(1.431.204,35)	(1.254.947,75)
Excedentes de revalorização	5	6.197.173,67	6.395.712,24
Outras variações nos fundos patrimoniais	11	699.501,70	726.915,98
Resultado líquido do período		(385.941,54)	(374.795,17)
Total do fundo de capital		5.090.628,83	5.503.984,65
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	10	235.964,20	313.272,20
Financiamentos obtidos	7	2.718.671,00	2.167.360,48
		2.954.635,20	2.480.632,68
Passivo corrente			
Fornecedores	14	33.531,42	107.792,03
Estado e outros entes públicos	14/17	115.382,00	131.001,58
Financiamentos obtidos	7/14	2.769.365,60	3.045.689,65
Outras contas a pagar	14	607.469,79	378.018,76
Diferimentos	11/17	1.114.842,44	2.205.220,36
		4.640.591,25	5.867.722,38
Total do Passivo		7.595.226,45	8.348.355,06
Total dos fundos patrimoniais e do Passivo		12.685.855,28	13.852.339,71

Fonte: DSCT – Direção de Serviços de Contabilidade e Tesouraria – mar. 2016

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

valores expressos em euros

RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS	Períodos	
			2015	2014
Vendas e serviços prestados	+	9	1.202.385,43	1.026.793,07
Subsídios, doações e legados à exploração	+	11	2.941.357,85	3.515.687,66
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	8	(90.447,86)	(91.789,28)
Fornecimentos e serviços externos	-	17	(582.016,01)	(834.440,87)
Gastos com pessoal	-	15	(2.695.895,49)	(2.552.925,79)
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+			
Provisões (aumentos/reduções)	-/+	10	77.308,00	(6.364,46)
Outros rendimentos e ganhos	+	9	50.717,31	55.605,84
Outros gastos e perdas	-		(844.307,82)	(1.001.802,50)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=		59.101,41	110.763,67
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	5	(255.161,59)	(288.933,22)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=		(196.060,18)	(178.169,55)
Juros e gastos similares suportados	-	7	(189.881,36)	(196.625,62)
Resultado antes de impostos	=		(385.941,54)	(374.795,17)
Resultado líquido do período	=		(385.941,54)	(374.795,17)

Fonte: DSCT – Direção de Serviços de Contabilidade e Tesouraria – mar. 2016

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS



Demonstração individual das alterações nos fundos patrimoniais no exercício de 2014

(Valores expressos em euros)

DESCRICÃO	NOTAS						Total dos Fundos Patrimoniais
		Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2014	1	11.099,35	(560.973,84)	6.453.292,19	756.521,62	(751.553,86)	5.908.385,46
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis			57.579,95	(57.579,95)			
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			(751.553,86)		(29.605,64)	751.553,86	(29.605,64)
	2		(693.973,91)	(57.579,95)	(29.605,64)	751.553,86	(29.605,64)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3					(374.795,17)	(374.795,17)
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3					376.758,69	376.758,69
OPERAÇÕES COM INSTITUÍDORES NO PERÍODO	5						
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2014	6=1+2+3+5	11.099,35	(1.254.947,75)	6.395.712,24	726.915,98	(374.795,17)	5.503.984,65

Fonte: DSCT – Direção de Serviços de Contabilidade e Tesouraria – mar. 2016

Demonstração individual das alterações nos fundos patrimoniais no exercício de 2015

(valores expressos em euros)

DESCRICÃO	NOTAS						Total dos fundos patrimoniais
		Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015	6	11.099,35	(1.254.947,75)	6.395.712,24	726.915,98	(374.795,17)	5.503.984,65
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis			198.538,57	(198.538,57)			
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			(374.795,17)		(27.414,28)	374.795,17	(27.414,28)
	7		(176.256,60)	(198.538,57)	(27.414,28)	374.795,17	(27.414,28)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8					(385.941,54)	(385.941,54)
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8					(11.146,37)	(11.146,37)
OPERAÇÕES COM INSTITUÍDORES NO PERÍODO	10						
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2015	11=6+7+8+10	11.099,35	(1.431.204,35)	6.197.173,67	699.501,70	(385.941,54)	5.090.628,83

Fonte: DSCT – Direção de Serviços de Contabilidade e Tesouraria – mar. 2016

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA



RUBRICAS		Notas	valores expressos em euros	
			Datas	
			31.12.2015	31.12.2014
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo				
Recebimentos de clientes e utentes		+	870.681,97	675.522,20
Pagamento de subsídios		-	750.431,71	888.426,18
Pagamento bolsas		-	9.354,65	87.009,32
Pagamentos a fornecedores		-	744.400,67	911.148,64
Pagamentos ao pessoal		-	2.464.592,48	2.592.899,35
Caixa gerada pelas operações		+/-	(3.098.097,54)	(3.803.961,29)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-/+	8.073,86	185,52
Outros recebimentos/pagamentos		+/-	3.052.077,18	3.154.725,80
Fluxos de caixa das actividades operacionais	(1)	+/-	(37.946,50)	(649.049,97)
Fluxos de caixa das actividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Activos fixos tangíveis		-	22.728,75	13.686,66
Investimentos financeiros		-	844,06	237,30
Recebimentos provenientes de:				
Activos fixos tangíveis		+	777,93	560,88
Juros e rendimentos similares		+		
Fluxos de caixa das actividades de investimento	(2)	+/-	(22.794,88)	(13.363,08)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos		+	274.986,47	848.734,02
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos		-		
Juros e gastos similares		-	199.599,93	201.629,94
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	(3)		75.386,54	647.104,08
Varição de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)		14.645,16	(15.308,97)
Efeito das diferenças de câmbio		+/-		
Caixa e seus equivalentes no início do período		+/-	3.148,37	18.457,34
Caixa e seus equivalentes no fim do período		+/-	17.793,53	3.148,37

Fonte: DSCT – Direção de Serviços de Contabilidade e Tesouraria – mar. 2016

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**



1. Identificação da Entidade

1.1. FUNDAÇÃO ALENTEJO

1.2. Sede: Avenida Dinis Miranda, 116 7005-140 Évora

1.3. NIPC: 502978481

1.4. Natureza da atividade: Desenvolvimento da educação e qualificação profissional dos recursos humanos, nos termos do Decreto-Lei nº. 4/98, de 8 de janeiro.

1.5. Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2. Referencial Contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

2.1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas as normas que integram a normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL) DL. nº. 36-A/2011 de 09/03. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de demonstrações financeiras (Portaria nº. 105/2011 de 14/03), o Código de Contas (Portaria nº. 106/2011 de 14/03) e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (Aviso nº. 6726-B/2011).

Sempre que na presente norma existam remissões para as Normas Internacionais de Contabilidade, entende-se que estas se referem às adotadas pela União Europeia nos termos do Regulamento (CE) nº. 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho e em conformidade com o texto original do Regulamento (CE) nº. 1126/2008 da Comissão, de 3 de novembro.

Sempre que esta Norma não responda a aspetos particulares que se coloquem em matéria de contabilização ou relato financeiro de transações ou situações, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a entidade deverá recorrer, tendo em vista tão-somente a superação dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada:

- a) Às NCRF e Normas Interpretativas (NI);
- b) Às Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento nº. 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho;
- c) Às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB, e respetivas Interpretações (SIC e IFRIC).

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Não existem conteúdos que não sejam comparáveis com o exercício anterior.

3. Principais Políticas Contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas, excetuando o grupo dos imóveis os quais se encontram registados após revalorização efetuada no final do período de 2013.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no itens “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”, consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros noutras empresas, onde a entidade não exerce qualquer influência sobre as políticas e decisões financeiras e operacionais são registados pelo método do custo.

- Imposto sobre o rendimento

A entidade encontra-se isenta de IRC.

- Inventários

Os inventários encontram-se valorizados a custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, e a custos de conversão. Não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de “Clientes” e “Outras contas a receber” estão reconhecidos pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

- Caixa e depósitos bancários

Este item rubrica inclui caixa e depósitos à ordem e a prazo em Bancos Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

- Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com objetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, o Órgão de Gestão procura sustentar as suas expetativas de perdas num ambiente de prudência.

- Fornecedores e Outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

Os financiamentos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados com base na taxa de juro efectiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os financiamentos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

-Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros, relacionados com empréstimos obtidos, são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

- Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados de acordo com a NCRF 9 - Locações, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para esta tipo de ativo. Por outro lado, as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato são reconhecidas no passivo pelo valor presente dos pagamentos mínimos da locação.

Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto na NCRF 20, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

- Subsídios relacionados com ativos depreciáveis

Os subsídios ao investimento relacionados com ativos depreciáveis são apresentados no fundo patrimonial e imputados a rendimentos numa base sistemática e à medida das depreciações praticadas sobre os mesmos ativos.

3.2. Outras políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF. Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados sempre que possa ser medido de forma fiável. À data de 31 de dezembro de 2015 não existe evidência suficientemente fiável para a criação de imparidades.

3.3. Juízos de valor (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

O Órgão de Gestão teve como base para aplicação de políticas contabilísticas o que é referido nas NCRF. Não foram necessários juízos de valor para a aplicação de políticas contabilísticas.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

3.5 Principais fontes de incerteza das estimativas

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

4. Fluxos de Caixa

4.1 Comentário do órgão de Gestão sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Todas as quantias evidenciadas no Balanço, a 31 de dezembro de 2015, estão disponíveis para uso.

4.2 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

(valores expressos em euros)

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		31.12.2015	31.12.2014
Caixa	Numerário	2.488,96	924,22
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	15.304,57	2.224,15
	Depósitos a prazo		
Totais		17.793,53	3.148,37

Fonte: DSCT – Direção de Serviços de Contabilidade e Tesouraria – mar. 2016

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto.

5. Ativos Fixos Tangíveis

5.1 Base de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade, excetuando o grupo dos imóveis os quais se encontram registados após revalorização efetuada no final do período de 2013.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. As despesas com a manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expetativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

5.2 Métodos de depreciação usados

As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas numa base sistemática segundo o método da linha reta fracionada em duodécimos.

5.3 As vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos activos fixos tangíveis	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis
	Terrenos	Edifícios				
Vidas úteis		50	1 a 6	4	1 a 6	1 a 6
Taxas de depreciação		2% a 10%	16,66% a 100%	25,00%	16,66% a 100%	16,66% a 100%
Métodos de depreciação		Duodécimos	Duodécimos	Duodécimos	Duodécimos	Duodécimos

Fonte: DSCT – Direção de Serviços de Contabilidade e Tesouraria – mar. 2016

5.4 Quantias escrituradas brutas e as depreciações acumuladas (agregadas com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período

5.4.1 Quantias escrituradas brutas

(valores expressos em euros)

Activos fixos tangíveis: quantias brutas escrituradas	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Totais
		Terrenos	Edifícios						
Em 01.01.2014		1.202.115,24	9.128.184,76	2.698.397,29	246.868,33	518.604,92	171.098,82	180.695,91	14.145.965,27
Adições				26.525,40		5.646,12			32.171,52
Revalorizações									
Transferências									
Alienações									
Abates				(22.298,58)		(12.542,76)	(693,89)		(35.535,23)
Outras alterações				(11.111,61)		(7.373,25)			(18.484,86)
Em 31.12.2014 (01.01.2015)		1.202.115,24	9.128.184,76	2.691.512,50	246.868,33	504.335,03	170.404,93	180.695,91	14.124.116,70
Adições				6.236,10		651,11	671,95		7.559,16
Revalorizações									
Transferências									
Alienações									
Abates					(9.444,50)				(9.444,50)
Outras alterações									
Em 31.12.2015		1.202.115,24	9.128.184,76	2.697.748,60	237.423,83	504.986,14	171.076,88	180.695,91	14.122.231,36

Fonte: DSCT – Direção de Serviços de Contabilidade e Tesouraria – mar. 2016

5.4.2 Depreciações acumuladas

(valores expressos em euros)

Depreciações de activos fixos tangíveis	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Totais
Acumuladas em 01.01.2014		(2.581.241,32)	(193.712,08)	(496.808,53)	(148.329,88)	(3.420.091,81)
Reforços	(192.329,53)	(55.047,39)	(14.175,00)	(12.517,69)	(14.863,61)	(288.933,22)
Abates		22.298,58		12.542,76	693,89	35.535,23
Outras alterações		18.690,77		(205,96)	(0,01)	18.484,80
Acumuladas em 31.12.2014 (01012015)	(192.329,53)	(2.595.299,36)	(207.887,08)	(496.989,42)	(162.499,61)	(3.655.005,00)
Reforços	(192.329,53)	(40.913,08)	(14.175,00)	(5.426,68)	(2.317,30)	(255.161,59)
Abates			9.444,50			9.444,50
Outras alterações						
Acumuladas em 31.12.2015	(384.659,06)	(2.636.212,44)	(212.617,58)	(502.416,10)	(164.816,91)	(3.900.722,09)

Fonte: DSCT – Direção de Serviços de Contabilidade e Tesouraria – mar. 2016

5.5 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostra as adições, as alienações, as amortizações, as perdas por imparidade e outras alterações

(valores expressos em euros)

Ativos fixos tangíveis		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Totais
			Terrenos	Edifícios						
Em 01/01/2014	Quantias brutas escrituradas		1.202.115,24	9.128.184,76	2.698.397,29	246.868,33	518.604,92	171.098,82	180.695,91	14.145.965,27
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas				(2.581.241,32)	(193.712,08)	(496.808,53)	(148.329,88)		(3.420.091,81)
	Quantias líquidas escrituradas		1.202.115,24	9.128.184,76	117.155,97	53.156,25	21.796,39	22.768,94	180.695,91	10.725.873,46
Adições					26.525,40		5.646,12			32.171,52
Revalorizações										
Transferências										
Reclassificações para activos não correntes detidos para venda										
Alienações, sinistros e abates					(22.298,58)		(12.542,76)	(693,89)		(35.535,23)
Outras alterações					(11.111,61)		(7.373,25)			(18.484,86)
Depreciações				(192.329,53)	(55.047,39)	(14.175,00)	(12.517,69)	(14.863,61)		(288.933,22)
Regularizações					(18.690,77)		(205,96)	0,01		(18.896,72)
Perdas por imparidade										
Em 31/12/2014 (01/01/2015)	Quantias brutas escrituradas		1.202.115,24	9.128.184,76	2.691.512,50	246.868,33	504.335,03	170.404,93	180.695,91	14.124.116,70
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas			(192.329,53)	(2.595.299,36)	(207.887,08)	(496.989,42)	(162.499,61)		(3.655.005,00)
	Quantias líquidas escrituradas		1.202.115,24	8.935.855,23	96.213,14	38.981,25	7.345,61	7.905,32	180.695,91	10.469.111,70
Adições					6.236,10		651,11	671,95		7.559,16
Revalorizações										
Transferências										
Reclassificações para activos não correntes detidos para venda										
Alienações, sinistros e abates						(9.444,50)				(9.444,50)
Outras alterações										
Depreciações				(192.329,53)	(40.913,08)	(14.175,00)	(5.426,68)	(2.317,30)		(255.161,59)
Regularizações										
Perdas por imparidade										
Em 31/12/2014	Quantias brutas escrituradas		1.202.115,24	9.128.184,76	2.697.748,60	237.423,83	504.986,14	171.076,88	180.695,91	14.122.231,36
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas			(384.659,06)	(2.636.212,44)	(212.617,58)	(502.416,10)	(164.816,91)		(3.900.722,09)
	Quantias líquidas escrituradas		1.202.115,24	8.743.525,70	61.536,16	24.806,25	2.570,04	6.259,97	180.695,91	10.221.509,27

Fonte: DSCT – Direção de Serviços de Contabilidade e Tesouraria – mar. 2016

5.6 Depreciações, reconhecidas nos resultados ou como parte de gastos de outros ativos, durante o período

Durante o exercício, não foram reconhecidas depreciações de ativos fixos tangíveis como parte de gastos de outros ativos estando incluídas na totalidade na demonstração de resultados por naturezas, na linha dos Gastos/reversões de depreciação e de amortização.

(valores expressos em euros)

Depreciações reconhecidas nos resultados ou como parte de um custo de outros activos		Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Totais
Período 2014	Depreciações reconhecidas nos resultados	192.329,53	55.047,39	14.175,00	12.517,69	14.863,61	288.933,22
	Depreciações que integram o custo de outros activos						
Período 2015	Depreciações reconhecidas nos resultados	192.329,53	40.913,08	14.175,00	5.426,68	2.317,30	255.161,59
	Depreciações que integram o custo de outros activos						

Fonte: DSCT – Direção de Serviços de Contabilidade e Tesouraria – mar. 2016

5.7 Itens do ativo fixo tangível expresso por quantias revalorizadas

5.7.1 Terrenos e Edifícios e Outras Construções

À data de 31/12/2013 foram revalorizados os terrenos e edifícios, através do recurso a um avaliador independente, a CERAT.

A avaliação teve como base o valor de mercado, ou seja, é a estimativa do montante mais provável em termos monetários pelo qual, à data da avaliação, os ativos poderão ser trocados num mercado livre e aberto e competitivo e após adequada exposição, que reúna todas as condições para uma venda normal entre um vendedor e um comprador que atuem de livre vontade, com prudência, plena informação e interesse equivalente e assumindo que o preço não é afetado por estímulos específicos ou indevidos.

A avaliação incide sobre o património imobiliário e não sobre o negócio em si.

Consideram-se os prédios livres de quaisquer ónus ou encargos e que não existe qualquer restrição ao uso pleno dos mesmos.

A avaliação pressupõe o uso continuado de todas as construções.

(valores expressos em euros)

Excedentes de revalorização dos activos fixos tangíveis reconhecidos por quantias revalorizadas	Edifícios e outras construções		Totais
	Terrenos	Edifícios	
Em 01.01.2014	525.153,14	5.928.139,05	6.453.292,19
Realização de excedentes pelo uso dos activos		(57.579,95)	(57.579,95)
Em 31.12.2014 (01.01.2015)	525.153,14	5.870.559,10	6.395.712,24
Realização de excedentes pelo uso dos activos		(198.538,57)	(198.538,57)
Em 31.12.2015	525.153,14	5.672.020,53	6.197.173,67

Fonte: DSCT – Direção de Serviços de Contabilidade e Tesouraria – mar. 2016

6. Locação Financeira

6.1 Mensuração

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos.

Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

6.2 A quantia escriturada líquida à data do balanço, para cada categoria de ativos:

(valores expressos em euros)

Ativos que se encontram a ser financiados através de contratos de locação financeira, respetivas quantias escrituradas líquidas e rendas contingentes reconhecidas como gasto no período		Locações financeiras em vigor				Período 2015		Período 2014	
		Entidade locadora	Identificação do contrato	Prazo da locação		Quantias escrituradas líquidas dos activos locados em 31.12.2015	Rendas contingentes reconhecidas como gasto no período	Quantias escrituradas líquidas dos activos locados em 31.12.2014	Rendas contingentes reconhecidas como gasto no período
				Começo	Fim				
Ativos Fixos Tangíveis	Viatura 80-OB-51	BMW BANK GMBH	412364	28-10-2013	28-10-2017	24.806,25		38.981,25	
Subtotais						24.806,25		38.981,25	
Totais						24.806,25		38.981,25	

Fonte: DSCT – Direção de Serviços de Contabilidade e Tesouraria – mar. 2016

6.3 Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor presente, para cada um dos seguintes períodos:

(valores expressos em euros)

Reconciliação entre os futuros pagamentos mínimos das locações financeiras e respectivos valores presentes	31.12.2015				31.12.2014			
	Futuros pagamentos mínimos das locações	Diferença entre os futuros pagamentos mínimos das locações e respectivos valores presentes		Valores presentes à data do balanço dos futuros pagamentos mínimos das locações	Futuros pagamentos mínimos das locações	Diferença entre os futuros pagamentos mínimos das locações e respectivos valores presentes		Valores presentes à data do balanço dos futuros pagamentos mínimos das locações
		Gastos financeiros	Outras			Gastos financeiros	Outras	
Até 1 ano	13.949,38	1.818,06		12.131,32	13.948,98	2.621,72		11.327,26
Entre 1 e 5 anos	20.650,64	860,12		19.790,52	34.617,81	2.674,02		31.943,79
Totais	34.600,02	2.678,18		31.921,84	48.566,79	5.295,74		43.271,05

Fonte: DSCT – Direção de Serviços de Contabilidade e Tesouraria – mar. 2016

7. Custos de empréstimos obtidos**7.1 Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos**

Não existem custos de empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo razão pela qual a política contabilística adotada pela entidade passa por reconhecer os custos dos empréstimos obtidos como gastos no período.

7.2 Divulgação dos empréstimos correntes e não correntes

(valores expressos em euros)

Instituições de Crédito e Outras Entidades Financiamento	31/12/2015			31/12/2014		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
<u>Empréstimos</u>						
Caixa Geral de Depósitos	2.555.120,89	2.584.913,99	5.140.034,88	2.658.675,00	2.135.416,69	4.794.091,69
Banco BIC	202.113,39	113.966,49	316.079,88	235.000,00		235.000,00
Sub Total	2.757.234,28	2.698.880,48	5.456.114,76	2.893.675,00	2.135.416,69	5.029.091,69
<u>Descobertos Bancários</u>						
Caixa Geral de Depósitos				140.687,39		140.687,39
Banco Espírito Santo						
Sub Total	0,00	0,00	0,00	140.687,39	0,00	140.687,39
<u>Locação Financeira</u>						
BMW BANK GMBH	12.131,32	19.790,52	31.921,84	11.327,26	31.943,79	43.271,05
Sub Total	12.131,32	19.790,52	31.921,84	11.327,26	31.943,79	43.271,05
Total	2.769.365,60	2.718.671,00	5.488.036,60	3.045.689,65	2.167.360,48	5.213.050,13

Fonte: DSCT – Direção de Serviços de Contabilidade e Tesouraria – mar. 2016

7.3 Outros

(valores expressos em euros)

GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	31/12/2015		31/12/2014	
	JUROS, DIVIDENDOS E OUTROS RENDIMENTOS	31/12/2015	31/12/2014	JUROS, DIVIDENDOS E OUTROS RENDIMENTOS
Juros Suportados	141.235,34	159.432,18	Juros Obtidos	
Outros Gastos e Perdas	48.646,02	37.193,44	Outros	
Total	189.881,36	196.625,62	Total	0,00

Fonte: DSCT – Direção de Serviços de Contabilidade e Tesouraria – mar. 2016

8. Inventários

8.1. As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada

Os inventários foram valorizados ao custo, incluindo todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual.

Mais concretamente as matérias-primas, subsidiárias e de consumo e as mercadorias estão mensuradas ao custo de aquisição, compreendendo o preço de compra, gastos de transporte e manuseamento, deduzido dos descontos e abatimentos.

8.2. A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas de inventários	31.12.2015			31.12.2014		
	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias (líquidas) escrituradas	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias (líquidas) escrituradas
Mercadorias	20.959,67		20.959,67	20.145,77		20.145,77
Matérias Primas				1.496,56		1.496,56
Totais	20.959,67		20.959,67	21.642,33		21.642,33

Fonte: DSCT – Direção de Serviços de Contabilidade e Tesouraria – mar. 2016

8.3. Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

(valores expressos em euros)

Quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período			Período 2015			Período 2014			
			Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais	
Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	Inventários no começo do período		+	20.145,77	1.496,56	21.642,33	18.165,96	4.211,47	22.377,43
	Compras	Compras	+	22.005,80	67.907,42	89.913,22	30.510,14	60.664,41	91.174,55
		Devoluções de compras	-	(148,02)		(148,02)	(120,37)		(120,37)
		Descontos e abatimentos em compras	-						
	Inventários no fim do período		-	20.959,67		20.959,67	20.145,77	1.496,56	21.642,33
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			=	21.043,88	69.403,98	90.447,86	28.409,96	63.379,32	91.789,28
Totais			=	21.043,88	69.403,98	90.447,86	28.409,96	63.379,32	91.789,28

Fonte: DSCT – Direção de Serviços de Contabilidade e Tesouraria – mar. 2016

9. Réditos

9.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviço contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos, iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

O Rédito dos juros é reconhecido pelo método do juro efetivo.

As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

9.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período

(valores expressos em euros)

Quantias dos réditos reconhecidas no período	Período 2015			Período 2014		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior
Venda de bens	4.132,87	0,34%	(20,34%)	5.188,36	0,51%	(75,15%)
Prestação de serviços	1.198.252,56	99,66%	17,29%	1.021.604,71	99,49%	52,57%
Juros						
Totais	1.202.385,43	100,00%	17,10%	1.026.793,07	100,00%	48,71%

Fonte: DSCT – Direção de Serviços de Contabilidade e Tesouraria – mar. 2016

10. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes*(valores expressos em euros)*

Provisões		Processos judiciais em curso	Outras provisões	Totais
Acumuladas em 01.01.2014		128.240,38	178.667,36	306.907,74
Aumentos	Por reforço de provisões já reconhecidas em períodos anteriores	9.614,01	8.353,23	17.967,24
	Por novas provisões			
Reduções	Quantias revertidas no período		(11.602,78)	(11.602,78)
Acumuladas em 31.12.2014 (01.01.15)		137.854,39	175.417,81	313.272,20
Aumentos	Por reforço de provisões já reconhecidas em períodos anteriores		8.179,12	8.179,12
	Por novas provisões			
Reduções	Quantias revertidas no período	(73.652,28)	(11.834,84)	(85.487,12)
Acumuladas em 31.12.15		64.202,11	171.762,09	235.964,20

Fonte: DSCT – Direção de Serviços de Contabilidade e Tesouraria – mar. 2016

No exercício de 2015, foi efetuada uma reversão da provisão para processos judiciais em curso constituída em exercícios anteriores, relativamente aos processos n.ºs. 014/11.5TTEVR, 429/11.9TTEVR e 298/12.1TTEVR do Tribunal do Trabalho de Évora, no montante de 13.878,07 €, 36.804,86 € e 22.969,35 €, respetivamente.

Foi ainda efetuado o reforço da provisão constituída no exercício de 2008 de acordo com a atualização notificada pelo Tribunal do Trabalho de Évora para o corrente exercício relativamente ao processo n.º. 26/07.3TTEVR no valor de 8.179,12 €. No mesmo sentido foi efetuada uma reversão, no valor de 11.834,84 €, de acordo com a referida atualização.

11. Subsídios do Governo e Apoio do Governo**11.1 Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras**

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração de resultados na parte proporcional aos gastos incorridos.

Os subsídios atribuídos para financiamento de ativos tangíveis e/ou intangíveis são registados inicialmente no Fundo Patrimonial e reconhecidos na demonstração dos resultados por naturezas na mesma proporção das depreciações/amortizações do exercício dos ativos subsidiados.

11.2 Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou.

(valores expressos em euros)

Relação dos subsídios obtidos			Medida de incentivo				Período de concessão		Quantias concedidas		
			Medida	Entidade concedente	Objecto do incentivo	Forma de concessão	Começo	Fim	Já recebidas	Por receber	Total
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com ativos	Évora - Lote 17	FEDER	C.C.R.A.	Aquisição de instalações	Subsídio ao investimento	17-03-1994	31-12-2013	180.849,20		180.849,20
		Évora - Lote 18	FEDER	PRODEP	Aquisição de instalações	Subsídio ao investimento	21-09-1994	31-12-2013	154.353,02		154.353,02
		Estremoz	FEDER	PRODEP	Aquisição de instalações	Subsídio ao investimento	02-10-1997	31-12-2016	129.828,88		129.828,88
		Imóveis	M. E.	D.E.S.	Aquisição de instalações	Subsídio ao investimento	26-10-1998	31-12-2016	126.026,39		126.026,39
		Kit Tecnológico	1.5	POPH	Aquisição de equipamento	Subsídio ao investimento	22-04-2010	22-03-2014	59.926,50		59.926,50
		Colégio FA	FEDER	C.C.R.D.A.	Construção Instalações	Subsídio ao investimento	01-09-2011	31-12-2030	682.032,84	35.896,46	717.929,30
	Subtotais								1.333.016,83	35.896,46	1.368.913,29
	Subsídios à exploração	Ensino Profissional	1.2	POPH	Formação	Subsídio à exploração	01-09-2014	31-08-2016	3.081.127,83	1.502.934,20	4.584.062,03
		M.E.C./DGEST		POPH	Formação	Subsídio à exploração	01-09-2013	31-08-2016	300.000,00	100.000,00	400.000,00
		I.E.F.P.		IEFP	Emprego	Subsídio à exploração	06-07-2015	31-08-2016	101.120,78	12.640,06	113.760,84
		Subtotais								3.482.248,61	1.615.574,26
	Totais								4.815.265,44	1.651.470,72	6.466.736,16

Fonte: DSCT – Direção de Serviços de Contabilidade e Tesouraria – mar. 2016

(valores expressos em euros)

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço			Período 2015					Período 2014				
			Demonstração dos resultados		Balanço			Demonstração dos resultados		Balanço		
			Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas no capital próprio (Outras variações no capital próprio)	Reconhecidas no passivo		Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas no capital próprio (Outras variações no capital próprio)	Reconhecidas no passivo	
						Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos)	Como passivos a reembolsar				Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos)	Como passivos a reembolsar
Subsídios relacionados com ativos	Investimentos	27.414,28	663.872,12				29.761,72	691.286,40				
	Subtotais	27.414,28	663.872,12				29.761,72	691.286,40				
Subsídios relacionados com resultados	Ensino Profissional	2.609.135,54			1.030.107,17		2.718.722,43			1.751.973,19		
	F.M.C.	8.897,61					536.358,29			178.260,74		
	Estágios Profissionais	8.084,90			11.194,46		56.658,09			9.704,79		
	Contrato Emprego	834,23			2.631,61		656,74			1.006,08		
	Medida Vida Ativa	89.936,82					47.353,44			155.521,94		
	Cursos Vocacionais	194.244,74			66.666,70		104.237,93			60.911,44		
	Outros	24.926,07			4.242,50		23.740,85			47.842,18		
Subtotais		2.936.059,91			1.114.842,44		3.487.727,77			2.205.220,36		
Totais			2.936.059,91	27.414,28	663.872,12	1.114.842,44		3.487.727,77	29.761,72	691.286,40	2.205.220,36	

Fonte: DSCT – Direção de Serviços de Contabilidade e Tesouraria – mar. 2016

12. Acontecimentos após a data do Balanço

12.1 Autorização para emissão

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram em 16 de março de 2016 submetidas à apreciação do Conselho de Administração que após análise e concordância com as mesmas, decidiu nos termos estatutários remeter ao Conselho Geral para emissão de parecer.

12.2 Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram atualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

Não foram recebidas informações relevantes que justificassem a alteração das divulgações já efetuadas.

12.3 Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos

Não ocorreram acontecimentos relevantes após a data do balanço, não dando lugar a ajustamentos.

13. Impostos sobre o rendimento

A Fundação Alentejo sendo uma Instituição Particular de Solidariedade Social, reconhecida pela Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular do Ministério da Educação em 03 de julho de 2008, conforme Registo nº. 37 está isenta de IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais.

Deste modo as declarações fiscais da entidade referentes aos anos de 2012 a 2015 poderão vir a ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as correções resultantes de eventuais revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais não terão impacto significativo nas presentes demonstrações financeiras.

14. Instrumentos Financeiros

14.1 Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras

Os Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade:

- Clientes
- Fornecedores
- Outras contas a receber
- Outras contas a pagar
- Financiamentos obtidos

14.2. Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros			31.12.2015			31.12.2014		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Activos financeiros	Ativos financeiros ao custo amortizado menos imparidade	Clientes	739.019,11		739.019,11	401.348,27		401.348,27
		Adiantamentos a fornecedores				1.599,00		1.599,00
		Outras contas a receber	1.667.411,70		1.667.411,70	2.936.866,10		2.936.866,10
		Subtotais	2.406.430,81		2.406.430,81	3.339.813,37		3.339.813,37
		Totais	2.406.430,81		2.406.430,81	3.339.813,37		3.339.813,37
Passivos financeiros	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Fornecedores	33.531,42		33.531,42	107.792,03		107.792,03
		Financiamentos obtidos	5.488.036,60		5.488.036,60	5.213.050,13		5.213.050,13
		Outras contas a pagar	607.469,79		607.469,79	378.018,76		378.018,76
		Subtotais	6.129.037,81		6.129.037,81	5.698.860,92		5.698.860,92
		Totais	6.129.037,81		6.129.037,81	5.698.860,92		5.698.860,92

Fonte: DSCT – Direção de Serviços de Contabilidade e Tesouraria – mar. 2016

15. Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

O número médio de empregados durante o presente ano ascendeu a 109.

15.1. Os gastos com os empregados correspondem a:

(valores expressos em euros)

Gastos com pessoal	31-12-2015	31-12-2014
Remunerações do pessoal	2.240.570,64	2.080.675,75
Encargos s/ remunerações	410.731,09	424.672,37
Outros gastos	44.593,76	47.577,67
Total	2.695.895,49	2.552.925,79

Fonte: DSCT – Direção de Serviços de Contabilidade e Tesouraria – mar. 2016

A rubrica «outros gastos» inclui gastos de Acção Social, formação e seguro de acidentes de trabalho.

15.2. Número de membros dos órgãos diretivos e alterações ocorridas no período de relato financeiro

O Conselho de Administração é composto por 5 membros, não tendo ocorrido alterações no período de relato financeiro.

15.3. Informação sobre as remunerações dos órgãos diretivos

Os membros do Conselho de Administração não auferiram qualquer remuneração no período de relato financeiro.

16. Divulgações exigidas por diplomas legais

16.1 Honorários faturados pelos Revisores Oficiais de Contas (art. 66-A do Código das Sociedades Comerciais)

(Valores com IVA incluído)

(valores expressos em euros)

Honorários facturados pelos revisores oficiais de contas	Período 2015		Período 2014	
	Honorários facturados	Totais	Honorários facturados	Totais
Revisão legal das contas	9.225,00	9.225,00	9.225,00	9.225,00
Totais	9.225,00	9.225,00	9.225,00	9.225,00

Fonte: DSCT – Direção de Serviços de Contabilidade e Tesouraria – mar. 2016

17. Outras informações

17.1 Estado e outros entes públicos

(valores expressos em euros)

DESCRIÇÃO	31-12-2015	31-12-2014
Imposto sobre o rendimento		
TOTAL ATIVO	0,00	0,00
Retenção de impostos sobre o rendimento	(37.982,48)	(45.023,32)
Imposto sobre o valor acrescentado	(1.797,46)	(2.193,27)
Contribuições para a Segurança Social	(75.602,06)	(83.784,99)
TOTAL PASSIVO	(115.382,00)	(131.001,58)

Fonte: DSCT – Direção de Serviços de Contabilidade e Tesouraria – mar. 2016

17.2 Dívidas ao estado e outros entes públicos em situação de mora.

A Administração informa que a entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Mais informa, que dando cumprimento ao estipulado no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17.3 Diferimentos

(valores expressos em euros)

Devedores por Acréscimos Rendimentos	2015	2014
Outros acréscimos de rendimentos		1.347,96
Total	0,00	1.347,96

Credores por Acréscimos de Gastos	2015	2014
Remunerações a liquidar	295.353,68	308.670,15
Juros a liquidar	7.143,34	16.861,91
Outros acréscimos de gastos	8.292,92	8.558,68
Total	310.789,94	334.090,74

Gastos a Reconhecer	2015	2014
Rendas e alugueres	1.451,96	1.640,13
Seguros	3.387,81	2.759,35
Outros	9.737,69	10.483,98
Total	14.577,46	14.883,46

Rendimentos a Reconhecer	2015	2014
Outros rendimentos a reconhecer	1.114.842,44	2.205.220,36
Total	1.114.842,44	2.205.220,36

Fonte: DSCT – Direção de Serviços de Contabilidade e Tesouraria – mar. 2016

17.4 Fornecimentos e serviços externos

(valores expressos em euros)

DESCRIÇÃO	2015	2014
Trabalhos especializados	78.791,70	137.582,37
Publicidade e propaganda	11.775,95	31.224,80
Vigilância e segurança	51.297,95	84.595,24
Honorários (pessoal externo)	187.049,48	177.334,27
Conservação e reparação	39.117,15	29.140,32
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	2.678,86	4.831,78
Livros e documentação técnica		
Material de escritório	4.954,40	6.441,67
Artigos para oferta	455,55	4.308,10
Eletricidade	79.195,93	80.580,36
Combustíveis	4.212,70	5.486,37
Água	2.357,60	2.347,33
Outros fluidos	3.558,52	3.230,20
Deslocações e estadas	3.400,44	58.427,59
Transporte de mercadorias		1.145,24
Rendas e alugueres	33.674,73	89.945,58
Comunicação	23.361,38	37.102,47
Seguros	10.629,74	13.310,75
Contencioso e notariado	1.256,50	325,00
Despesas de representação	314,36	523,30
Limpeza, higiene e conforto	15.581,95	25.544,98
Ouros fornecimentos e serviços	28.351,12	41.013,15
TOTAL	582.016,01	834.440,87

Fonte: DSCT – Direção de Serviços de Contabilidade e Tesouraria – mar. 2016

17.5 Descrição das responsabilidades da entidade por garantias prestadas, desdobrando-as de acordo com a natureza destas e mencionando expressamente as garantias reais.

Garantias prestadas:

Caixa Geral de Depósitos:

Garantia bancária pelo montante de 130.728,85 € emitida a favor do Tribunal do Trabalho de Évora no âmbito do processo nº. 26/07.3TTEVR.

Banco BIC Português, S.A.:

Garantias bancárias (7) pelo montante de 139.854,39 € emitidas a favor do Tribunal do Trabalho de Évora no âmbito dos processos nº. 429/11.9TTEVR, 214/13.3TTEVR, 351/12.1TTEVR, 298/12.1TTEVR, 352/12.0TTEVR, 14/11.5TTEVR e 437/11.0TTEVR.

Garantias Hipotecárias:

Caixa Geral de Depósitos:

Hipoteca sobre os prédios urbanos sitos, na Avenida Dinis Miranda, Lotes 17 e 18 em Évora e Largo dos Combatentes da Grande Guerra, nº. 6 em Estremoz, até ao montante de 2.908.615,24 €, para garantia da utilização de crédito através de conta caucionada.

Hipoteca sobre o prédio urbano sito na Urbanização da Muralha, lote 61 em Évora, até ao montante de 2.861.000,00 €, para garantia do pagamento do crédito utilizado para construção do Colégio da Fundação Alentejo.

Banco BIC Português, S.A.:

Hipoteca sobre o prédio urbano sito na Rua de Santo António, números 1, 2, 3 e 4 em Estremoz, até ao montante de 208.065,00 €, para garantia do pagamento do Contrato de Mútuo nº. WFC20150035690001.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fernanda de Sousa Gonçalves Carvalho Ramos

João Filipe Chaveiro Libório

José Manuel Leal Saragoça

Paulo Jorge Madeira Piçarra

Cláudio Hermínio Gonçalves Carvalho Ramos

O CONTABILISTA CERTIFICADO

José Miguel Melro Cameirão

MARÇO 2016



FUNDAÇÃO ALENTEJO

Avenida Dinis Miranda, nº 116 7005-140 Évora | Telf: 266759100 | Fax: 266743397
E-mail: geral@fundacao-alentejo.pt | www.fundacao-alentejo.pt